

Revista *Estranhar Pessoa*

<http://estranharpessoa.com/revista>

N.º 7

Caderno *Pessoa em vida*

Editores

Jorge Uribe e Pedro Sepúlveda

Lisboa, outono de 2020

A revista *Estranhar Pessoa*, criada em 2014 no âmbito do projeto homónimo e publicada pelo IELT – Instituto de Estudos de Literatura e Tradição com uma periodicidade anual, destina-se à publicação de artigos que se debrucem sobre a obra de Fernando Pessoa e a modernidade literária, filosófica e artística. Ver mais informações em <http://estranharpessoa.com/sobre>

Diretor

Pedro Sepúlveda (IELT, Universidade Nova de Lisboa)

Editores deste Número

Jorge Uribe (Universidad EAFIT)

Pedro Sepúlveda (IELT, Universidade Nova de Lisboa)

Revisão

Inês Rebelo do Carmo

Paginação

Ana Leonor Branco

Edição e Propriedade

IELT – Instituto de Estudos de Literatura e Tradição

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

Colégio Almada Negreiros (Gab. 344), Campus de Campolide, 1099-085, Lisboa

Morada postal: Av. de Berna, 26 C, 1069-061, Lisboa

Website: <https://ielt.fcsh.unl.pt/>

Email de contacto: estranharpessoa@fcsh.unl.pt

ISSN 2183-4075



Esta é uma obra em acesso aberto, distribuída sob uma Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (CC BY 4.0)



O IELT é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia no âmbito do projeto UIDB/00657/2020

NOTA: Foi respeitada a vontade dos autores no que se refere ao uso das normas ortográficas da língua portuguesa.

Tabela de Conteúdos

<u>Caderno <i>Pessoa em vida</i></u>	6
<u>Introdução</u>	
Jorge Uribe e Pedro Sepúlveda.....	7
<u>Em vida de Fernando Pessoa – Lista de publicações 1912-1935</u>	
Jorge Uribe.....	13
<u>O marinheiro e o regime do infradramático</u>	
Elávio Rodrigo Penteadó.....	53
<u>Concretizações Biográficas</u>	
Rita Patrício.....	68
<u>O Equívoco Epistolar</u>	
Manuela Parreira da Silva.....	85
<u>O Essencial é Saber Ler: Pessoa e Racismo</u>	
Nuno Amado.....	102
<u>Retrato do Artista quando Perscrutador Cultural</u>	
Rui Sousa.....	125

Caderno
Pessoa em vida

Introdução

*Tem a arte, para nascer, que ser de um indivíduo;
para não morrer, que ser como estranha a ele.*
Athena, 1924

Tem feito tradição um relato cujo precursor foi João Gaspar Simões, em 1950, naquela que seria a primeira biografia de Pessoa, intitulada, com ambiguidade, *Vida e Obra de Fernando Pessoa: História de uma Geração*. Segundo esse relato, a vida de Pessoa corria o risco de ser completamente esquecida por ter passado praticamente despercebida. Para Simões, a história da consagração dos nomes de *Orpheu*, Sá-Carneiro, Almada e Pessoa seria também a história da apresentação da geração da *Presença*.¹ Nessa revista, jovens escritores davam-se a conhecer perante o público proclamando, entre outras coisas, a *descoberta* de um mestre ignoto. A leitura de Simões pressupõe claramente que quase ninguém teria lido as páginas publicadas por Pessoa antes de 1928 em revistas, livros, folhetos, jornais e folhas volantes, e nessa perspectiva exalta-se a importância da *Presença* e dos seus críticos e editores. Isto tornou-se mais explícito anos mais tarde, quando o mesmo Simões se referiu ao seu primeiro estudo acerca da obra de Pessoa, no livro *Temas*, enviado ao poeta em junho de 1929: “Como é que [Fernando Pessoa] encarou o atrevimento desse jovem que, quando ele (...) já pouco tinha a esperar da vida – morreria ignorado, como todos sabem, seis anos mais tarde – ousara profetizar-lhe uma glória imensa para vinte ou trinta anos depois?”²

A imagem de Pessoa, figurada por Simões – embora talvez não de todo inexata –, é a do desamparo do autor perante a incompletude do projeto literário deixado. Esta visão implicaria uma inépcia ou um desleixo por parte do autor a respeito do seu *self-marketing* editorial, que justificava a direta intervenção dos legatários e, após a morte, a sua completa e legítima substituição. O crítico-editor passaria a ser, num sentido forte, autor do autor e estaria autorizado a reconhecer a parte mais autêntica – *sincera*, no vocabulário de Simões – da obra que se dispunha a entregar ao público em

¹ Nesse sentido, veja-se o artigo de José Régio intitulado “Da geração modernista”, que contém o apêndice “Três nomes”, publicado na *Presença* a 8 de abril de 1927. Disponível *online* em https://digitalis-dsp.uc.pt/bg4/UCBG-RP-1-5-s1_3/UCBG-RP-1-5-s1_3_master/UCBG-RP-1-5-s1/UCBG-RP-1-5-s1_item1/P17.html; consultado em setembro de 2020. Esta visão de imbricação entre o conhecimento da geração do *Orpheu* e o desenvolvimento da geração *presencista* também é objeto de comentário por parte de Adolfo Casais Monteiro em “O insincero verídico”, *A Poesia de Fernando Pessoa*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999, p. 93.

² João Gaspar Simões, *Fernando Pessoa: retrato memória*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 1989, p. 4.

novas edições, que substituiriam definitivamente tudo o que até esse momento tinha sido publicado pelo autor. Este movimento de substituição não é incompatível com a visão psicanalítica que Simões quis imprimir na obra pessoana: assim como o autor é inepto na hora de publicar, também o seria na hora de expressar o sentido autêntico dos seus textos, alcançando apenas meias palavras, para serem desvendadas pelo crítico.³

No entanto, um dos sintomas mais significativos do sucesso dessa usurpação do lugar da autoria por parte dos editores e intérpretes foi o progressivo esquecimento que o trabalho de autopublicação realizado pelo próprio Pessoa, enquanto editor de si mesmo, sofreu durante várias décadas. Muitos exegetas, ainda que não necessariamente simpatizantes de Simões, conduziram esse programa de usurpação a um exagero que torna incompreensível o interesse em elaborar uma biografia de quem, na realidade, seria uma personagem de uma escrita desautorada.⁴ Uma variante de leitores, menos informada que os detentores desse espéculo crítico, atribui biografias espúrias ao poeta que condizem com as suas leituras pessoais de partes da obra, como fazem aqueles que confundem o *Livro do Desassossego* com uma autobiografia de Pessoa.

Em ambos os polos do espectro a debilitação da figura do autor muitas vezes traduz-se numa suposição infundada de inatividade, uma ausência total de reconhecimento do trabalho ou do esforço, de expectativa e frustração no processo de leitura da obra; ou na atribuição de uma estoica aptidão para o ineditismo, que roça muitas vezes a santificação do poeta como mártir da incompreensão e da indiferença. Mas a autobiografia que a escrita de Pessoa traçou em vida contradiz essas suposições. Um panorama completo da sua atividade editorial torna impossível afirmar que Pessoa fosse um autor completamente isolado, posto que fez parte de numerosas iniciativas coletivas; ou que fosse alheio às preocupações do seu tempo, dado que participou em diversas controvérsias que tiveram lugar em diferentes alturas da sua vida, algumas com consequências potencialmente perigosas, nas quais exibiu uma temeridade que não condiz com a suposta timidez que tão condescendentemente se lhe outorga.

³ A posição assumida por Simões, e por outros críticos e editores, é satirizada por Mário Cesariny em 1989: “Coisa que poucos divos / Intentam penetrar: / O Antinoo o Epithalamium os Sonetos Ingleses e a Mensagem / Foram os únicos livros / Que me interessou publicar.”, cf. Cesariny, *O Virgem Negra: Fernando Pessoa explicado às criancinhas Naturais e Estrangeiras*, 3.^a edição, Lisboa, Assírio & Alvim, 2015, p. 22.

⁴ Referimo-nos aqui às leituras de críticos como Octavio Paz, José Augusto Seabra, José Gil ou Leyla Perrone-Moises, que de maneira mais recalcitrante analisaram a dissolução do sujeito autoral na linguagem da obra pessoana.

Voltar a ler os textos de Pessoa remetendo-se aos contextos originais de publicação torna clara a plasticidade da sua expressão, ajustada a cada palco cuidadosamente selecionado. Pessoa criava contextos de publicação ou então media e calculava o que entregaria àqueles que solicitavam a sua colaboração e que nos últimos dez anos da sua vida começaram a ser numerosos. Se um texto acabado e pronto esperou dez anos para ser publicado, como foi o caso de alguns poemas de Ricardo Reis ou de Alberto Caeiro, terá sido porque o ato de publicar, o lugar no qual se publicava e o momento em que isso se fazia integravam, aos olhos de Pessoa, a enunciação do texto. Afinal de contas, a autobiografia que é a história editorial da obra pessoana anterior a 1935 torna impossível repetir a ideia que fez escola de que Pessoa publicou pouco, ou de que não tinha interesse em publicar.

O que uma revisão das edições pessoanas posteriores a 1935 corrobora é que durante algumas décadas a crítica e os leitores perderam de vista a dimensão do *corpus* original das publicações, deslumbrados pela publicação de quantiosos inéditos, sendo um fenómeno relativamente recente dos estudos pessoanos o regresso a esse *corpus* para tentar aferir com exatidão a dimensão desse campo de trabalho do poeta, que é, em última instância, a sua mais definitiva e contundente prova de existência. A obra publicada em vida, uma vez reunida na sua dispersão, constitui um monumento mortuário incontornável e vibrante, pelo que há nele de vestígios de uma vida. “Stop here our gently pass”, parece dizer a massa dos suportes que contêm os traços de uma autobiografia que é feita de factos e principalmente de um: o de ter vivido uma vida para a escrita.

Ao ter sido extremamente seletivo quanto ao momento, ao contexto e aos moldes de publicação dos textos que escolheu para este efeito (segundo o preceito enunciado em *Conselho*, o seu último poema publicado, “Cerca de grandes muros quem te sonhas. / Depois, onde é visível o jardim / Através do portão de grade dada, / Põe quantas flores são as mais risonhas, / Para que te conheçam só assim. / Onde ninguém o vir não ponhas nada.”),⁵ o próprio poeta evidencia o papel decisivo exercido por estas publicações. Apresentando-se como peças de um puzzle por completar, dialogando necessariamente com os manuscritos do espólio, enquanto pontas criteriosamente polidas de um todo de que não se vislumbram os últimos contornos, estes textos devem ser o ponto de partida de qualquer leitura abrangente da obra. Os moldes em que o autor escolheu expô-los, tanto

⁵ Publicado em *Sudoeste*, Cadernos de Almada Negreiros, novembro de 1935, pp. 5-6, disponível em http://www.pessoadigital.pt/pt/pub/Pessoa_Conselho (consultado em setembro de 2020).

do ponto de vista do seu suporte bibliográfico quanto da cronologia ou do conjunto em que foram incluídos, são parte integrante do sentido que projetam e através do qual a restante obra deve ser lida.

No artigo que abre o caderno, Jorge Uribe apresenta uma lista completa, segundo as informações presentemente disponíveis, que têm vindo a ser recolhidas por vários investigadores e editores ao longo dos anos, das publicações de Fernando Pessoa realizadas entre 1912 e 1935, antecedida por uma lista comentada daquelas que foram mais recentemente identificadas. Este levantamento surge associado a considerações sobre a tradição editorial que se tem ocupado deste *corpus* e sobre a relevância do gesto de autopublicação pessoano, que contrasta com o vasto trabalho editorial desenvolvido postumamente. Encontrando-se a poesia publicada em vida, em jornais e revistas, entre 1914 e 1935, disponível na sua íntegra, juntamente com os fac-símiles dos originais, na *Edição Digital de Fernando Pessoa: Projetos e Publicações* (<http://www.pessoadigital.pt>), a prosa publicada em vida está presentemente a ser disponibilizada no mesmo portal, fazendo as duas listas também referência às publicações já incluídas nesta edição.

A propósito daquela que foi a principal publicação de género dramático em vida do poeta, a peça *O Marinheiro*, Flávio Rodrigo Penteadó situa-a no contexto do drama moderno e contemporâneo, mostrando como as suas características vão além de convenções simbolistas e de uma habitualmente assinalada influência da obra do dramaturgo Maurice Maeterlinck na sua composição. Partindo de categorias propostas para a análise do drama moderno, como a do “regime infradramático” ou a da criação de *suspense*, Penteadó examina particularidades do texto publicado em março de 1915 no primeiro número da revista *Orpheu*, aproximando-o de obras de Ibsen, Strindberg, Beckett ou Müller e abrindo novas perspectivas de leitura e compreensão da criação dramática pessoana na sua globalidade.

Em seguida, Rita Patrício apresenta uma reflexão sobre o modo como a veiculação de elementos biográficos na crítica literária se tornou o cerne de uma polémica entre Pessoa e Gaspar Simões – o seu primeiro crítico e, posteriormente, o seu primeiro biógrafo. Esta polémica é rastreada na correspondência do autor com os editores da *Presença*, entre 1929 e 1935, e nesse percurso evidencia-se que a posição de Pessoa não seria a da completa deslegitimação da exploração biográfica como parte de uma aproximação crítica – prática na qual ele próprio incorre em repetidas ocasiões, tanto a respeito de si como de outros autores –, mas sim a da retificação da maneira de o fazer.



Patrício sublinha ainda como os mecanismos de explicação da obra e de correção da crítica podem ser vistos como instâncias da projeção de uma figura autoral que, fixada em efeitos discursivos, tais como a ironia, tornam complexa e polivalente a questão da relação entre vida e obra nos estudos literários, em lugar de a dispensar ou resolver.

Colocando também o foco sobre a correspondência de Pessoa, uma das principais estudosas e editoras deste *corpus*, Manuela Parreira da Silva, aponta para os equívocos gerados pelo discurso epistolar enquanto forma híbrida que se movimenta entre o registo autobiográfico e o literário, não sendo muitas vezes possível destringir um do outro. Partindo de diversos exemplos da correspondência pessoana marcantes do ponto de vista de uma contaminação propositada entre os dois registos, o ensaio aponta para uma tensão permanente entre verdade e ficção, que implica a necessidade de ler esta correspondência com base numa detalhada contextualização e pesquisa de fontes. A carta é também, em Pessoa, o lugar de uma encenação do eu, parte integrante da literatura que o seu autor criou percorrendo os diferentes géneros literários.

Evidenciando igualmente a necessidade de, na leitura de textos pessoanos, ter em conta o contexto específico em que foram produzidos, Nuno Amado oferece uma análise detalhada de passagens que serviram de base a uma acusação feita ao poeta de que este teria sido racista e defensor do escravagismo – proferida em fevereiro de 2019, num artigo publicado no *Jornal de Angola* por Luzia Moniz, presidente da Plataforma para o Desenvolvimento da Mulher Africana (PADEMA). Desenvolvendo uma análise detalhada dos trechos em causa e apontando para as circunstâncias em que foram escritos, Amado coloca em causa a legitimidade desta acusação. A sua análise defende que as passagens citadas por quem elaborou esta acusação carecem de uma contextualização ampla, através da qual é possível perceber que não existe uma correspondência direta entre aquilo que afirmam e o pensamento do seu autor, tratando-se de exercícios argumentativos subordinados a determinados propósitos ou dependentes da personalidade de uma figura ficcional que assume a autoria do texto.

Em linha com estas considerações, Rui Sousa explora o *ethos* liberal de Pessoa perante questões de natureza epistemológica, reunindo passagens de textos em que o autor caracterizou a sua própria relação com o conhecimento ou a opinião com base num entendimento da escrita como livre exercício das capacidades analíticas. Examinando diversos aspetos deste entendimento, Sousa



encontra em Pessoa uma conversão de ideias de natureza científica em momentos de produção literária. Esta conversão permite ao autor criar uma distância entre a sua produção escrita e a subordinação a diretrizes ideológicas, transformando esses argumentos em *aspectos* de uma obra que o próprio definiu, em esboços de um prefácio sob este mesmo título, como *toda uma literatura*.

O presente número procura oferecer assim tanto ferramentas como reflexões específicas que permitam uma nova aferição da relação entre vida e obra no caso de Fernando Pessoa, contrariando a mitologia ainda preponderante do autor sem biografia, desinteressado do futuro da sua obra e, em última instância, ausente após a morte. Uma leitura que entende que a figuração de uma autoria, ou de várias, é parte integrante do tipo específico de literatura que Pessoa cultivou de forma paradigmática poderá então contribuir para a ligação dos estudos pessoanos a linhas atuais da crítica, para as quais as questões éticas e socio-históricas, assim como a análise das materialidades da obra literária, são focos primordiais da análise.

Jorge Uribe e Pedro Sepúlveda

Universidad EAFIT e Universidade Nova de Lisboa

Em vida de Fernando Pessoa – Lista de publicações 1912-1935

Jorge Uribe

Universidad EAFIT

Resumo

Apresenta-se aqui uma lista detalhada das publicações pessoais realizadas pelo autor entre 1912 e 1935, juntamente com algumas considerações acerca do tratamento que a tradição editorial pessoal tem concedido a este *corpus*. A obra publicada por Pessoa, produto de um trabalho de autopublicação do autor como editor de si próprio, constitui simultaneamente um testemunho de existência e um gesto autobiográfico, a ser contrastado com qualquer esforço póstumo de edição e de projeção hermenêutica de uma figura autoral como fonte de sentido.

Palavras-Chave: Fernando Pessoa, Autoria, Publicação, Arquivo, Jornais e Revistas Literárias

Abstract

The following article is a detailed list of Pessoa's publications between 1912 and 1935, together with some considerations on the treatment that the editorial tradition has given to this *corpus*. The works published by Pessoa, the product of the author's self-publishing, as editor of his own work, constitutes, simultaneously, a testimony of existence and an autobiographical act. This is to be contrasted with any posthumous effort of editing and any hermeneutic projection of an authorial figure as the source of meaning.

Keywords: Fernando Pessoa, Authorship, Publishing, Archive, Literary Magazines and Journals

A realidade pública da obra de Fernando Pessoa é legível, na atualidade, através da relação entre todas as suas partes constituintes: os componentes éditos (os textos tal como publicados pelo autor) e os componentes póstumos ou inéditos (textos publicados após a morte do autor, juntamente, ainda, com o material genealógico dos mesmos – as versões alternativas, os rascunhos e os projetos de publicação que fazem parte do espólio). Esta condição faz com que qualquer apreensão da forma *definitiva* da obra se veja, no caso de Pessoa, impossibilitada perante a multiplicidade de diretrizes editoriais concomitantes, concorrentes e não subordinadas, muitas delas consignadas numa vasta quantidade de planos e listas de projetos editoriais que o autor conservou durante largos anos. Porém, a obra publicada em vida por Pessoa é o elo mais estável dessa rede de implicações, podendo ser surpreendente que, 85 anos após a morte do autor, esse *corpus* ainda não esteja invariavelmente fixado. O material agora disponibilizado aproveita o estudo de diversos arquivos, assim como da história editorial das obras de Fernando Pessoa, para oferecer uma ferramenta que dê conta da fecunda atividade editorial do autor entre 1912 e 1935, preenchendo algumas lacunas deixadas em esforços precedentes e reunindo, pela primeira vez, todos os materiais recuperados nas últimas décadas por diversos pesquisadores em trabalhos acadêmicos e novas edições, ao mesmo tempo que são iluminadas novas lacunas que poderão ser preenchidas por estudos subsequentes. É preciso advertir que esta lista não inclui as traduções que Pessoa publicou e que já foram objeto de outras recolhas¹ nem pretende recolher o trabalho de Pessoa como editor de outros autores; e que também restringe o período cronológico considerado de 1912 a 1935, deixando para uma outra instância a listagem dos textos publicados na infância e em Durban, por considerar que nesse caso particular serão precisos apuramentos em arquivos que não têm podido ser consultados *in situ*.

Ainda com esta delimitação de critérios, salienta-se que, no caso de um autor tão reiteradamente caracterizado pela sua edição póstuma, a delimitação do *corpus* das suas publicações em vida apresenta inúmeras mudanças ao longo dos anos após a sua morte; esse tem sido o caso de Fernando Pessoa. A tradição dos volumes dedicados às obras publicadas em vida pelo próprio autor é constituída, principalmente, pelos seguintes títulos: *Fotobibliografia de Fernando Pessoa* (Pessoa, 1988),

¹ Cf. *Fernando Pessoa Poeta-Tradutor de Poetas: os poemas traduzidos e o respectivo original* (Saraiva, 1996) e *Mensagem e poemas publicados em vida*, ed. Luiz Fagundes Duarte (Pessoa, 2018: 185-245).

de João Rui de Sousa;² *Crítica, Ensaios, Artigos e Entrevistas* (Pessoa, 1999) e *Ficções do Interlúdio* (Pessoa, 2007 e 2012), ambos os títulos editados por Fernando Cabral Martins; *Prosa publicada em vida* (Pessoa, 2006 e Pessoa, 2017), antologias organizadas por Richard Zenith; *Proses I: 1912-1922* (Pessoa, 2013) e *Proses II: 1923-1935* (Pessoa, 2013B), organizados por José Blanco; o já referido *Mensagem e poemas publicados em vida* (Pessoa, 2018), editado por Luiz Fagundes Duarte, e mais recentemente os livros disponibilizados *online* pela Imprensa Nacional *Poemas publicados em vida I: Dispersos* e *Poemas Publicados em vida II: Mensagem*, ambos da responsabilidade de Fagundes Duarte, reorganizando o trabalho da edição de 2018, sem modificações ou correções em termos de *corpus*.³ Contudo, algumas das atualizações mais importantes relacionadas com a visão mais completa desse conjunto nos últimos anos foram apresentadas em artigos académicos, em revistas como a *Pessoa Plural*, nomeadamente pelo investigador José Barreto, que em múltiplos artigos e edições em livro revelara de maneira consistente e efetiva uma imagem de Pessoa fortemente ancorado no seu tempo, em momentos decisivos da sua participação pública, balizando o potencial semântico e social de cada publicação com respeito ao seu primeiro horizonte de receção.⁴ Para além disso, essa mesma publicação tem trazido novos materiais que chegam desde o Brasil, pela mão de Rodrigo Xavier, e que ajudam a reavaliar o suposto “desconhecimento absoluto” em que morreu Pessoa em 1935 (cf. Xavier, 2020).

Note-se que todas estas referências pertencem aos últimos trinta e poucos anos, apesar da larga história da edição pessoana póstuma. Se é bem verdade que neles está reunida praticamente a totalidade do *corpus* conhecido hoje, esses volumes – exceção feita ao de João Rui de Sousa – têm a característica de compartimentar as publicações de Fernando Pessoa em subconjuntos (prosa/poesia; prosa literária/não literária?; ortónimo/heterónimos), que obstaculam a visão panorâmica que desejamos oferecer com a presente **Lista**. Este panorama total, cujo precedente mais próximo consta

² Existe o volume de José Galvão, *Fontes impressas de Fernando Pessoa*, Lisboa, Gráfica Santelmo, 1968, mas não tem sido possível uma consulta do material. Porém, posto que é um livro conhecido por João Rui de Sousa, imaginamos que não contenha informação diferente em termos de amplitude da lista.

³ Estas publicações estão disponíveis no *site* da INCM: https://www.incm.pt/portal/livros_edicoes_gratuitas.jsp, consultado em setembro de 2020.

⁴ O trabalho de José Barreto, a quem estou imensamente grato pela sua generosidade e amizade na revisão deste material e pela colaboração na pesquisa que o fundamenta, merece um destaque mais detalhado. Entre os seus trabalhos que tocam diretamente o escopo da presente **Lista** encontram-se os artigos “A chamada ‘nota autobiográfica’ de Fernando Pessoa de 30 de Março de 1935”, “A publicação de *O Interregno* no contexto político de 1927-1928”, “Mussolini é um louco: uma entrevista desconhecida de Fernando Pessoa com um antifascista italiano” e “O Núcleo de Acção Nacional em dois escritos desconhecidos de Fernando Pessoa”, (Barreto, 2017; 2013; 2012 e 2012B); e as edições em livro *Associações secretas e outros escritos* (Pessoa, 2011) e *Sobre o fascismo, a ditadura militar e Salazar* (Pessoa, 2015).

no projeto digital de Ulrich Harsh, na Bibliotheca Augustana,⁵ torna mais claro o preenchimento de lacunas e as correções conseguidas com o tempo, redescobrimo, inclusivamente, novas formas da escrita e prática editoriais pessoanas, tais como os textos colaborativos ou as publicações anónimas atribuíveis a Pessoa no confronto com o espólio. Nesse contexto de projetos digitais cabe anotar que todos os poemas publicados em vida, acompanhados por perto de trezentas listas de projetos editoriais, são o objeto da *Edição Digital de Fernando Pessoa – Projetos e Publicações*, da responsabilidade de membros do projeto Estranhar Pessoa e do Cologne Center for eHumanities da Universidade de Colónia, que teve uma primeira disponibilização *online* em 2017.⁶ No decurso de 2020-2021, o *site* disponibilizará o *corpus* completo da prosa pessoana publicada em vida.

Para se poder compreender a dimensão total do *corpus* de obras publicadas em vida por Fernando Pessoa, deverão fixar-se alguns critérios que permitam delimitar a contabilidade e, portanto, a associação de objetos heterogêneos. É preciso reconhecer que qualquer critério que se formule a este respeito tem um valor contextual e poderia ser formulado de outra maneira, obtendo números diferentes. O nosso objetivo é manter uma coerência interna na recolha, que nos leva a concluir que Pessoa realizou entre 1912 e 1935 um total de 211 publicações em jornais, revistas literárias, catálogos, livros, folhetos e folhas volantes, isto é, uma média de 8,5 publicações por ano,⁷ o que inclui artigos, respostas a inquéritos, prefácios de livros e, naturalmente, poemas e prosas de carácter marcadamente literário. Dessas 210 publicações, 78 são de poesia e 132 em prosa. Particularmente no caso dos poemas, é importante fazer algumas considerações acerca do que conta aqui como uma publicação e o que não é assim considerado. Por exemplo, consideramos que os conjuntos poéticos, de dois ou mais poemas, que manifestam uma clara continuidade de sentido – por exemplo, “Impressões do crepúsculo”, os *35 Sonnets* ou *Mensagem* –, contam como uma única publicação. Porém, as publicações reiterativas de seleções diferentes dos poemas de *Mensagem*, antes e depois da publicação em livro, tais como “Mar Portuguez”, em 1922, “Tríptico: (“O Infante D.

⁵ A lista disponibilizada por Harsh compreende todos os títulos das publicações pessoanas no seu estado de 2007: https://www.hs-augsburg.de/~harsch/lusitana/Cronologia/seculo20/Pessoa/pes_f.html#pvida, consultado em setembro de 2020.

⁶ Disponível em <http://www.pessoadigital.pt/pt/index.html>, consultado em setembro de 2020.

⁷ Este tipo de contabilidade, porém, só torna mais chamativos os períodos de silêncio absoluto ou relativo, em termos de publicação, por parte de Pessoa, como aquele entre março de 1925 e janeiro de 1926, tempo posterior à morte da mãe do poeta e à suspensão definitiva da revista *Athena*, ou o período entre fevereiro de 1920 e janeiro de 1922, tempo de surgimento da Editora Olisipo e do regresso da mãe a Portugal.

Henrique”, “D. João o Segundo”, “Afonso de Albuquerque”)” e “Do livro *Mensagem*: O Infante; O Mostrengo; Prece”, ambas de 1934, entre outras publicações cujo objetivo foi a publicidade do Prémio do Secretariado de Propaganda Nacional, são contabilizadas como publicações independentes; um critério semelhante é aplicado num caso como a publicação de “A Ceifeira” em 1916, embora este depois integrasse o conjunto “De um cancionero”, de 1924, com importantes variantes; nesse caso, a primeira publicação conta e a publicação do conjunto também conta, embora vários dos poemas que compõem o mesmo conjunto sejam republicações. Não contam da mesma forma as republicações de poemas isolados, tais como a de “O menino da sua mãe”, em 1926, 1928 e 1930, que só é contabilizado como uma publicação, sendo esse o caso de vários poemas. Um deles, “Natal (Na provincia neva...)”, é apresentado em 1934 como inédito no *Suplemento Literário do Diário de Lisboa* embora já tivesse sido publicado em 1928, constituindo apenas mais um exemplo de quão antigo é o assunto dos falsos inéditos pessoanos. Por outro lado, contamos separadamente as republicações de textos impressos em livros ou folhetos, editados por Pessoa ou não, como é o caso do “Inquérito á vida literária. Uma réplica ao Sr. Dr. Adolfo Coelho” ou do “Ultimatum”, de Álvaro de Campos, por apresentarem tratamentos diferentes dos apresentados nas publicações periódicas. Também contam como publicações independentes aquelas que sofreram alterações significativas, como no caso do panfleto “O Nucleo de Acção Nacional Dirige-se Terminantemente á Nação | Primeiro Manifesto | O Interregno”, em 1927, ou do texto “Crónica | Um grande Português”, de 1926, e “A origem do conto do vigário”, de 1929. Finalmente, parece mais claro que a publicação numa mesma página de um poema de Pessoa, um de Ricardo Reis e um de Álvaro de Campos contará como três publicações independentes, posto que confirmam diversamente a existência impressa de cada um desses nomes autorais.

De seguida apresentamos a lista detalhada dos casos de textos que têm sido acrescentados ao *corpus* das publicações em vida do poeta nos últimos vinte anos e que estão ou serão integrados em *Edição Digital de Fernando Pessoa – Projetos e Publicações* (<http://www.pessoadigital.pt>). São ainda reunidas aqui as referências bibliográficas correspondentes a publicações que Pessoa chegou a dar por efetivas mas que se viram frustradas porque os meios nos quais seriam impressas deixaram de existir subitamente, ou, em vários casos, por ação direta da censura da Ditadura Nacional ou do Estado Novo. São listados aqui, conjuntamente, textos que Pessoa entregou para publicação, mas

que só foram impressos depois da sua morte, e também apresentamos dados, regra geral provenientes do espólio, que constituem indícios de publicações que efetivamente teriam tido lugar, mas que, até hoje, ainda não foram identificadas adequadamente ou recuperadas. É ainda pertinente esclarecer que na seguinte lista seguimos a ortografia original dos títulos das publicações, embora esta possa diferir tanto das preferências de Pessoa como da ortografia atual, e atualizamos a ortografia da maioria das fontes impressas. Todas as nossas anotações seguem a grafia do Novo Acordo Ortográfico.



Lista de textos acrescentados ao *corpus* das publicações em vida nos últimos vinte anos**I. Publicações assinadas**

1. **“Falencia?”**, *O Tempo*, Lisboa, 13 de outubro de 1918, p. 1. O texto foi recuperado em 2002 por Mário Matos Lemos, segundo conta Richard Zenith, que o reintegrou pela primeira vez no *corpus* de publicações em vida do poeta em 2006 (Pessoa, 2017: 476). No dia anterior, o jornal publicou a seguinte nota explicativa: “Temos em nosso poder um belo artigo do nosso presado colaborador, sr. Fernando Pessoa, que, por causas alheias à nossa vontade, publicaremos amanhã”.
Disponível em: http://www.pessoadigital.pt/pt/pub/Pessoa_Falencia.
2. **“Falta de logica... Passadista”**, *O Tempo*, Lisboa, 17 de outubro, 1918, p. 1. O texto foi recuperado em 2002 por Mário Matos Lemos, segundo conta Richard Zenith, numa nota ao texto anterior, mas sem o reproduzir na sua edição (Pessoa, 2017: 476). Disponível em: http://www.pessoadigital.pt/pt/pub/Pessoa_Falta_de_logica.
3. **“Justiça”**, *O Mutilado da Guerra: Órgão da “Liga Portuguesa dos Mutilados e Inválidos da Guerra” em organização no Porto*, Número Extraordinário, 3 de fevereiro de 1925, p. 3. Texto recuperado e reproduzido por Paulo Samuel no jornal *Villa da Feira – Terra de Santa Maria*, n.º 35, outubro de 2013 (Samuel, 2013: 12-19), e recentemente republicado pelo próprio Paulo Samuel na revista *Pessoa Plural* n.º 17 (Samuel, 2020). Agradeço a Fernando Cabral Martins pela indicação deste texto. Disponível em: http://www.pessoadigital.pt/pt/pub/Pessoa_Justiça.
4. **“Meditações do Avô e Brinquedos do Neto”**, *Tesouro da Juventude*, c. 1926, e **“O Avô e o Neto”**, *O Tico-tico: Jornal das crianças n.º 1329*, 25 de março de 1931, p. 23. Poema recuperado por Everardo Alves Nobre, sem que tenham sido identificados com clareza nem o número nem a data de impressão do volume desta enciclopédia, impressa no Rio de Janeiro

entre 1925 e 1928. Foi incluído por Fernando Cabral Martins na sua reedição de *Ficções do Interlúdio* de 2012, na qual foi publicado com o título que consta num documento do espólio, BNP 44-37, “O Avô e o Neto”. Mais recentemente ficou claro, graças a uma pesquisa realizada por Rodrigo Xavier (2020), que foi esse o título enviado por Pessoa e que o poema teve uma republicação, da qual não se tinha notícia, com o título original no jornal juvenil *O Tico-tico: Jornal das crianças*, não apresentando variações textuais para além da alteração do título. O autor deste importante estudo, que recupera a publicação da obra pessoana em vida do autor no Brasil, perdida durante décadas, confirma a existência nessa mesma coleção de uma tradução pessoana do poema “Little flower”, de Sybil Scott Palley, autora inglesa de começos do século XX, sob o título “Linda florinha”, que também consta do mesmo documento datilografado, BNP 44-37^v. Disponível, juntamente com os facsímiles de ambas as publicações, em: http://www.pessoadigital.pt/pt/pub/Pessoa_O-Avo-e-o-Neto.

5. **Álvaro de Campos: “Novela Curta”, *O “Notícias” Ilustrado*, Lisboa, 4 de agosto de 1929, p. 2.** O texto, do qual existe uma cópia no espólio, BNP 71A-57, foi publicado como inédito pessoano em *Pessoa por conhecer* (Pessoa, 1990) e em edições subsequentes. Humberto Brito identificou a publicação no jornal em 2013 (cf. Sepúlveda, 2013), que aparece assinado com as iniciais “A. de C.”. Texto disponível em: http://www.pessoadigital.pt/pt/pub/Campos_Novela_Curta.

6. **“Versos de Fernando Pessoa”: “Minuete invisível” e “Névoa”, *Diário dos Açores*, 17 de junho de 1930.** O poema “Névoa”, do qual se desconhecem suportes no espólio, foi recuperado por Vasco Rosa em 2012 (Rosa, 2012: 315-320) e incluído por Luiz Fagundes Duarte na edição *Mensagem e poemas publicados em vida* (Pessoa, 2018). Disponível em: http://www.pessoadigital.pt/pt/pub/Pessoa_Nevoa.

7. **“Do ‘Livro do Desasocego’, composto por Bernando Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa”, Lisboa, *Descobrimento*, 1932.** Trata-se de uma republicação em separata com uma tiragem de 50 exemplares, até agora desconhecida, de “Do «Livro do Desasocego» composto por Bernando Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa,



por Fernando Pessoa | Prefiro a prosa ao verso | Nuvens... | Gosto de dizer | Sim é poente | Assim como”, materiais publicados previamente em *Descobrimento* n.º 3, 1931, pp. 404-415. Devo o conhecimento desta publicação ao recente artigo de Jerónimo Pizarro e Teresa Filipe (Pizarro e Filipe, 2020: 247).

8. **“D. Diniz” e “Terceiro”, em “Cartas do outro lado – Um poeta e um romancista”, “Suplemento” do *Diário de Notícias, Rio de Janeiro*, n.º 2523, 10 de março de 1935, pp. 17 e 23.** Trata-se de uma republicação parcial de poemas de *Mensagem*, inseridos num artigo assinado por Álvaro Teixeira Soares sobre Pessoa e José Régio. Como assinala Rodrigo Xavier, do segundo poema só aparecem as duas estrofes finais, com algumas variantes ortotipográficas (Xavier, 2020: 559). Esse jornal também publicou uma nota, a 23 de dezembro de 1934, assinada pelo jornalista português Gastão Bettencourt, na qual se refere brevemente a Pessoa de maneira elogiosa: “‘Mensagem’, (poema) de Fernando Pessoa, uma das mais altas mentalidades portuguesas, que, infelizmente pouco aparece”.

II. Publicações anónimas ou de autoria colaborativa

1. **“Programa”, *Contemporânea* n.º Espécimen, Lisboa, 1915.** A atribuição do texto a Pessoa foi sugerida primeiro por Jerónimo Pizarro, com algumas ressalvas, em *Sensacionismo e outros ismos* (Pessoa, 2009: 276) e confirmada por Richard Zenith no artigo “Pessoa ‘Inédito’, 1915” (Zenith, 2011); posteriormente o texto foi incluído em *Proses I: 1912-1922* (Pessoa, 2013). A atribuição baseia-se na leitura da lista de projetos BNP 144X-48, disponível em: http://www.pessoadigital.pt/pt/doc/BNP_E3_144X-48v. Texto disponível em: http://www.pessoadigital.pt/pt/pub/Pessoa_Programa_Contemporanea.
2. **“Comentarios”, *Eh real!*, Lisboa, 13 de maio de 1915, p. 16.** No final do número único da revista surge uma secção intitulada “Comentarios”, com quatro notas breves acerca da relação entre a ditadura de Joaquim Pimenta de Castro e o movimento conhecido como Integralismo Lusitano. Na lista BNP 48G-29, disponível em



http://www.pessoadigital.pt/pt/doc/BNP_E3_48G-29r e datável de c. 1918, Pessoa afirma a sua autoria das últimas duas notas com a anotação: “Eh Real! = O Preconceito da Ordem, e os 2 ultimos sueltos.” Para além disso, sublinhe-se que o livro de Dominique Parodi *Traditionalism et démocratie*, que Pessoa menciona na primeira das notas, faz parte da Biblioteca Particular sob a cota CFP 3-53. Richard Zenith refere este texto confirmando a autoria pessoana em Zenith, 2011.

Texto disponível em: http://www.pessoadigital.pt/pt/pub/Pessoa_Comentarios.

3. **“Programa do Nucleo de Acção Nacional”, *Ação*, 19 de maio de 1919, p. 2.** Texto recuperado por José Barreto em 2013, após evidenciar a relação da publicação no jornal com material do espólio, nomeadamente o documento BNP 92I-17, que é um datiloscrito idêntico ao texto publicado (Barreto, 2013: 97-112). Disponível em: [http://www.pessoadigital.pt/pt/pub/Pessoa_Nucleo de Accao Nacional](http://www.pessoadigital.pt/pt/pub/Pessoa_Nucleo_de_Accao_Nacional).
4. **“Tenente Theophilo Duarte”, *Ação*, 4 de agosto de 1919, p. 6.** Seguimos a convicção de José Barreto (cf. Barreto, 2013: 179) de que se trata de um artigo pessoano não assinado, como o sugerem expressões características, tais como: “Todos quantos affirmen, no seu estado entusiasta e mystico, as virtudes militares, as virtudes de lealdade para com o Chefe eleito pelo Destino, ainda que a Morte o haja affastado de nós, são ensinadores de nacionalismo, pontos de concentração de esperança, antemanhãs de resurgimento e de salvação”. Este texto ainda não foi incluído em nenhuma edição pessoana em livro. Disponível em: http://www.pessoadigital.pt/pt/pub/Pessoa_Tenente_Theophilo.
5. **“Acaba de aparecer o primeiro numero da revista ‘Athena’ dirigida...”, *Diário de Notícias*, Lisboa, 1 de novembro de 1924.** No espólio de Fernando Pessoa existe um documento, BNP 87-73, que contém o mesmo texto que foi publicado no jornal e inclui uma referência à data de publicação. Esta circunstância permite considerar duas hipóteses: 1) trata-se de uma transcrição que Pessoa conservou da notícia publicada; 2) pode constituir um texto em cuja elaboração Pessoa tenha participado. É importante dizer que o texto não apresenta um estilo caracteristicamente pessoano, mas o facto de se referir à colaboração de

Ricardo Reis com a mesma naturalidade com que comenta a de Almada ou de Henrique Rosa poderia considerar-se um sinal, pelo menos, de cumplicidade. De facto, a respeito de *Orpheu* conhecemos muitos materiais associados com a propaganda da revista que não chegaram a ser publicados. Disponível em: http://www.pessoadigital.pt/pt/pub/Pessoa_Athena_Diario.

6. **“Afonso Lopes Vieira, O Poeta Nacionalista, É alvo de uma homenagem dos seus amigos: uma missa nos Jeronimos e um banquete abordo da fragata ‘Deus te guie’,no Tejo, em frente á Torre de Belem”, O “Notícias” Ilustrado n.º 11, Lisboa, 3 de junho de 1928, p. 8.** Texto recuperado por Manuela Parreira da Silva (Silva, 1996: 58). A atribuição de autoria decorre do confronto com o manuscrito BNP 125A-26 a 29, praticamente idêntico ao texto publicado. O texto foi integrado na edição *Sebastianismo e Quinto Império* (Pessoa, 2011B: 156-158) e está disponível em: http://www.pessoadigital.pt/pt/pub/Pessoa_Afonso_Lopes_Vieira.
7. **“O Renascer de um símbolo | Al-Motamide o iniciador”, O “Notícias” Ilustrado n.º 5 Série II, 15 de julho de 1928, p. 22.** Trata-se de um texto publicado com a assinatura “A. F. G.”, isto é, Augusto Ferreira Gomes, mas é plausível defender a hipótese de uma autoria colaborativa. O texto foi recuperado em *Sebastianismo e Quinto Império* (Pessoa, 2011B: 295-296) e a participação de Pessoa é conjeturada com base na leitura em conjunto com “As causas longinhas da homenagem a Al-Motamide”. Texto disponível em: http://www.pessoadigital.pt/pt/pub/Pessoa_O_Renascer_de_um_Simbolo.
8. **“As causas longinhas da homenagem a Al-Motamide”, O “Notícias” Ilustrado n.º 5 Série II, 22 de julho de 1928, p. 15.** No espólio encontra-se uma versão datiloscrita do texto, BNP 125-1, publicada em *Sobre Portugal*, 1979, p. 139, com omissão das iniciais “A.F.G.”, que sugerem a autoria de Augusto Ferreira Gomes, plausivelmente em conjunto com Pessoa. A edição ignorava ainda o facto de o texto ter sido efetivamente publicado no jornal, informação recuperada em *Sebastianismo e Quinto Império* (Pessoa, 2011B: 383-384). A hipótese da participação de Pessoa neste conjunto de textos sobre Al-Motamide decorre, para além da presença de um testemunho no espólio, da ampla coincidência de vocabulário e



propósitos com muitos dos textos reunidos nessa edição e, ainda, com o texto pessoano publicado como prefácio ao livro de Augusto Ferreira Gomes *Quinto Império*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1934.

Texto disponível em: http://www.pessoadigital.pt/pt/pub/Pessoa_As_causas_longinquoas.

9. **“O individuo é que é gente”, *Sol: bissemanário republicano*, Lisboa, 4 de agosto de 1926, p. 2.** Neste caso é possível argumentar a favor de uma autoria pessoana deste breve reclame, como assinalou José Barreto, afirmando tratar-se de “um texto caracteristicamente pessoano tanto na forma como no conteúdo” (Barreto, 2012: 233). Como também assinala Barreto, são muitos os textos pessoanos que têm como assunto o individualismo, como por exemplo BNP 55-59, de um teor semelhante ao do texto publicado embora num outro contexto.

Texto disponível em: http://www.pessoadigital.pt/pt/pub/Pessoa_O_Individuo.

10. **“Um Camisa Branca | O ‘Duce’ Mussolini é um louco... afirma ao ‘Sol’ um italiano culto que ama sinceramente a Itália”, *Sol*, Lisboa, 20 de novembro de 1926, pp. 1-2.** Texto atribuído a Pessoa por José Barreto, com base na lista de projetos BNP 189, http://www.pessoadigital.pt/pt/doc/BNP_E3_189r, que por sua vez é material preparatório de “Tábua Bibliográfica”, publicada na revista *Presença* em dezembro de 1928. (Barreto, 2012: 225-252).

Texto disponível em: http://www.pessoadigital.pt/pt/pub/Pessoa_Um_Camisa_Branca.

11. **“A Loucura do ‘Duce’ | Uma carta do dr. Angioletti”, *Sol*, Lisboa, 22 de novembro de 1926, p. 1.** Texto atribuído a Pessoa por José Barreto, com base na lista de projetos BNP 189, que por sua vez é material preparatório de “Tábua Bibliográfica”, publicada na revista *Presença* em dezembro de 1928 (Barreto, 2012: 225-252). O texto terá sido elaborado com a colaboração e cumplicidade de Celestino Soares, diretor do jornal, como assinalou José Blanco (Pessoa, 2013B: p. 359).

Disponível em: http://www.pessoadigital.pt/pt/pub/Pessoa_A_Loucura_do_Duce.



III. Textos desaparecidos ou não identificados (não incluídos na Lista)

1. “Balança de Minerva | Algumas considerações sobre a obra do sr. João de Barros”, *Teatro – Jornal D’arte* n.º 2, Lisboa, 1913.
2. “Balança de Minerva | Palqueiros”, *Teatro – Jornal D’arte* n.º 3, Lisboa, 1913.
3. “Balança de Minerva | ‘Petição a favor de William Shakespeare traduzido’ [??]”, *Teatro – Jornal D’arte* n.º 4, Lisboa, 1913.

As publicações pessoais na revista *Teatro*, nas suas duas séries, exigem uma nota específica. No espólio existem vários materiais associados ao título da coluna “Balança de Minerva” e nos anos oitenta já havia consciência entre os editores e estudiosos de que dois artigos efetivamente publicados por Pessoa estavam desaparecidos, devido à limitada tiragem da publicação. Nesse sentido, José Blanco identificou os números 2 e 3 de *Teatro – Jornal D’arte*, segunda série da publicação, num catálogo bibliográfico de raridades: “Manuel Ferreira, terceiro catálogo de livros raros e esgotados, Porto 1968, verbete n.º 1106” (Blanco, 1983 e cf. Pessoa, 2012: pp. 351-352). Aprofundando essa informação, João Rui de Sousa anotava na sua “Fotobibliografia”: “Nos número 2 e 3 desta publicação, e ainda sob a mesma rubrica, o poeta faz publicar os textos – de que, infelizmente, não nos foi possível obter qualquer imagem – ‘Balança de Minerva | Algumas considerações sobre a obra do sr. João de Barros’ e ‘Balança de Minerva | Palqueiros’, do 29 de Novembro e 6 de Dezembro de 1913.” (Sousa, 1988). Em 2017 Richard Zenith confirmava a informação, publicando adicionalmente uma versão alternativa do texto identificado como “Aferição”, o primeiro da série, a partir de materiais do espólio: “Balança de Minerva | Fallar é o modo mais simples de nos tornarmos desconhecidos...” (cf. BNP 18-34 a 37 e BNP 14³-18 e 19).

Por outro lado, no espólio existe um esboço de um texto com o título “Balança de Minerva” (BNP 14³-60 e 61), que comenta o desenvolvimento de algumas artes cénicas em Portugal, tais como o canto e a ópera. Após a revisão do documento, que contém um texto manuscrito de difícil leitura, parece plausível afirmar tratar-se de material associado ao subtítulo “Palqueiros” acima referido, mas

não é possível determiná-lo com absoluta certeza e, não apresentando o título, é possível que esta não seja uma versão definitiva. Além disso, numa lista do caderno com cota BNP 144X-48, elaborada por Pessoa perto de 1915 e disponível em http://www.pessoadigital.pt/pt/doc/BNP_E3_144X-48v, encontramos a nota: “Artigos em *Theatro* [sic] 1ª série = 3 artigos. | 2ª série = 4 artigos.”, isto é, sete artigos no total e não seis. Os artigos até agora conhecidos e republicados várias vezes são:

– “Naufragio de Bartholomeu”

http://www.pessoadigital.pt/pt/pub/Pessoa_Naufragio_de_Bartholomeu

– “3”

http://www.pessoadigital.pt/pt/pub/Pessoa_3

– “Coisas estilísticas que aconteceram a um gomil cinzelado...”

http://www.pessoadigital.pt/pt/pub/Pessoa_Coisas_Estilisticas

– “Balança de Minerva – Aferição”

http://www.pessoadigital.pt/pt/pub/Pessoa_Balança_de_Minerva

Se dermos crédito à informação da lista pessoana, haveria ainda um terceiro artigo desaparecido que até agora não foi considerado pelos editores. Nessa linha, é relevante constatar que existe outro documento do espólio que apresenta a designação “Balança de Minerva”, com o subtítulo “Petição a favor de William Shakespeare traduzido” (BNP 14E-82 e 83), e que mantém alguma relação com um texto intitulado “Sobre traduzir Shakespeare” (BNP 76-41 e 42). Se esta hipótese pudesse vir a ser confirmada, é do artigo acerca de João de Barros que ainda não se conhece qualquer material. Agradeço a Flávio Penteadó, que foi o primeiro a chamar a minha atenção para as publicações da *Teatro*.

4. **“Entrevista publicada no *Sol*”**. Na lista de projetos BNP 169, disponível em http://www.pessoadigital.pt/pt/doc/BNP_E3_169r, datável de c. 1932, que tem o título “*Para o livro EPISODIOS*”, surge a indicação “Entrevista ~~em~~ publicada no *Sol*”, que ainda não foi identificada. Seria possível argumentar que se trata de uma referência ao artigo **“Um Camisa Branca | O ‘Duce’ Mussolini é um louco... afirma ao ‘Sol’ um italiano culto que ama sinceramente a Itália”**, de 20 de novembro de 1926, identificado por José

Barreto como de autoria pessoana (Barreto, 2012: 225-252). Contudo, a ser esse o caso, é difícil entender a sua integração no conjunto “Episódios”, que reúne sobretudo textos de crítica literária e artística, pelo que pode haver ainda mais um texto desaparecido.

5. **“Entrevista em *A Vida Portuguesa*”**. Na mesma lista de projetos BNP 169, http://www.pessoadigital.pt/pt/doc/BNP_E3_169r, “Para o livro *EPISODIOS*”, surge a indicação “Entrevista na Vida Portuguesa”, porém o texto não foi ainda identificado. Embora não seja uma entrevista, a publicação nos números 6 e 7 da revista *A Vida Portuguesa*, de janeiro e fevereiro de 1913, do artigo “A Renascença Portuguesa no Estrangeiro”, de Philéas Lebesgue, que refere diretamente os textos publicados por Pessoa em *A Águia*, pode ser indício de alguma participação de Pessoa, tendo em conta que foi Sá-Carneiro quem, em carta de 31 de dezembro de 1912, enviou a Pessoa o número do *Mercure* com o texto original, notando “Aliás, este último número do *Mercurio* fala de você e por isso vou-lhe enviar amanhã”; tratar-se-ia, nesse caso, de uma tradução pessoana. Uma outra possibilidade é que Pessoa se tenha enganado no nome da revista; nesse caso esta poderia ser uma referência à publicação “O escritor Fernando Pessoa expõe-nos as suas ideias sobre os varios aspectos da arte e da literatura portuguesas”, na *Revista Portuguesa*, a 13 de outubro de 1923.
6. **“Bunkum?”** Na já citada lista de publicações BNP 144X-48, disponível em http://www.pessoadigital.pt/pt/doc/BNP_E3_144X-48v, datável de 1915, encontra-se a indicação “Contos de Jas. *Bunkum para Cunha Dias”; não temos nenhuma pista sobre que tipo de publicação corresponderia a esse título.

IV. Textos preparados ou enviados para publicação, não publicados em vida

1. **“Cada um de nós, na sua vida realizada e humana, não é senão a caricatura da sua propria alma...”, 21 de março de 1914**. Esta linha pertence a um apontamento, datado e assinado, redigido por Pessoa, como notou Arnaldo Saraiva (*apud*. Miraglia, 2017: 411), no álbum da exposição de caricaturas do artista Fernando Correia Dias. Ainda que não se trate exatamente de uma publicação, é sim um texto que Pessoa entrega para leitura pública e que

perfeitamente poderia ter sido publicado, a ser essa a vontade do artista. Para além disso, este texto apresenta, pela sua temática, uma certa continuidade com o publicado em *A Águia*, um ano antes, “As caricaturas de Almada Negreiros”, disponível em [http://www.pessoadigital.pt/pt/pub/Pessoa As caricaturas de Almada](http://www.pessoadigital.pt/pt/pub/Pessoa%20As%20caricaturas%20de%20Almada), e, ainda, com um esboço de uma das “Chronicas Decorativas”, que não chegou a ser publicada em *O Raio*, nesse ano de 1914: “Toda a gente é a caricatura d’uma unica pessoa que não existe. Nenhum de nós podia figurar n’um romance realista. Somos todos falsos, inteiramente irreaes. O romantismo, o melodramatico, o caricatural, o grotesco – estas tendencias são as que representam a vida, a verdade, a realidade.” (cf. Boscaglia, 2016: 152).

2. **Álvaro de Campos: carta ao *Diário de Notícias*, 4 de junho de 1915.** No espólio existe um rascunho completo de uma carta que começa por “Regresando hontem a Lisboa, só então tive ocassião de lêr uma critica...”, assinada por Álvaro de Campos, “engenheiro e poeta sensacionista” (BNP 21-122 e 123), acerca do *Orpheu 1*; esta carta não foi publicada pelo jornal, embora seja plausível que Pessoa efetivamente a tenha enviado. O texto foi publicado como inédito por Georg Rudolf Lind e Jacinto do Prado Coelho em *Páginas Intimas e de Auto-interpretação* (1966: 412-414). O mesmo suporte contém uma carta dirigida por Campos a Filippo Marinetti, possivelmente não enviada, publicada por Jerónimo Pizarro em *Sensacionismo e outros ismos* (2009: 377).

3. **Álvaro de Campos: carta para o Diretor de *A Capital*, 6 de julho de 1915.** No espólio existe um datiloscrito (BNP 160) que contém um esboço da carta completa que Pessoa terá enviado ao jornal, assinada “Álvaro de Campos ‘engenheiro e poeta sensacionista’”, e da qual só se publicou o trecho dedicado ao acidente sofrido por Afonso Costa, inserido num artigo intitulado “Antipathico Futurismo | Os poetas de Orpheu”. Este documento foi publicado por Richard Zenith (Cf. Pessoa, 2017: 474). Para além disso, existe também um fragmento de uma resposta de Campos ao artigo (BNP 92D-73), certamente não enviada, que foi publicada pela primeira vez em *Da República* (Pessoa, 1978: 171-172).



4. **“Gladio”, *Orpheu 3*, Lisboa, outubro de 1917, p. 185.** Este poema encontra-se impresso com a dedicatória “Ao Alberto Da Cunha Dias”, nas provas tipográficas do abortado terceiro número da revista; cf. *Orpheu – Edição Facsimilada*, Contexto, 1994. O poema foi efetivamente publicado em *Athena* n.º 3, Lisboa, dezembro de 1924, pp. 81-88, no *Cancioneiro do 1º Salão dos Independentes*, 1930, pp. 21-22, e finalmente em *Mensagem*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1934, sob o título “D. Fernando Infante de Portugal” e sem dedicatória. Disponível em: http://www.pessoadigital.pt/pt/pub/Pessoa_Gladio.
5. **“Além-Deus (I. Abysmo | II. Passou | III. A voz de Deus | IV. A Queda | V. Braço sem Corpo Brandindo um Gladio)”, *Orpheu 3*, Lisboa, outubro de 1917, pp. 186-188.** Este conjunto de poemas encontra-se impresso nas provas tipográficas do abortado terceiro número da revista; cf. *Orpheu – Edição Facsimilada*, Contexto, 1994.
6. ***The Mad Fiddler*, 1917.** Como detalhadamente expõe João Dionísio, na sua edição *Poemas Ingleses*, tomo III (Pessoa, 1999B: 8), houve em vida de Pessoa pelo menos um envio de uma versão da coletânea de poemas ingleses sob esse título, do qual temos notícia pela carta de rejeição que a editora londrina Constable & Company endereçou ao autor (BNP 31-96). Os poemas publicados em vida “Meantime”, em *The Athenaeum* (http://www.pessoadigital.pt/pt/pub/Pessoa_Meantime), e “Spell”, na *Contemporânea* n.º 9 (http://www.pessoadigital.pt/pt/pub/Pessoa_Spell), pertenceriam originalmente a esse conjunto.
7. **“Cada palavra dicta é a voz de um morto.”, Caderno de Autógrafos de José Osório de Castro Oliveira, 19 de setembro de 1918.** Pessoa redigiu o poema no caderno de autógrafos do filho de Ana de Castro Osório e Paulino de Oliveira, irmão de João Osório de Castro. Embora não seja exatamente uma publicação, pelo caráter privado do suporte, é possível afirmar que o autor deu ao texto um tratamento diferenciado na sua separação do espólio, típico dos textos publicados. O poema foi encontrado por José Paulo Cavalcanti Filho após a compra do Caderno de autógrafos e dele existe uma versão preparatória – o

documento BNP 43-23 no espólio pessoano. Foi publicado num artigo do jornal *Folha de São Paulo* a 11 de junho de 2016: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/06/1780385-brasileiro-revela-caderno-com-versao-inedita-de-poema-de-fernando-pessoa.shtml>.

8. **“O Nucleo de Acção Nacional Dirige-se Terminantemente á Nação | Primeiro Manifesto | O Interregno”, Lisboa, [finais de 1927]**. Folha volante, sem costura nem assinatura, cuja publicação foi impedida pela Comissão da Censura da Ditadura Militar. Como explica detalhadamente José Barreto, sob o mesmo título existem dois textos diferentes: 1) o documento BNP 92I-15 e 16 do espólio, datiloscrito datado de 8 de julho de 1926, que apresenta algumas opiniões do Núcleo de Acção Nacional, presumivelmente redigidas por Pessoa, a respeito do golpe militar do 26 de maio de 1926, pronto para publicação mas não publicado; e 2) a folha volante da qual existe um exemplar no acervo da Casa Fernando Pessoa, sob a cota 3-86, e que é uma primeira versão com diferenças no texto, no título e na assinatura do folheto *O Interregno: defesa e justificação da ditadura militar em Portugal*, de 1928 – este sim assinado por Pessoa. Segundo Barreto, a *folha* terá sido impressa em finais de 1927, mas não é possível determinar com exatidão a data de impressão, que em qualquer caso será anterior à d’*O Interregno*, assinado em janeiro de 1928 mas publicado em março (Barreto, 2012B: 176). Disponível em: http://bibliotecaparticular.casafernandopessoa.pt/3-86/1/3-86_item1/index.html?page=1.
9. **Álvaro de Campos: “Quasi”, *Contemporânea* n.º 14, Lisboa, 1929**. Como indica Fernando Cabral Martins, existem provas tipográficas de um número da revista, que não chegou a ser publicado, com este poema de Campos. A revista deixou de ser publicada em 1928. O poema foi integrado no *corpus* de publicações em vida por Cabral Martins em *Ficções do Interlúdio* (Pessoa, 2007).
10. **“Liberdade”, *Seara Nova*, Lisboa, março de 1935**. Como nota Richard Zenith, o poema teria sido enviado por Pessoa para revista, mas a sua publicação foi impedida por parte da Comissão de Censura pelo seu conteúdo antissalazarista (cf. Pessoa, 2017: 16-17). Existe o

datiloscrito no espólio, BNP 118-54, e o poema foi efetivamente publicado na revista em 1937, como notam Teresa Sobral Cunha e João Rui de Sousa (Cunha e Sousa, 1985: 100).

11. **Nota Autobiográfica de Fernando Pessoa, 30 de março de 1935.** Deste texto existem dois suportes: 1) o documento do espólio familiar de Pessoa; e 2) uma reprodução fotográfica de um documento desaparecido, pertencente à Coleção Particular do Arquiteto Fernando Távora, que, para além do texto datiloscrito que se encontra no espólio, apresenta algumas intervenções manuscritas a lápis do punho de Pessoa e a assinatura. Incluímos o texto na presente lista seguindo o argumento de José Barreto, segundo o qual Pessoa teria entregado este documento a Manoel Serras com o objetivo de o publicar, vendo-se frustrado o empreendimento pela censura, dado o conteúdo filo-ocultista e político do texto (Barreto, 2017: 510-511). Partilhamos também a opinião de José Barreto a respeito do texto intitulado “Explicação de um livro”, BNP 21-136 a 139, redigido numa data próxima a esta nota, que também foi concebido por Pessoa para publicação imediata, embora possa não ter saído das mãos do poeta.

12. **“Profecia Italiana”, *Diário de Lisboa*, outubro de 1935.** Como notaram Teresa Sobral Cunha e João Rui de Sousa, embora sem confirmarem a hipótese, Pessoa teria preparado e enviado para publicação este texto sobre Mussolini, do qual existe uma versão no espólio (BNP 92X-78 e 79), mas a sua publicação teria sido abortada pela Comissão de Censura (Cunha e Sousa, 1985: 92).

V. Textos póstumos enviados por Pessoa para publicação, não publicados em vida

1. **“O automóvel ia desaparecendo”, c. 1925.** Reclame publicitário das pinturas da marca *Barryloid*, redigido por Pessoa sob forma anedótica, possivelmente na segunda metade dos anos vinte, do qual existe uma versão no espólio sem o título, BNP 95-3 e 4. O texto foi publicado postumamente em *Folhas de poesia* n.º 3, setembro de 1958, recuperado por Zetho da Cunha Gonçalves (Pessoa, 2012B) e incluído por José Blanco no *corpus* pessoano das

publicações em vida (cf. Pessoa, 2013, pp. 353-354), embora não haja ainda confirmação de que tenha sido efetivamente usado pela marca no momento em que Pessoa o enviou.

2. **“Resposta a um inquérito de António Sérgio”, 1932, *Suplemento literário do Diário de Lisboa*, 29 de maio de 1936.** Este texto foi republicado por Richard Zenith em Pessoa, 2017: 211-212. No espólio existe uma carta, BNP 72-51 e 53, dirigida a “Osório de Oliveira”, isto é, João Osório de Castro, que contém a resposta à pergunta: “Quais foram os livros que o banharam numa mais intensa atmosfera de energia moral, de generosidade, de grandeza de alma, de idealismo?”, à qual Pessoa responde de maneira um tanto irónica, referindo-se a Dickens, Shakespeare, Milton, Shelley e Nordau.
3. **“O desaparecido de Carlos Queiroz”, 1935.** O prefácio ao livro *Desparecido: poemas*, Lisboa, Oficina Gráfica do Anuário Comercial, de Carlos Queiroz, o sobrinho de Ofélia, teria sido enviado por Pessoa antes da morte e publicado pouco tempo depois. Desse livro existe um exemplar na Biblioteca Particular de Fernando Pessoa, sob a cota CFP 8-458.

Lista de publicações em vida 1912-1935

1912-1917

1. “A Nova Poesia Portuguesa Sociologicamente Considerada”, *A Águia* n.º 4, Segunda Série, Porto, abril de 1912, pp. 101-107.
2. “REINCIDINDO...”, *A Águia* n.º 5, Segunda Série, Porto, maio de 1912, pp. 137-144.
3. “A Nova Poesia Portuguesa no seu aspecto Psychologico”, *A Águia* n.º 9, 11 e 12, Segunda Série, Porto, setembro, novembro e dezembro de 1912, pp. [9] 86-94, [11] 153-157, [12] 188-192.
4. “Inquérito á vida literária. Uma réplica ao Sr. Dr. Adolfo Coelho”, *República*, Lisboa, 21 de setembro de 1912, pp. 1-2. Republicado em Boavida Portugal, *Inquérito Literário* Lisboa, Clássica, 1915, pp. 138-150.
5. “Naufragio de Bartholomeu”, *Teatro-Revista de Crítica* n.º 1, Lisboa, 1 de março de 1913, p. 6.
6. “Coisas estilísticas que aconteceram a um gomil cinzelado que se dizia ter sido batido no ceu, em tempos da velha fabula, por um deus amoroso”, *Teatro-Revista de Crítica* n.º 2, Lisboa, 8 de março de 1913, p. 4.
7. “3”, *Teatro-Revista de Crítica* n.º 3, Lisboa, 25 de março de 1913, p. 2.
8. “As caricaturas de Almada Negreiros”, *A Águia* n.º 16, Porto, abril de 1913, pp. 134-135.
9. “Na Floresta do Alheamento”, *A Águia* n.º 20, Porto, agosto de 1913, pp. 38-42.
10. “Balança de Minerva – Aferição”, *Teatro – Jornal D’arte* n.º 1, Lisboa, 22 de novembro de 1913, p. ?.
11. “Impressões do Crepusculo”, *A Renascença*, Lisboa, fevereiro de 1914, p. 11. O primeiro poema do díptico, “Ó sino da minha aldeia...”, foi republicado em “Alguns Poemas” (“Sacadura Cabral”, “Gladio”, “De um Cancioneiro”), *Athena* n.º 3, Lisboa, dezembro de 1924, pp. 81-88.
12. “O mais belo livro. Um Inquérito de Intelectuais”, *República*, Lisboa, 7 de abril de 1914, pp. 1.
13. “Chronicas decorativas | I”, *O Raio*, Lisboa, 12 de setembro de 1914, pp. 7-8.

14. “A quadra é o vaso de flores que o povo”, prefácio a *Missal de Trovas*, de António Ferro e Augusto Cunha, Lisboa, 1914. Deste livro existe um exemplar na Biblioteca Particular de Fernando Pessoa, cota CFP 8-134.
15. “Para a memória de Antonio Nobre”, *A Galera*, Coimbra, 25 de fevereiro de 1915, p. 35.
16. “O Marinheiro. Drama Estático em um Quadro”, *Orpheu* n.º 1, Lisboa, janeiro-fevereiro-março de 1915, pp. 28-39.
17. Álvaro de Campos: “Opiário”, *Orpheu* n.º 1, Lisboa, janeiro-fevereiro-março de 1915, pp. 71-76.
18. Álvaro de Campos: “Ode Triunfal”, *Orpheu* n.º 1, Lisboa, janeiro-fevereiro-março de 1915, pp. 77-83.
19. Não assinado: “Programa”, *Contemporânea* n.º Espécimen, Lisboa, 1915.
20. “Crónica dos livros. O inquerito literario – por Boavida Portugal”, *O Jornal*, Lisboa, 4 de abril de 1915, p. 3.
21. “Fabula”, *O Jornal*, Lisboa, 4 de abril de 1915, p. 3.
22. “Crónica da vida que passa... (Recentemente, entre...)”, *O Jornal*, Lisboa, 5 de abril de 1915, p. 1.
23. “Crónica literaria | Orpheu-Revista Trimestral de Literatura”, *O Jornal*, Lisboa, 6 de abril de 1915, p. 1.
24. “Crónica da vida que passa... (Das feições da alma...)”, *O Jornal*, Lisboa, 8 de abril de 1915, p. 1.
25. “Crónica da vida que passa... (Sempre que alguém entrar...)”, *O Jornal*, Lisboa, 11 de abril de 1915, p. 1.
26. “Crónica da vida que passa... (Na Rússia – ao contrario...)”, *O Jornal*, Lisboa, 15 de abril de 1915, p. 1.
27. “O Varre Canelhas, Novelo Transmontano por Joaquim Leitão”, “Crónica dos livros”, *O Jornal*, Lisboa, 15 de abril de 1915, p. 3.
28. “Crónica da vida que passa... (Nisto de manifestações populares...)”, *O Jornal*, Lisboa, 18 de abril de 1915, p. 1.

29. “Crónica da vida que passa... (O proletariado organiza-se.)”, *O Jornal*, Lisboa, 21 de abril de 1915, p. 1.
30. “Páginas livres | O preconceito da ordem”, *Eb real!*, Lisboa, 13 de maio de 1915, pp. 7-9. Republicado em *Portugal-Semanário republicano*, 12 de dezembro de 1915, p. 11.
31. Não assinado: “Comentários”, *Eb real!*, Lisboa, 13 de maio de 1915, p. 16.
32. “Chuva Obliqua: Poemas Interseccionistas”, *Orpheu* n.º 2, Lisboa, abril-maio-junho de 1915, pp. 161-164.
33. Álvaro de Campos: “Ode marítima”, *Orpheu* n.º 2, Lisboa, abril-maio-junho de 1915, pp. 129-152.
34. Álvaro de Campos: trecho da carta sobre a convalescência de Afonso Costa em: “Antipathico Futurismo | Os poetas de Orpheu”, *A Capital*, Lisboa, 6 de julho de 1915, p. 1. No espólio encontra-se a carta na íntegra – BNP 160 –, que Pessoa terá enviado ao jornal.
35. Livro: “Inquérito á vida literária. Uma réplica ao Sr. Dr. Adolfo Coelho”, em Boavida Portugal, *Inquérito Literário*, Lisboa, Clássica, 1915, pp. 138-150. Republicação de “Inquérito á vida literária. Uma réplica ao Sr. Dr. Adolfo Coelho”, *República*, Lisboa, 21 de setembro de 1912, pp. 1-2. Deste livro existe um exemplar na Biblioteca Particular de Fernando Pessoa, cota CFP 8-452.
36. Resposta ao inquérito “Qual tem sido a influencia da nova geração na vida portuguesa”, *A Ideia Nacional*, Aveiro, 13 de abril de 1916, p. 4.
37. “Movimento Sensacionista”, *Exílio – Revista Mensal de Arte, Letras e Ciências*, Lisboa, abril de 1916, pp. 46-48.
38. “Hora Absurda”, *Exílio – Revista Mensal de Arte, Letras e Ciências*, Lisboa, abril de 1916, pp. 13-16.
39. “A Ceifeira”, *Terra Nossa* n.º 3, Lisboa, setembro de 1916, p. 46. Republicado com alterações em “Alguns Poemas” (“Sacadura Cabral”, “Gladio”, “De um Cancioneiro”), *Athena* n.º 3, Lisboa, dezembro de 1924, pp. 81-88.
40. “Passos da Cruz”, *Centaurus – Revista Trimestral de Literatura*, Lisboa, outubro-novembro-dezembro de 1916, pp. 62-76. Republicado parcialmente em “Passos da Cruz-Soneto XII”, *O “Notícias” Ilustrado*, Lisboa, 28 de abril de 1929, p. 11.

41. “A Casa Branca Nau Preta”, *O Herald*, Faro, 1 de julho de 1917, p. 2.
42. “Episódios”: “A Mumia I a V” e “Ficções do Interlúdio”: “I. Plenilunio”, “Saudade dada”, “Pierrot bebado”, “IV. Minuete invisível”. “V. Hiemal”, *Portugal Futurista*, Lisboa, novembro de 1917, pp. 21-23. O poema “Minuete Invisível” foi republicado no *Diário dos Açores*, 17 de junho de 1930.
43. Álvaro de Campos: “Ultimatum de Alvaro de Campos | Sensacionista”, Separata, Lisboa, outubro de 1917.
44. Álvaro de Campos: “Ultimatum”, *Portugal Futurista*, Lisboa, novembro de 1917, pp. 30-34.

1918-1923

45. *Antinous*, Lisbon, Monteiro & Co, 1918.
46. *35 Sonnets*, Lisbon, Monteiro & Co, 1918.
47. “Falencia?”, *O Tempo*, Lisboa, 13 de outubro de 1918, p. 1.
48. “Falta de logica... Passadista”, *O Tempo*, Lisboa, 17 de outubro, 1918, p. 1.
49. “Como Organizar Portugal”, *Ação*, 1 de maio de 1919, pp. 2-4.
50. Não assinado: “Programa do Nucleo de Acção Nacional”, *Ação*, 19 de maio de 1919. p. 2.
51. “A Opinião Publica”, *Ação*, 19 de maio-4 de agosto de 1919, pp. 2-4. Trata-se da publicação das primeiras duas partes de um ensaio de três, sendo que a última teria sido censurada pela redação do jornal (cf. Zenith, 2017: 476).
52. Não assinado: “Tenente Theophilo Duarte”, *Ação*, 4 de agosto de 1919, p. 6.
53. “Meantime”, *The Athenaeum* n.º 4683, Londres, 30 de janeiro de 1920, p. 136. Este poema faria parte do livro *The Mad Fiddler*, que Pessoa enviou para publicação em 1917 a uma editora inglesa.
54. “Abdicação”, *Ressurreição – Mensário para Arte, para Literatura, para Vida Mental* n.º 9, Lisboa, 1 de fevereiro de 1920, p. 4.
55. “Á Memoria do Presidente Sidonio Paes”, *Ação*, 27 de fevereiro de 1920, pp. 2 e 3.
56. *English Poems* I-II (I. Antinous, II. Inscriptions), by Fernando Pessoa, Lisbon, Olisipo, 1921.

57. *English Poems* III (III. Epithalamium), by Fernando Pessoa, Lisbon, Olisipo, 1921.
58. “Canção de Outomno”, *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, 28 de janeiro de 1922, p. 86. Republicado em “Alguns Poemas” (“Sacadura Cabral”, “Gladio”, “De um Cancioneiro”), *Athena* n.º 3, Lisboa, dezembro de 1924, pp. 81-88.
59. “Canção | Sol nulo dos dias vãos...”, *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, 11 de fevereiro de 1922, p. 129. “Alguns Poemas” (“Sacadura Cabral”, “Gladio”, “De um Cancioneiro”), *Athena* n.º 3, Lisboa, dezembro de 1924, pp. 81-88.
60. “O Banqueiro Anarchista”, *Contemporânea* n.º 1, Lisboa, maio de 1922, pp. 5-21.
61. “Antonio Botto e o ideal esthetico em Portugal”, *Contemporânea* n.º 3, Lisboa, julho de 1922, pp. 121-126.
62. Álvaro de Campos: “De Newcastle-on-Tyne | Alvaro de Campos escreve á «Contemporânea»”, *Contemporânea* n.º 4, Lisboa, outubro de 1922, p. 4.
63. “Mar Portuguez” (“I. O Infante”, “II. Horizonte”, “III. Padrão”, “IV. O Morcego”, “V. Epitaphio de Bartholomeu Dias”, “VI. Ironia”, “VII. Os Descobridores do Occidente”, “VIII. Dança dos Titans”, “IX. Ascensão de Vasco da Gama”, “X. Mar Portuguez”, “XI. A Ultima Nau”, “XII. Prece”), *Contemporânea* n.º 4, Lisboa, outubro de 1922, pp. 9-14. O conjunto foi republicado, com variantes ortográficas e tipográficas, na revista brasileira *Leitura para todos* n.º 83, Rio de Janeiro, junho de 1926, pp. 22-26, como indicou Arnaldo Saraiva em 2015 (*apud*. Xavier, 2020: 545). O poema “Prece” foi republicado em *O “Notícias” Ilustrado*, 20 de janeiro de 1929, p. 7, com diferenças ortográficas e de pontuação. Os poemas I, IV e XII foram republicados sob o título de conjunto “Do livro *Mensagem*: O Infante; O Mostrengo; Prece” *Suplemento Literário do Diário de Lisboa*, 14 de dezembro de 1934, p. 5. O poema IV é aí publicado sob o título “O Mostrengo”. A sequência “Mar Portuguez” foi republicada sob o mesmo título em *Revolução*, Lisboa, 16 de junho de 1933. O poema “Ironia” não foi incluído no livro *Mensagem*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1934, sendo substituído por “Os Colombos”.
64. “Natal (Nasce um deus...)”, *Contemporânea* n.º 6, Lisboa, dezembro de 1922, p. 88.
65. Álvaro de Campos: “Soneto Já Antigo”, *Contemporânea* n.º 6, Lisboa, dezembro de 1922, p. 121.

66. “Trois Chansons Mortes”, *Contemporânea* n.º 7, Lisboa, fevereiro de 1923, pp. 20-21.
67. Álvaro de Campos: “Lisbon Revisited (1923)”, *Contemporânea* n.º 8, Lisboa, fevereiro de 1923, p. 92.
68. “Carta ao author de ‘Sáchá’”, *Contemporânea* n.º 8, Lisboa, fevereiro de 1923, pp. 93-95.
69. Álvaro de Campos: “Aviso por causa da moral”, folha volante, Lisboa, Tipografia Anuário Comercial, fevereiro/março de 1923.
70. “Sobre um manifesto de estudantes”, folha volante, Lisboa, maio de 1923.
71. “Spell”, *Contemporânea* n.º 9, Lisboa, maio de 1923, p. 150. Este poema faria parte do livro *The Mad Fiddler*, que Pessoa enviou para publicação a uma editora inglesa em 1917.
72. “O escritor Fernando Pessoa expõe-nos as suas ideias sobre os varios aspectos da arte e da literatura portuguesas”, Alves Martins, *Revista Portuguesa* n.º 23/24, Lisboa, 13 de outubro de 1923, pp. 17-22.
73. “Notícia”, prefácio a *Motivos de Beleza*, António Botto, Lisboa, Portugal, 1923, pp. 17-19. Deste livro existe um exemplar na Biblioteca Particular de Fernando Pessoa, cota CFP 8-57.
74. “Palavras de Fernando Pessoa”, *Entrevistas*, Francisco Manuel Cabral Metelo, Portugal, Lisboa, 1923. Deste livro existe um exemplar na Biblioteca Particular de Fernando Pessoa, cota CFP 8-356.

1924-1926

75. “Luiz de Camões glorificado pelos poetas da nossa terra”, *Diário de Lisboa*, 4 de fevereiro de 1924, p. 3.
76. “Athena”, *Athena – Revista de Arte* n.º 1, Lisboa, outubro de 1924, pp. 5-8.
77. Ricardo Reis: “Odes. Livro Primeiro”, *Athena – Revista de Arte* n.º 1, Lisboa, outubro de 1924, pp. 19-24.
78. Não assinado: “Acaba de aparecer o primeiro numero da revista ‘Athena’ dirigida...”, *Diário de Notícias*, 1 de novembro de 1924, Lisboa.



79. “A Revista Athena e o que nos afirmou Fernando Pessoa”, *Diário de Lisboa*, 3 de novembro de 1924, p. 3.
80. “Mario de Sá-Carneiro”, *Athena – Revista de Arte* n.º 2, Lisboa, novembro de 1924, pp. 41-42.
81. Álvaro de Campos: “O que é a metaphysica?”, *Athena – Revista de Arte* n.º 2, Lisboa, novembro de 1924, pp. 59-60.
82. “Alguns Poemas” (“Sacadura Cabral”, “Gladio”, “De um Cancioneiro”), *Athena* n.º 3, Lisboa, dezembro de 1924, pp. 81-88. O conjunto “De um Cancioneiro” inclui republicações de “Impressões do Crepusculo”, *A Renascença*, Lisboa, fevereiro de 1914, p. 11; “A Ceifeira”, *Terra Nossa* n.º 3, Lisboa, setembro de 1916, p. 46; “Canção de Outomno”, *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, 28 de janeiro de 1922, p. 86; “Canção | Sol nulo dos dias vãos...”, *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, 11 de fevereiro de 1922, p. 129. O poema “Gladio” foi republicado em “Gladio”, *Cancioneiro do 1º Salão dos Independentes*, 1930, pp. 21-22, e finalmente integrou o livro *Mensagem*, sob o título “D. Fernando Infante de Portugal”.
83. Álvaro de Campos: “Apontamentos para uma esthetica não-aristotelica” (primeira parte), *Athena* n.º 3, Lisboa, dezembro de 1924, pp. 113-115; “Apontamentos para uma esthetica não-aristotelica” (segunda parte), *Athena* n.º 4, Lisboa, janeiro de 1925, pp. 157-160. É preciso notar que a partir do terceiro os números da *Athena* foram efetivamente publicados com uma diferença na data impressa: o número de dezembro de 1924 terá sido publicado em janeiro de 1925, como o sugere uma carta de Pessoa a William Bentley, assinada a 1 de janeiro de 1925; o de janeiro em finais de fevereiro ou em março, como se depreende de uma carta a Carlos Lobo de Oliveira, datada de 27 de fevereiro; e finalmente o de fevereiro, o último, ainda não tinha sido impresso em começos de maio, como fica explícito numa carta a Francisco Costa, datada de 7 de maio de 1925.
84. Alberto Caeiro: “De O Guardador de Rebanhos”, *Athena* n.º 4, Lisboa, dezembro de 1924, pp. 145-156. Ver entrada 83 da presente **Lista**.
85. “Canção | Sylphos ou gnomos tocam?...”, *Folhas de Arte* n.º 1, Lisboa, 1924.
86. “Justiça”, *O Mutilado da Guerra: Órgão da “Liga Portuguesa dos Mutilados e Invalidos da Guerra” em organização no Porto*, Número Extraordinário, 3 de fevereiro de 1925, p. 3.

87. Alberto Caeiro: “De Os poemas inconjunctos”, *Athena* n.º 5, Lisboa, fevereiro de 1925, pp. 197-204. Ver entrada 83 da presente **Lista**.
88. “Palavras iniciais”, *Revista de Comércio e Contabilidade* n.º 1, Lisboa, 25 de janeiro de 1926, pp. 5-6.
89. “Aforismos, preceitos e considerações várias”, *Revista de Comércio e Contabilidade*, n.º 1, Lisboa, 25 de janeiro de 1926, p. 6.
90. “A essência do comércio”, *Revista de Comércio e Contabilidade* n.º 1, Lisboa, 25 de janeiro de 1926, pp. 7-11.
91. “Aforismos, preceitos e considerações várias”, *Revista de Comércio e Contabilidade*, n.º 1, Lisboa, 25 de janeiro de 1926, p. 11.
92. “A cotação C. I. F. inclui as despesas com a factura consular?”, *Revista de Comércio e Contabilidade* n.º 1, Lisboa, 25 de janeiro de 1926, pp. 12-14.
93. “Aforismos, preceitos e considerações várias”, *Revista de Comércio e Contabilidade* n.º 1, Lisboa, 25 de janeiro de 1926, p. 20.
94. “Como os outros nos veem”, *Revista de Comércio e Contabilidade* n.º 1, Lisboa, 25 de janeiro de 1926, pp. 21-23, com a indicação “trad[ução] de Fernando Pessoa”, posto que se trata de uma recolha de comentários e notícias.
95. “Aforismos, preceitos e considerações várias”, *Revista de Comércio e Contabilidade* n.º 1, Lisboa, 25 de janeiro de 1926, p. 23.
96. “A inutilidade dos conselhos fiscais e dos comissários do Governo nos Bancos e nas sociedades anónimas”, *Revista de Comércio e Contabilidade* n.º 1, Lisboa, 25 de janeiro de 1926, pp. 24-26.
97. “Aforismos, preceitos e considerações várias”, *Revista de Comércio e Contabilidade* n.º 1, Lisboa, 25 de janeiro de 1926, p. 26.
98. “Aforismos, preceitos e considerações várias”, *Revista de Comércio e Contabilidade* n.º 1, Lisboa, 25 de janeiro de 1926, p. 31.
99. “Aforismos, preceitos e considerações várias”, *Revista de Comércio e Contabilidade* n.º 1, Lisboa, 25 de janeiro de 1926, p. 32.

100. “As algemas”, *Revista de Comércio e Contabilidade* n.º 2, Lisboa, 25 de fevereiro de 1926, pp. 33-41.
101. “Régie, monopólio, liberdade”, *Revista de Comércio e Contabilidade* n.º 2, Lisboa, 25 de fevereiro de 1926, pp. 61- 64, e *Revista de Comércio e Contabilidade* n.º 3, Lisboa, 25 de março de 1926, pp. 74-78. Republicado em *A Informação*, Lisboa, 31 de julho e 1 de agosto de 1926, p. 1 e p. 3.
102. “A evolução do comercio”, *Revista de Comércio e Contabilidade* n.º 3, Lisboa, 25 de março de 1926, pp. 84-93.
103. “Aforismos, preceitos e considerações várias”, *Revista de Comércio e Contabilidade* n.º 3, Lisboa, 25 de março de 1926, p. 92.
104. “Organisar”, *Revista de Comércio e Contabilidade* n.º 4, Lisboa, 25 de abril de 1926, pp. 105-109. Republicado em *Sol – Bi-semanario republicano*, Lisboa, 4 de agosto de 1926, pp. 6-7.
105. “Aforismos, preceitos e considerações várias”, *Revista de Comércio e Contabilidade* n.º 3, Lisboa, 25 de março de 1926, p. 109.
106. “Aforismos, preceitos e considerações várias”, *Revista de Comércio e Contabilidade* n.º 4, Lisboa, 25 de abril de 1926, p. 120.
107. “O arquivo de correspondencia”, *Revista de Comércio e Contabilidade* n.º 4, Lisboa, 25 de abril de 1926, pp. 121-125, e *Revista de Comércio e Contabilidade* n.º 5, Lisboa, 25 de maio de 1926, pp. 146-151.
108. “Aforismos, preceitos e considerações várias”, *Revista de Comércio e Contabilidade* n.º 4, Lisboa, 25 de abril de 1926, p. 125.
109. “Aforismos, preceitos e considerações várias”, *Revista de Comércio e Contabilidade* n.º 4, Lisboa, 25 de abril de 1926, p. 128.
110. “Aforismos, preceitos e considerações várias”, *Revista de Comércio e Contabilidade* n.º 5, Lisboa, 25 de maio de 1926, p. 145.
111. “Aforismos, preceitos e considerações várias”, *Revista de Comércio e Contabilidade* n.º 5, Lisboa, 25 de maio de 1926, p. 164.
112. “Os preceitos práticos em geral, e os de Henry Ford em particular”, *Revista de Comércio e Contabilidade* n.º 6, Lisboa, 25 de junho de 1926, pp. 172-178.

113. “A reforma do calendário e as suas consequências comerciais”, *Revista de Comércio e Contabilidade* n.º 6, Lisboa, 25 de junho de 1926, pp. 184-189.
114. “O menino da sua mãe”, *Contemporânea* n.º 1, *segunda série*, Lisboa, maio de 1926, p. 47. Republicado em *O “Notícias” Ilustrado*, Lisboa, 11 de novembro de 1928, p. 7, e em *Cancioneiro do 1º Salão dos Independentes*, 1930, p. 21.
115. ‘Portugal, Vasto Império’ | Um inquerito nacional | Depoimento do escriptor Fernando Pessoa”, *O Jornal do Comércio e das Colónias*, Lisboa, 28 de maio e 5 de junho de 1926, p. 1 e p. 1. Republicado em *Portugal, Vasto Império*, Augusto da Costa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934.
116. Não assinado: “O individuo é que é gente”, *Sol: Bi-semanário Republicano*, Lisboa, 4 de agosto de 1926, p. 2.
117. Álvaro de Campos: “Inquerito de Augusto Ferreira Gomes”, *A Informação*, Lisboa, 17 de setembro de 1926, p. ?.
118. Álvaro de Campos: “Lisbon Revisited (1926)”, *Contemporânea* n.º 2, *Segunda Série*, direção José Pacheco, Lisboa, julho-outubro de 1926, pp. 82-83.
119. “Rubaiyat”, *Contemporânea* n.º 2, *Segunda Série*, Direção: José Pacheco, Lisboa, julho-outubro de 1926, p. 98.
120. “Crónica | Um grande português”, *Sol: diário independente*, Lisboa, 30 de outubro de 1926, p. 2. Republicado com alterações em “A origem do conto do vigário”, *O “Notícias” Ilustrado*, Lisboa, 18 de agosto de 1929, pp. 4-5 e 7.
121. “Anti-Gazetilha”, *Sol: diário independente*, Lisboa, 13 de novembro de 1926, p. ?.
122. Não assinado: “Um Camisa Branca | O ‘Duce’ Mussolini é um louco... afirma ao ‘Sol’ um italiano culto que ama sinceramente a Itália”, *Sol*, Lisboa, 20 de novembro de 1926, pp. 1-2.
123. Não assinado: “A Loucura do ‘Duce’ | Fascistas Italianos em Lisboa | Um desmentido no ar – Os privilegios de certa Imprensa – De noite todas as camisas... são negras”, *Sol*, Lisboa, 22 de novembro de 1926, p. 1.

1927-1932

124. “Marinha”, *Presença* n.º 5, Coimbra, 4 de junho de 1927, p. 3.
125. Álvaro de Campos: “Ambiente”, *Presença* n.º 5, Coimbra, 4 de junho de 1927, p. 3.
126. Ricardo Reis: “Três odes”, *Presença* n.º 6, Coimbra, 18 de julho de 1927, p. 3.
127. “Luiz de Montalvôr”, *O Imparcial*, Lisboa, 13 de junho de 1927, p. 3.
128. Folheto: *O Interregno: defeza e justificação da dictadura militar em Portugal*, Núcleo de Ação Nacional, Lisboa, janeiro de 1928 [março de 1928].
129. Ricardo Reis: “Ode (O rastro breve que das hervas molles) | Ode (Já sôbre a fronte vã se me acinzenta)”, *Presença* n.º 10, Coimbra, março de 1928, p. 3.
130. “Qualquer Música”, *Presença* n.º 10, Coimbra, março de 1928, p. 3.
131. Álvaro de Campos: “Esripto num livro abandonado em viagem”, *Presença* n.º 10, Coimbra, março de 1928, p. 3.
132. Álvaro de Campos: “Apostilla”, *O “Notícias” Ilustrado*, Lisboa, 27 de maio de 1928, p. 2.
133. Não assinado: “Afonso Lopes Vieira, O Poeta Nacionalista, É alvo de uma homenagem dos seus amigos: uma missa nos Jeronimos e um banquete abordo da fragata ‘Deus te guie’, no Tejo, em frente á Torre de Belem”, *O “Notícias” Ilustrado* n.º 11, Lisboa, 3 de junho de 1928, p. 8.
134. Assinado Augusto Ferreira Gomes: “O Renascer de um simbolo | Al-Motamide o iniciador”, *O “Notícias” Ilustrado* n.º 5 Série II, 15 de julho de 1928, p. 22.
135. Assinado Augusto Ferreira Gomes: “As causas longinquas da homenagem a Al-Motamide”, *O “Notícias” Ilustrado* n.º 5 Série II, 22 de julho de 1928, p. 15.
136. “O Provincianismo Português”, *O “Notícias” Ilustrado*, Lisboa, 12 de agosto de 1928, p. 15.
137. “Nasceu Edgar Poe” | “Silencio”, *O “Notícias” Ilustrado*, Lisboa, 16 de setembro de 1928, p. 15.
138. “Gomes Leal”, *O “Notícias” Ilustrado*, Lisboa, 28 de outubro de 1928, p. 7.
139. “Tabua Bibliografica | Mário de Sá-Carneiro”, *Presença*, Coimbra, novembro de 1928, p. 3.
140. “Depois da Feira”, *Presença* n.º 16, Coimbra, novembro de 1928, p. 5.

141. “Tabua Bibliografica | Fernando Pessoa”, *Presença* n.º 17, Coimbra, dezembro de 1928, p. 10.
142. “Natal (Na provincia neva...)”, O “*Notícias*” *Ilustrado*, Lisboa, 30 de dezembro de 1928, p. 15. Republicado em “Natal (Na provincia neva...)”, *Suplemento Literário do Diário de Lisboa*, 28 de dezembro de 1934. A última publicação é acompanhada por uma nota que garante que o poema é inédito.
143. “Meditações do avô e brinquedos do neto”, *Tesouro da Juventude*, c. 1926; não se conhece a data de impressão do exemplar específico (cf. Pessoa, 2012: 254). Republicado em *O Tico-tico: Jornal das crianças* n.º 1329, Rio de Janeiro, 25 de março de 1931, p. 23, com o título original, que consta no documento do espólio de Fernando Pessoa “O Avô e o Neto”.
144. “Prece”, O “*Notícias*” *Ilustrado*, Lisboa, 20 de janeiro de 1929, p. 7. Republicação parcial de *Contemporânea* n.º 4, Lisboa, outubro de 1922, pp. 9-14; incluído em *Mensagem*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1934.
145. Álvaro de Campos: “Gazetilha”, *Presença* n.º 18, Coimbra, janeiro de 1929, p. 1.
146. “O nosso Inquérito sobre o Fado”, O “*Notícias*” *Ilustrado*, Lisboa, 14 de abril de 1929, p. 14.
147. “Passos da Cruz-Soneto XII”, O “*Notícias*” *Ilustrado*, Lisboa, 28 de abril de 1929, p. 11. Republicação parcial de “Passos da Cruz”, *Centauro – Revista Trimestral de Literatura*, Lisboa, outubro-novembro-dezembro de 1916, p. 62-76.
148. Álvaro de Campos: “Apontamento”, *Presença* n.º 20, Coimbra, abril-maio de 1929, p. 3.
149. “Tomamos a Villa depois de um intenso bombardeamento”, O “*Notícias*” *Ilustrado*, Lisboa, 14 de julho de 1929, p. 18.
150. “A origem do conto do vigário”, O “*Notícias*” *Ilustrado*, Lisboa, 18 de agosto de 1929, pp. 4-5 e 7. Publicação mais extensa de “Crónica | Um grande português”, *Sol*, Lisboa, 30 de outubro de 1926, p. 2.
151. Álvaro de Campos: “Novela Curta”, O “*Notícias*” *Ilustrado*, Lisboa, 4 de agosto de 1929, p. 2.
152. Álvaro de Campos: “Addiamento”, *A Revista da Solução Editora* n.º 1, 1929, pp. 4-5. Republicado em “Addiamento”, *Cancioneiro do 1º Salão dos Independentes*, 1930, pp. 12-13.

153. “Trecho ‘Do Livro do Desasocego’, composto por Bernando Soares ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa (Amo, pelas tardes demoradas de verão)”, *A Revista da Solução Editora* n.º 2, março de 1929, p. 25.
154. “Outro Trecho ‘Do Livro do Desasocego’, composto por Bernando Soares ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa. (Tenho deante de mim)”, *A Revista da Solução Editora* n.º 4, 1929, p. 42.
155. Álvaro de Campos: “A Fernando Pessoa”, *A Revista da Solução Editora* n.º 4, 1929, p. 44.
156. Autoria colaborativa com António Botto: “Prefácio” a *Antologia de Poemas Portugueses Modernos*, Lisboa, Solução Editora, 1929.
157. Álvaro de Campos: “Toda a arte é uma forma de literatura”, *Catálogo do 1º Salão dos Independentes*, Lisboa, maio de 1930, p. 22.
158. “Gladio”, *Cancioneiro do 1º Salão dos Independentes*, 1930, pp. 21-22. Republicação parcial de “Alguns Poemas” (“Sacadura Cabral”, “Gladio”, “De um Cancioneiro”), *Athena* n.º 3, Lisboa, dezembro de 1924, pp. 81-88, incluído em *Mensagem*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1934, sob o título “D. Fernando Infante de Portugal”.
159. Álvaro de Campos: “Anniversario”, *Presença* n.º 27, Coimbra, junho-julho de 1930, p. 2.
160. “Trecho ‘Do Livro do Desasocego’, composto por Bernando Soares ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa (Durei horas incógnitas)”, *Presença* n.º 27, junho-julho de 1930, p. 9.
161. “O Mistério da Boca do Inferno”, depoimento sobre Aleister Crowley, *O “Notícias” Ilustrado*, Lisboa, 5 de outubro de 1930, pp. 9-11.
162. “Aleister Crowley foi assassinado?, um novo aspecto do caso da ‘Bôca do Inferno’”, entrevista sobre Aleister Crowley, *Girassol*, Lisboa, 16 de dezembro de 1930, S.P.
163. “Versos de Fernando Pessoa”: “Minuete invisível” e “Névoa”, *Diário dos Açores*, 17 de junho de 1930. O poema “Minuete invisível” tinha sido publicado em *Portugal Futurista*, Lisboa, novembro de 1917, p. 23.
164. “O Ultimo Sortilegio”, *Presença* n.º 29, Coimbra, dezembro de 1930, p. 4.
165. Álvaro de Campos: “Notas para recordação do meu mestre Caiiro”, *Presença* n.º 30, Coimbra, janeiro de 1931, pp. 11 e 15.

166. Alberto Caeiro: “O Oitavo poema de O Guardador de Rebanhos”, *Presença* n.º 30, Coimbra, fevereiro de 1931, pp. 6-7.
167. Álvaro de Campos: “Trapo”, *Presença* n.º 31-32, Coimbra, março-junho de 1931, p. 9.
168. “O Andaime”, *Presença* n.º 31-32, Coimbra, março-junho de 1931, p. 10.
169. Ricardo Reis: “Duas odes”, *Presença* n.º 31-32, Coimbra, março-junho de 1931, p. 10.
170. Alberto Caeiro: “O Penúltimo poema”, *Presença* n.º 31-32, Coimbra, março-junho de 1931, p. 10.
171. “Do ‘Livro do Desasocego’ composto por Bernando Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa, por Fernando Pessoa | Prefiro a prosa ao verso | Nuvens... | Gosto de dizer | Sim é poente | Assim como”, *Descobrimento* n.º 3, 1931, pp. 404-415.
172. “Do ‘Livro do Desasocego’, composto por Bernando Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa | Muitos têm definido”, *Presença* n.º 34, Coimbra, novembro de 1931-fevereiro de 1932, p. 8.
173. Álvaro de Campos: “Ah, Um soneto...”, *Presença* n.º 34, Coimbra, novembro de 1931-fevereiro de 1932, p. 7.
174. “Iniciação”, *Presença* n.º 35, Coimbra, março-maio de 1932, p. 2.
175. “Do ‘Livro do Desasocego’, composto por Bernando Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa | Na perfeição nítida”, *A Revista, propriedade da Revista Editorial* n.º 1, Lisboa, novembro de 1932, p. 8.
176. “Autopsicografia”, *Presença* n.º 36, Coimbra, novembro de 1932, p. 9.
177. “Do ‘Livro do Desasocego’, composto por Bernando Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa (Disse Amiel)”, *Revolução*, Lisboa, 7 de junho de 1932, p. 3.
178. “Sôbre os ‘Poemas’ de Paulino de Oliveira”, *Descobrimento – Revista de Cultura* (Verão-Outono), 1932, pp. 333-334.
179. “O caso mental português”, *Fama – Revista Mensal de Actualidades Internacionais* n.º 1, Lisboa, 30 de novembro de 1932, pp. 46-47.
180. “Guia-me só a razão”, *Descobrimento – Revista de Cultura* n.º 4 (Inverno), Lisboa, 1932, p. 515.
181. Álvaro de Campos: “Quero acabar entre rosas porque as amei na infância”, *Descobrimento – Revista de Cultura* n.º 4 (Inverno), Lisboa, 1932, p. 516.

182. Posfácio: “António Botto e o ideal estético criador”, em *Cartas que me foram devolvidas* de Antonio Botto, Lisboa, 1932.
183. “Prefácio” a *Alma Errante*, de Eliezer Kamenesky, Lisboa, 1932. CFP 8-293A.
184. “Prefácio” a *Acrónios*, de Luis Pedro, Lisboa, 1932. CFP 8-644.
185. “Do ‘Livro do Desasocego’, composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa. Separata da revista *Descobrimento*, tiragem de 50 exemplares. Lisboa, 1932. Republicação de: “Do ‘Livro do Desasocego’, composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa, por Fernando Pessoa | Prefiro a prosa ao verso | Nuvens... | Gosto de dizer | Sim é poente | Assim como”, *Descobrimento* n.º 3, 1931, pp. 404-415.

1933-1935

186. Ricardo Reis: “Ode” (Para ser grande...), *Presença* n.º 37, Coimbra, fevereiro de 1933, p. 8.
187. “O que um milionário americano fez em Portugal”, *Fama* n.º 4, Lisboa, 10 de março de 1933, pp. 22-24.
188. “Isto”, *Presença* n.º 38, Coimbra, abril de 1933, p. 7.
189. Álvaro de Campos: “Tabacaria”, *Presença* n.º 39, Coimbra, julho de 1933, pp. 1-2.
190. Posfácio: “Antonio” em *António*, de António Botto, Lisboa, 1933.
191. “O homem de Porlock”, *Fradique*, 15 de fevereiro de 1934, p. 8.
192. “Fresta”, *Momento* n.º 5, março de 1934, p. ?.
193. “Eros e Psique”, *Presença* n.º 41-42, Coimbra, maio de 1934, p. 13.
194. “Tríptico (“I. O Infante D. Henrique”, “II. D. João o Segundo”, “III. Afonso de Albuquerque””, *O Mundo Português*, julho-agosto, 1934. Os poemas I e II foram republicados no livro *Mensagem*. Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1934, sob o título de conjunto “O Timbre”, com diferenças ortográficas e de pontuação; o poema III foi substituído por um novo poema, que manteve o mesmo título e a mesma posição na sequência.

195. *Portugal, Vasto Império*, Augusto da Costa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934. Republicação de “Portugal, Vasto Imperio’ | Um inquerito nacional | Depoimento do escriptor Fernando Pessoa”, *O Jornal do Comércio e das Colónias*, Lisboa, 28 de maio e 5 de junho de 1926, p. 1 e p. 1.
196. *Mensagem*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1934.
197. “Dez minutos com Fernando Pessoa”, *Suplemento Literário do Diário de Lisboa*, 14 de dezembro de 1934. p. 5.
198. “Do livro *Mensagem*: O Infante; O Mostrengo; Prece”, *Suplemento Literário do Diário de Lisboa*, 14 de dezembro de 1934, p. 5. Republicação parcial de *Mensagem*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1934.
199. “Prefácio” a *Quinto Império*, Augusto Ferreira Gomes, Lisboa, 1934. Deste livro existe um exemplar na Biblioteca Particular de Fernando Pessoa, cota CFP 8-228.
200. “A Romaria de Vasco Reis”, *Suplemento Literário do Diário de Lisboa*, 4 de janeiro de 1935, p. 5.
201. “Os dois poetas premiados do Secretariado da propaganda” | “O dos Castelos”; “D. Afonso Henriques”, *O “Notícias” Ilustrado*, Lisboa, 6 de janeiro de 1935, S.P. Republicações parciais de *Mensagem*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1934.
202. “Associações secretas”, *Diário de Lisboa*, 4 de fevereiro de 1935, p. 1 e páginas centrais. Republicado em *A Maçonaria Vista por Fernando Pessoa, o Poeta da Mensagem, Obra Nacionalista, Premiada pelo Secretariado da Propaganda Nacional*, Publicação Clandestina, 1935.
203. “Como Fernando Pessoa vê António Botto”, *Ciúme, Suplemento Literário do Diário de Lisboa*, 1 de março de 1935, p. 6.
204. “D. Diniz” e “Terceiro”, em “Cartas do outro lado – Um poeta e um romancista”, “Suplemento” do *Diário de Notícias, Rio de Janeiro*, n.º 2523, 10 de março de 1935, pp. 17 e 23. Republicações parciais de *Mensagem*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1934.
205. “Intervalo”, *Momento, Manifesto de Arte e Crítica* n.º 8, abril de 1935, S.P.
206. “Poesias dum prosador”, *Suplemento Literário do Diário de Lisboa*, 11 de novembro de 1935, p. 2.
207. Álvaro de Campos: “Nota ao acaso”, *Sudoeste* n.º 3, novembro de 1935, p. 3.
208. “Conselho”, *Sudoeste* n.º 3, novembro de 1935, pp. 5-6.

209. “Nós os de Orpheu”, *Sudoeste* n.º 3, novembro de 1935, p. 3.
210. *A Maçonaria Vista por Fernando Pessoa, o Poeta da Mensagem, Obra Nacionalista, Premiada pelo Secretariado da Propaganda Nacional*, Publicação Clandestina, 1935. Republicação de “Associações secretas”, *Diário de Lisboa*, 4 de fevereiro de 1935, p. 1 e centrais.

Referências

- BARRETO, José (2017) “A chamada ‘nota autobiográfica’ de Fernando Pessoa de 30 de Março de 1935”, *Pessoa Plural*, n.º 12, disponível em <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:759875/> (consultado em setembro de 2020).
- (2013) “O Núcleo de Acção Nacional em dois escritos desconhecidos de Fernando Pessoa”, *Pessoa Plural*, 3, disponível em https://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/pessoaplural/Issue3/PDF/I3A06.pdf (consultado em setembro de 2020).
- (2012B) “A publicação de *O Interregno* no contexto político de 1927-1928”, *Pessoa Plural*, 2, disponível em https://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/pessoaplural/Issue1/PDF/I1A06.pdf (consultado em setembro de 2020).
- (2012) “Mussolini é um louco: uma entrevista desconhecida de Fernando Pessoa com um antifascista italiano”, *Pessoa Plural*, 1, disponível em https://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/pessoaplural/Issue1/PDF/I1A06.pdf (consultado em setembro de 2020).
- BLANCO, José (1983) *Fernando Pessoa: esboço de uma bibliografia*, Porto, Centro de Estudos Pessoaanos.
- BOSCAGLIA, Fabrizio (2016) “As *Chronicas Decorativas* de Fernando Pessoa: uma edição crítica de oito documentos”, *Pessoa Plural*, 9, disponível em https://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/pessoaplural/Issue9/PDF/I9A06.pdf (consultado em setembro de 2020).
- CUNHA, Teresa Sobral e João Rui de SOUSA (1985) *Fernando Pessoa: O último ano, exposição comemorativa do cinquentenário da morte de Fernando Pessoa*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal.
- MIRAGLIA, Gianluca (2017) “A Ânfora do Saudosismo”, *Pessoa Plural*, 11, disponível em https://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/pessoaplural/Issue11/PDF/I11A1.pdf (consultado em setembro de 2020).
- PESSOA, Fernando (2020) *Edição Digital de Fernando Pessoa. Projetos e Publicações*, edição de Pedro Sepúlveda, Ulrike Henny-Krahmer e Jorge Uribe, Lisboa e Colónia, IELT, Universidade Nova de Lisboa e CCEH, Universidade de Colónia 2017ff. <http://www.pessoadigital.pt>. DOI: [10.18716/cceh/pessoa](https://doi.org/10.18716/cceh/pessoa).

- (2018) *Mensagem e outros poemas publicados em vida*, edição de Luiz Fagundes Duarte, Lisboa, INCM.
- (2017) *Prosa publicada em vida*, edição de Richard Zenith, Obra essencial de Fernando Pessoa, Lisboa, Assírio & Alvim.
- (2015) *Sobre o fascismo, a ditadura militar e Salazar*, edição de José Barreto, Lisboa, Tinta-da-China.
- (2013) *Proses – Volume I 1912-1922*, édition de José Blanco, Paris, Editions de La Difference.
- (2013B) *Proses – Volume II 1923-1935*, édition de José Blanco, Paris, Editions de La Difference.
- (2012) *Ficções do Interlúdio*, 2.^a ed., edição de Fernando Cabral Martins, Lisboa, Assírio & Alvim.
- (2012B) *Contos completos*, edição de Zetho da Cunha Gonçalves, Lisboa, Antígona.
- (2011) *Associações secretas e outros escritos*, edição de José Barreto, Lisboa, Ática.
- (2011B) *Sebastianismo e Quinto Império*, edição de Jorge Uribe e Pedro Sepúlveda, Lisboa, Ática.
- (2009) *Sensacionismo e outros ismos*, edição de Jerónimo Pizarro, Lisboa, INCM.
- (2007) *Ficções do Interlúdio*, edição de Fernando Cabral Martins, Lisboa, Biblioteca de editores independentes.
- (2006) *Prosa publicada em vida*, edição de Richard Zenith, Obra essencial de Fernando Pessoa, Lisboa, Assírio & Alvim.
- (1999) *Crítica, ensaios, artigos e entrevistas*, edição de Fernando Cabral Martins, Lisboa, Assírio & Alvim.
- (1999B) *Poemas Ingleses: tomo III*, edição de João Dionísio, Lisboa, INCM.
- (1999C) *Correspondência. 1923-1935*, edição de Manuela Parreira da Silva, Lisboa, Assírio & Alvim.
- (1990) *Pessoa por conhecer, Textos para um novo mapa*, edição de Teresa Rita Lopes, Lisboa, Editorial Estampa.
- (1988) *Fotobibliografia 1902-1935*, organização, introdução e notas de João Rui de Sousa, Lisboa, INCM.
- PIZARRO, Jerónimo e Teresa FILIPE (2020) “Livros, objectos e manuscritos, doação e venda”, *Pessoa Plural*, 17, disponível em <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:1117612/> (consultado em setembro de 2020).
- ROSA, Vasco (2012) “Rebelo de Bettencourt e Fernando Pessoa: Dois poemas publicados no Diário dos Açores”, *Pessoa Plural*, 1, disponível em https://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/eiph/pessoaplural/Issue1/PDF/I1A09.pdf.
- SAMUEL, Paulo (2013) “Um disperso de Fernando Pessoa Praticamente desconhecido”, in *Villa da Feira – Terra de Santa Maria*, 35, outubro de 2013, disponível em https://issuu.com/villadafeira/docs/laf_35 (consultado em setembro de 2020).
- SARAIVA, Arnaldo (1996) *Fernando Pessoa Poeta-Tradutor de Poetas: os poemas traduzidos e o respectivo original*, Porto, Lello Editores.
- SEPÚLVEDA, Pedro (2013) “‘Novela Curta’ de Álvaro de Campos em ‘O Notícias Ilustrado’, 4 de agosto de 1929”, Blogue do Projeto Estranhar Pessoa, 24 de março de 2013, disponível em <http://estranharpessoa.com/blogue/2013/03/24/novela-curta-de-alvaro-de-campos-em-o-noticias-ilustrado-4-de-agosto-de-1929> (consultado em setembro de 2020).
- e URIBE, Jorge (2016) *Planeamento editorial de Fernando Pessoa*, Lisboa, INCM.

- SILVA, Manuela Parreira da (1996) “Fernando Pessoa jornalista Não assinado: a propósito de um texto não assinado”, *Revista Tabacaria*, 1.
- XAVIER, Rodrigo (2020) “Pessoa em publicações periódicas brasileiras (1926, 1931, 1935)”, *Pessoa Plural*, 17, disponível em <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:1117612/> (consultado em setembro de 2020).
- ZENITH, Richard (2011) “Pessoa ‘Inédito’, 1915”, *Revista Colóquio/Letras*, 176: : 191-194.



Jorge Uribe é professor do Departamento de Humanidades da Universidad EAFIT e doutor pelo Programa em Teoria da Literatura da Universidade de Lisboa com uma tese dedicada à biografia intelectual de Fernando Pessoa e aos conceitos de crítica estética e despersonalização dramática nas obras de Oscar Wilde, Walter Pater e Matthew Arnold. É membro do projeto crítico e editorial “Estranhar Pessoa: um escrutínio das pretensões heteronímicas”, foi bolseiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e da Fundação Calouste Gulbenkian e é corresponsável pela *Edição Digital de Fernando Pessoa: Projetos e Publicações* (pessoadigital.pt).



***O marinheiro* e o regime do infradramático**

Flávio Rodrigo Penteado

Universidade de São Paulo

Resumo

O artigo propõe-se ler *O marinheiro*, de Fernando Pessoa, sob um viés alternativo à aproximação com a obra dramática e teórica de Maurice Maeterlinck. Embora este “drama estático em quadro” efetivamente remonte ao dramaturgo belga, o texto publicado em *Orpheu 1* apresenta características que ultrapassam as convenções da estética simbolista. Isso porque o estatismo também se faz presente em dramas modernos e contemporâneos, não se limitando ao período finissecular. Deste modo, procuramos sustentar que a peça de Pessoa pode ser associada ao “regime infradramático”, categoria proposta por Jean-Pierre Sarrazac, na qual a ação dramática tem seu estatuto modificado, revelando-se menos ativa do que passiva, o que favorece o desenvolvimento desta antes no âmbito psíquico do que no exterior. Ainda assim, uma sucinta análise daquele “drama estático” terá o objetivo de nele identificar um traço que Martin Esslin considera ser característico de uma obra dramática convencional: a criação de *suspense*.

Palavras-chave: Fernando Pessoa, Literatura dramática, Estatismo, Drama moderno

Abstract

The aim of this article is to analyze Fernando Pessoa's *The Mariner* from an alternative perspective to the usual approximation made with the dramatic and theoretical work of Maurice Maeterlinck. Although this “static drama in one act” effectively refers to the Belgian playwright, the text published in *Orpheu 1* presents features that go beyond the conventions of symbolist aesthetics. This is due to the fact that static drama is also present in modern and contemporary dramas, and not only in the *fin de siècle* period. Thus, I try to demonstrate that Pessoa's play has attributes that allow it to be associated with the “infra-dramatic regime”, a category proposed by Jean-Pierre Sarrazac, in which

the dramatic action has its status changed and reveals itself less active than passive, which favors the development of action rather in the psychic than physical sphere. At the same time, a succinct analysis of that “static drama” will aim to identify a trait that Martin Esslin considers to be characteristic of a conventional dramatic work: the creation of suspense.

Keywords: Fernando Pessoa, Dramatic literature, Static drama, Modern drama



Com exceção d’*O marinheiro*, publicado no primeiro número da revista *Orpheu* (1915), a obra dramaturgíca de Fernando Pessoa não logrou maior acabamento. Ainda assim, durante algum tempo seu criador ambicionou uma localização de destaque, no conjunto de seus escritos, ao drama propriamente dito, empenho testemunhado por mais de uma dezena de dramas inconclusos presentes em seu espólio, patrimônio da Biblioteca Nacional de Portugal.¹ Recentemente, inclusive, treze de tais textos, antecidos por aquele “drama estático em um quadro”, foram publicados por Filipa de Freitas e Patricio Ferrari na coletânea *Teatro estático* (Pessoa, 2017). Se é justo afirmar que, por estarem inacabados, os dramas ali coligidos não bastam para conferir posição de prestígio na dramaturgia ocidental ao escritor português, deve-se reconhecer que a única peça que finalizou reúne qualidades suficientes para que se possa considerar seu autor como um genuíno renovador do gênero (e não simples epígono da dramaturgia simbolista, em geral, e de Maurice Maeterlinck, em particular). Deste modo, é produtivo investigar o lugar daquele e de outros “dramas estáticos” pessoanos na tradição teatral, colocando-os em diálogo com a obra de outros dramaturgos cuja modernidade não se questiona, a exemplo de Ibsen e Tchekhov, ainda no século XIX, ou Pirandello e Beckett, já no século XX. No presente artigo, porém, para atender a um dos propósitos deste caderno temático – o de discutir alguma publicação em vida de Pessoa –, nos deteremos apenas sobre *O marinheiro*.

De acordo com um dos planejamentos do escritor, este drama inauguraria uma série de livros projetada para compilar textos pertencentes a uma nova modalidade artística, ora referida como teatro, ora como drama estático.² De fato, a peça foi projetada por seu autor, a certa altura, como “a primeira de, pelo menos, uma heptalogia estática” – ou “de estase”, tal como a coleção é referida pouco adiante, no mesmo apontamento, que possivelmente serviria de introdução ao texto inaugural

¹ A maior parte destes textos permanece completamente inédita até hoje. Dentre estes, alguns foram já referidos por Lopes (1985: 122-139). Mais recentemente, Freitas (2017) trouxe à luz os fragmentos que compõem outra peça inacabada, *O amor*, cuja linguagem mais coloquial se adequa ao corriqueiro tratamento que o texto dispensa à temática referida no título, distanciando-se, portanto, do teor existencial e metafísico predominante nos dramas estáticos. A mesma pesquisadora esteve também envolvida na organização do Colóquio Internacional “O Teatro de Fernando Pessoa: Trilogia dos Gigantes”, realizado em 31 de maio de 2019 na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, durante o qual se discutiram três peças inéditas do autor – *Briareu*, *Livor* e *Tifon* –, que tematizam mitos da Antiguidade Clássica e em breve serão objeto de edição digital. No âmbito deste evento, merece destaque a comunicação “Entre Autos e Outros: Mapeando o Teatro (Édito e Inédito) de Fernando Pessoa”, proferida por Nicolás Barbosa e Carlos Pittella, que evidenciaram o extraordinário volume de textos dramaturgícos pessoanos ainda por editar. Desse modo, a tendência é que, nos próximos anos, mais obras dramáticas do autor venham a ser publicadas.

² Pessoa não estabelece distinção clara entre “drama” e “teatro”. Assim, no mais conhecido fragmento teórico em que estabelece as diretivas do novo gênero por ele proposto, emprega “teatro estático” (Pessoa, 2017: 276), embora, em excerto divulgado apenas mais recentemente, o autor hesite entre os dois termos (ibidem: 276-278).



do conjunto (Pessoa, 2017: 276-278). Deve-se pontuar, ainda, que, nas diversas listas presentes no espólio pessoano em que se referem obras dramáticas, embora a série a ser principiada por *O marinheiro* seja com frequência denominada “Teatro Estático”,³ em no mínimo duas delas figura a expressão “Teatro d’Êxtase”,⁴ a qual igualmente convive com a indicação “Teatro Menor”, posterior a 1918.⁵

De considerável interesse para a crítica genética, que, entre outras atribuições, reclama para si tanto a tarefa de descrever quanto a de analisar diferentes etapas envolvidas no processo criativo, as oscilações mencionadas acima também são pertinentes para a reflexão aqui proposta. Isso porque elas apontam para algumas linhas de força do paradigma teatral imaginado por Pessoa. Nesse sentido, a flutuação entre os adjetivos “estático” ou “de estase” e a designação “d’êxtase” salienta o intento de proporcionar àquele gênero o trânsito pelo domínio do *estático* – qualidade daquilo que é imóvel – e, ao mesmo tempo, do *extático* – característica do que se refere ao êxtase, ao enlevamento –, conforme já observado por Lopes (1990), Castro (1996) e Silva (2018).

Efetivamente, a noção de êxtase é crucial no drama estático pessoano. Caio Gagliardi, organizador da edição brasileira de algumas daquelas peças, esclarece que a palavra, de origem grega (*ékstasis*, conforme o registrado pelo Houaiss, “deslocamento, movimento para fora, perturbação mental determinada por terror, assombro ou por cólera”), corresponde, naqueles textos, a uma espécie de intuição ou vidência sob cujo influxo as personagens sofrem efeitos de uma crise perceptiva que as impulsiona a viajar “para além do real imediato, deixando-se absorver por um estado de consciência independente de toda e qualquer ação externa” (Pessoa, 2010: 9).

Percebe-se que, na medida em que semelhante estado pressupõe algum grau de inércia e alheamento, possivelmente não escapou a Pessoa o fato de o substantivo “êxtase” ser parônimo de “estase”, o qual, assim como “estático”, deriva do vocábulo grego *stásis*, que tanto pode designar a

³ Cf. Sepúlveda e Uribe (2016). Os editores seguem a ortografia arcaizante do autor: “Theatro Estatico” (ibidem: 71, 90, 98); “Theatro Statico” (ibidem: 109, 124, 126, 139, 151).

⁴ Ibidem: 60. A outra lista, uma das cinco integralmente consagradas à dramaturgia pessoana, se encontra em Pessoa (2017: 272). A expressão inspirou o título da coletânea *Teatro do êxtase* (Pessoa, 2010), a qual, além d’*O marinheiro*, reproduz o texto estabelecido por Lopes (1985: 515-550) para quatro peças inacabadas do autor, até então inéditas no Brasil.

⁵ Cf. Pessoa (2017: 274). Em Sepúlveda e Uribe (2016), registram-se as expressões “Theatro Menor” (ibidem: 174) e “Theatro Menor (Statico)” (ibidem: 194), datadas de c. 1925 e 1930, respectivamente, o que corroboraria a hipótese de esta ser uma denominação posterior à primeira fase de escrita daqueles dramas, compreendida entre 1913/14 e 1918, segundo propõem Freitas e Ferrari (Pessoa, 2017: 13).



condição de estar de pé quanto o ato de deter-se, ficar parado, imóvel, condição em que quase sempre se encontram as figuras presentes no drama estático pessoano, categoria que, segundo propõe seu criador, “transcende o teatro meramente dinâmico” (Pessoa, 2017: 276).

Ainda assim, é curioso constatar que, n’*O marinheiro*, caracterizado pela pulverização do enredo, bem como pelo dismantelamento do diálogo e da personagem, a ação dramática, ao contrário do que pretendia seu autor, não se extingue por completo. Conforme se procurará sustentar, esta tem seu estatuto modificado naquele drama, revelando-se menos ativa do que passiva. É mesmo possível enxergar, ali, o estabelecimento daquilo que Sarrazac (2017) apelida *regime infradramático*, no qual a atenção se concentra em eventos mínimos, insignificantes e mesmo banais, não sendo raro o desenvolvimento destes apenas no âmbito da psique das personagens – precisamente o que se verifica na peça de Pessoa.

São raras, no entanto, as análises d’*O marinheiro* que se proponham a ler esta obra para além do simbolismo de inspiração maeterlinckiana, o que não deixa de surpreender se pensarmos que, não obstante a ideia de um “teatro estático” se deva ao dramaturgo belga, a noção de estatismo ultrapassa a obra de Maeterlinck.

Embrionário nos *tableaux* ambicionados por Diderot em meados do século XVIII, o estatismo, ao propor a substituição da categoria de ação pela de situação e se fundamentar na tensão entre inatividade física e mobilidade psíquica das personagens, abre caminho para possibilidades de exploração da escrita dramática que se estendem do *John Gabriel Borkman* (1896) de Ibsen, cujo casal protagonista emparedado em pavimentos distintos de uma casa já prefigura aqueles reunidos para um jantar n’*A sonata dos espectros* (1907) de Strindberg, até a propensão à imobilidade que caracteriza *Esperando Godot* (1952) e *Fim de partida* (1957), de Beckett, ou ainda, de modo mais metafórico, o *Hamlet-máquina* (1977) de Müller (cf. Kuntz & Losco, 2012).

Nota-se que a tendência estática distingue uma família de textos que não se limita ao horizonte finissecular. Assim, embora possivelmente tenha se inspirado em Maeterlinck ao imaginar a modalidade teatral inaugurada por *O marinheiro*, o que Pessoa fez – sem talvez disso ter consciência – foi se inserir em uma tradição mais ampla do drama moderno, o que favorece abordagens de seus “dramas estáticos” alternativas àquelas centradas no diálogo com a estética simbolista, algo já exaustivamente estudado.



Sendo evidente o influxo de Maeterlinck sobre a composição daquele “drama estático em um quadro”,⁶ não será o caso, enfatize-se, de aqui negar esta filiação, mas sim de lhe expandir as possibilidades de entendimento. Isso porque, efetivamente, a proposta maeterlinckiana de um “teatro estático”, destituído de ação no sentido tradicional, requer atenção.

Formulada em “O trágico cotidiano” (1896), tal proposta já se fazia perceber na primeira versão do texto, intitulada “A propósito de *Solness, o construtor*” e publicada dois anos antes no jornal *Le Figaro*, por ocasião da primeira montagem francesa, pelo Théâtre de l’Euvre, do texto de Henrik Ibsen. Poucos anos atrás, Rancière (2011) retornou ao texto de Maeterlinck e focalizou, já de início, o modo como a peça em questão é caracterizada ali: “um drama quase sem ação”. O crítico não ignora a presença do advérbio antes do adjetivo – “quase sem ação”, enfatiza, não é o mesmo que “sem ação” – e ele tem isso em conta ao nos convidar para uma análise mais aprofundada da categoria dramática da ação ou da ausência desta.

Uma forma de compreender o conceito clássico de ação, tal como propõe Rancière, reportando-se a Aristóteles, é tomá-lo como a exteriorização de emoções interiores, aptas a serem traduzidas pelo discurso. Em última análise, trata-se, assim, de um sistema de correspondências, em que o externo coincide com o interno. É justamente a esse regime que Maeterlinck reage, ao enxergar em *Solness, o construtor* (1892) a perspectiva de um modelo dramático alternativo ao tradicional. Se, na lógica aristotélica, predominava uma cadeia de ações que permitia ao sujeito passar da ignorância para o conhecimento, o novo regime do trágico cotidiano almeja um caminho direto para tanto, ao pôr em cena o simples resultado de um encontro com o desconhecido, sem o situar no âmbito de uma revelação metafísica. Deste modo, o teatro estático maeterlinckiano, conforme tal proposta de leitura, não consiste na exposição de consciências atormentadas, mas sim de sensações praticamente incomunicáveis pela fala, balbuciadas por indivíduos comuns que, de repente, despertam para os movimentos imperceptíveis do mundo que os cerca.

⁶ Provavelmente ciente disso, o autor português aparenta ter recorrido a diferentes estratégias para neutralizar tal influência. Uma delas é a provável natureza ficcional da data em que ele alega ter composto o drama (11 e 12 de outubro de 1913), anterior às primeiras referências ao texto, na correspondência de Pessoa, que surgem apenas no ano seguinte, coincidindo com o período em que este documenta suas leituras de Maeterlinck. Deste modo, estaria garantida a precedência d’*O marinheiro* em relação à obra do dramaturgo belga (cf. Fischer, 2012: 23-24). Outro possível artifício para assegurar a originalidade e superioridade de seu drama em relação aos maeterlinckianos diz respeito às referências textuais pouco lisonjeiras a estes, caso da asserção seguinte, originalmente redigida em inglês: “A melhor nebulosidade e sutileza de Maeterlinck é grosseira e carnal em comparação” com *O marinheiro* (Pessoa, 2009: 216).

O drama estático arquitetado por Pessoa obedece a diretrizes similares a esta. Em conhecido fragmento no qual se propõe a conceituar a modalidade teatral inaugurada por *O marinheiro*, o escritor defende que, nos dramas daquela espécie, o “enredo dramático não constitui ação” e se antecipa a quem, por esse motivo, se recusasse a acolhê-los no domínio do teatro, ao sustentar que a essência de tal arte residiria não na “progressão e consequência da ação”, mas sim na “revelação das almas através das palavras trocadas” (Pessoa, 2017: 276).

Nesse excerto, Pessoa forneceu ferramentas teóricas para o que considerava ser a adequada compreensão de seu “drama estático em um quadro”. O escritor, contudo, não se deu por satisfeito e se empenhou, ainda, na redação de outros textos de natureza parecida, dedicados à assimilação do conjunto de obras que compunham a revista na qual a peça foi dada a conhecer, textos que tinham também o declarado objetivo de amplificar a promoção de *Orpheu* em Portugal.

Tais textos têm em comum o fato de almejarem pôr em destaque a singularidade, no âmbito europeu, do movimento em torno do qual se articulavam os autores ali publicados: “Nunca em Portugal tinha aparecido uma corrente literária que mostrasse originalidade, não relativa, senão absoluta; isto é, que *excedesse* as correntes literárias contemporâneas dos outros países” (Pessoa, 2009: 46; grifo do autor).⁷

Já no que diz respeito a *O marinheiro*, pode-se observar maior flexibilidade na forma como a peça é mencionada: em um dos textos, faz-se referência ao “curioso e doentio drama estático de Fernando Pessoa” (ibidem: 44), possivelmente na esteira do escândalo provocado no meio literário português pelo aparecimento da revista. Nesse mesmo sentido de contribuir para a dilatação do estardalhaço, cabe destacar, ainda, a seguinte passagem de um “Panfleto contra Orpheu”, concebido pelo próprio escritor:

O Marinheiro do sr. F[ernando] P[essoa] é de partir a cabeça mais sólida. Ninguém percebe nada, salvo, aqui e ali, umas frases que era melhor não perceber. Em todo caso, o sr. tem a grande vantagem de não cometer imoralidades nem espalhafatos. É deplorável como indicação de um estado mental, mas não é irritante ou nojento. (ibidem: 62; grifo do autor)

⁷ Pizarro, responsável pela edição citada, mantém a ortografia arcaizante do autor, aqui atualizada. Procederemos da mesma forma ao citar excertos de textos pessoais extraídos da edição a cargo de Freitas e Ferrari (Pessoa, 2017).



Em outro texto, o drama é qualificado como “um prolongamento do simbolismo, ainda mais complexo mas mais disciplinado” (ibidem: 49), evidenciando o parentesco da peça com aquela corrente estética, sem todavia deixar de lhe sinalar a superioridade em relação àquele movimento. Deve-se realçar, finalmente, a posição de destaque ocupada por aquele drama em um dos textos de divulgação redigidos por Pessoa, no qual figura como a última obra a ser citada e a única a merecer um comentário crítico um pouco mais extenso:

O mais extraordinário é a grande divergência de individualidades que uma corrente tão nova já comporta. Há os poemas de Sá-Carneiro, perturbadores e geniais, os poemas suaves e doentios de Ronald de Carvalho (...), os heráldicos e brilhantes sonetos de Alfredo Guisado, as líricas solenes e litúrgicas de Côrtes-Rodrigues, os deliciosos “Frisos”, infantis e exóticos (...) do desenhador José de Almada Negreiros e, finalmente, esse noturno “drama estático” de Fernando Pessoa, revelação de uma vida interior espantosamente rica, e onde o fogo central de uma tragédia que se passa apenas nos sonhos de três figuras (elas próprias talvez também sonhos) é contido dentro de uma sobriedade externa difícil de encontrar fora da Grécia antiga. (ibidem: 47)

A sugestão de que a peça acomodaria a “revelação de uma vida interior” pode ser associada ao já mencionado regime do infradramático, o qual favorece o desenvolvimento da ação antes no âmbito psíquico do que exterior (nesse sentido, as personagens do drama podem ser percebidas como produto de uma consciência que as ultrapassa – possivelmente a “quinta pessoa” a quem as veladoras fazem referência no desfecho da obra, conforme veremos mais adiante). Contudo, o que mais parece reclamar nossa atenção no trecho acima é a vinculação do drama ao horizonte da tragédia clássica, aparentemente distante desse texto que, à primeira vista, está mergulhado na atmosfera do decadentismo finissecular. Não se trata, por certo, de uma referência isolada: em mais um texto projetado para a divulgação de *Orpheu*, lê-se que algumas das obras ali estampadas “têm, mesmo perante um critério clássico, muito que se admire” (Pessoa, 2009: 46) e em outro texto da mesma natureza, agora atribuído ao heterônimo António Mora, este autor fictício afirma dever sua “compreensão dos literatos de Orpheu a uma leitura aturada sobretudo dos gregos, que habilitam quem os saiba ler a não ter pasmo de coisa nenhuma” (ibidem: 53).

Embora a exaltação da arte grega não constitua raridade nos escritos de Pessoa, a remissão ao modelo antigo, especificamente no caso d’*O marinheiro*, talvez soe menos surpreendente se nos lembrarmos de que Maeterlinck, em “O trágico cotidiano”, já havia associado a expressão “teatro

estático” às tragédias de Ésquilo, realçando a imobilidade subjacente a estas peças.⁸

No que concerne ao dramaturgo belga, tal associação consiste menos em interpretação inculcada por ele do que em verificação de cunho histórico, visto que, nos seus primórdios, a tragédia era proclamada por um único ator (o protagonista), em posição estática. Quanto ao autor português, os críticos têm apontado, com frequência, para o caráter paradoxal da expressão “drama estático”, pois, em grego, a palavra “drama” significa “ação”.

Para experientes comentadores da *Poética* aristotélica como Roselyne Dupont-Roc e Jean Lallot, semelhante definição, entretanto, está longe de ser consensual. Tal como sustentado pelo par de tradutores do texto para francês, os termos “emoções” (*pathè*) e “ações” (*praxeis*) estão habitualmente concatenados naquela obra (cf. Aristote, 1980: 148), o que está na base da já mencionada interpretação, por Rancière (2011), do conceito de ação como a exteriorização de emoções interiores. Este é também o fundamento da proposta de compreensão do conceito por Sarrazac, segundo a qual o termo grego igualmente recobriria aquilo que hoje entendemos por “*estados*, em especial a infelicidade ou a felicidade” (grifo do autor), possibilitando que se possa conceber a ação como “a passagem de um estado a outro” (Sarrazac, 2017: 14).

O que está em jogo aqui, portanto, é a redefinição do próprio conceito de drama ao se repensar o estatuto da ação, gesto evidenciado pelos referidos estudiosos franceses e já intuído por diferentes autores no fim do século XIX, a exemplo de Nietzsche e Strindberg.⁹ É legítimo, então, aproximarmos desse contexto o fragmento em que Pessoa estabelece os termos de seu “teatro estático”, no qual afirma dispensar a “progressão da ação”, de modo que não haveria espaço, nesta modalidade teatral, para conflito ou “perfeito enredo” (Pessoa, 2017: 276). Contudo, se analisarmos

⁸ Conforme pontuam Freitas e Ferrari (Pessoa, 2017: 356-359), não é possível assegurar se o escritor português leu este ensaio de Maeterlinck. Todavia, no acervo bibliográfico que lhe pertenceu, albergado na Casa Fernando Pessoa, encontram-se anotadas numerosas passagens do livro *La poésie nouvelle*, de André Beaunier, publicado em 1902 e adquirido por Pessoa na primeira metade dos anos 1910. Em algumas destas, o crítico francês cita e comenta diversos excertos do dito ensaio. Quanto a Ésquilo, constata-se a existência, entre os livros do que restou da biblioteca particular pessoana, de edições de peças daquele dramaturgo em grego, francês e inglês. Registre-se, por fim, a possibilidade de o autor d’*O marinheiro* ter tido acesso às proposições do dramaturgo belga através do volume *L’Œuvre de Maurice Maeterlinck* (1912), de Max Esch, igualmente preservado no referido acervo (cf. Silva, 2018: 16).

⁹ Sarrazac assinala que o autor d’*O nascimento da tragédia* já havia posto em causa o modelo tradicional de drama: “Concepção do ‘drama’ enquanto ação./ Essa concepção é muito ingênua [...] O sentimento que se declara, a compreensão de si, não são ações?” (*apud* Sarrazac, 2017: 14). Em outra altura, o estudioso refere uma passagem de texto escrito pelo dramaturgo sueco na qual se lê: “Em grego antigo, drama parece ter querido dizer acontecimento, incidente, e não ação, ou aquilo que nós chamamos de intriga. A vida não se passa de modo algum segundo a regularidade de uma construção dramática” (*ibidem*: 76).



com mais atenção a mecânica d’*O marinheiro*, poderemos inferir que determinadas proposições daquele fragmento não se cumprem por completo no texto.

Recordemos, brevemente, a premissa desta peça: num quarto de formato circular, dentro de um castelo antigo, três donzelas passam a noite velando o cadáver de uma quarta. Enquanto isso, sentadas diante da única janela presente naquele cômodo, estreita e a partir da qual se pode enxergar uma reduzida parcela de mar, elas se entretêm contando reminiscências do passado, sobretudo da infância. No entanto, logo fica claro que o trio não fala apenas para passar o tempo: as veladoras se esforçam para ocupar o espaço com palavras por suspeitarem que, do contrário, o silêncio pode ganhar corpo – e isso não em sentido metafórico, pois as personagens ali intuem a presença de uma quinta pessoa, invisível. Daí, então, a importância da narração, pela Segunda veladora, do sonho tido por ela à beira-mar, a propósito do marinheiro que dá título à peça. Em vez de lhes transmitir tranquilidade, o relato desperta nelas um inquietante questionamento: e se, a exemplo do marujo náufrago, elas não se restringissem a seres de ficção? Ou pior: e se a única coisa verdadeiramente real naquele quarto fosse o navegante daquela narrativa? Não seria tudo o mais – inclusive as três donzelas – apenas um sonho dele? Com o raiar do dia, anunciado pelo canto de um galo, elas se calam e a peça chega ao fim – mas não a perplexidade que, ao longo dela, se instalou no leitor.

Na impossibilidade de fazermos uma análise mais minuciosa deste drama, observemos, a título de exemplo, a forma como a monotonia nele se comporta. Por um lado, o próprio dramaturgo se encarregou de fornecer munição a quem desejasse acusar o texto de maçante, quando publicou, sob o nome de Álvaro de Campos, aquele famoso poema intitulado “A Fernando Pessoa”, em que a criatura se dirige ao criador e aponta para o que há de tedioso naquela peça, de tal modo que mesmo “os mais ágeis e astutos/ Se sentem com sono e brutos” (Pessoa, 2002: 135). Por outro lado, a sugestão de que o drama constituiria um falatório sem fim – “(...) *Porque estamos nós falando ainda?/ Ora isso mesmo é que eu ia/ Perguntar a essas senhoras...*” (ibidem) – não apenas vacila mediante a observação atenta da mecânica da peça, como também é repelida pelo seguinte apontamento, sem datação ou assinatura e originalmente redigido em inglês por Pessoa:

Começando com muita simplicidade, o drama cresce gradualmente até um grau terrível de terror e dúvida, que aumentam e aumentam, até absorverem em si as almas das três personagens e a atmosfera do quarto e mesmo o poder que o dia tem para começar. || O fim desta peça contém o mais sutil

terror intelectual que alguma vez se viu. Um ambiente opressivo cai sobre as três figuras e fá-las falar quando não têm vontade de falar, nem nenhuma razão para falarem. (Pessoa, 2017: 260)

Se, de fato, predomina o tom monocórdio no texto, tal característica não se transfere à engrenagem deste drama, conduzido por personagens que, na aparência, não compõem conflito algum, por apenas conversarem em lugar de agirem. Ora, ao comentar o mecanismo dramático da peça, cujo traço distintivo, conforme o trecho há pouco citado, é a gradação, Bréchon (1999: 178) identifica-lhe o clímax no relato da Segunda veladora e chama a atenção para as “peripécias mentais” que daí decorrem, quando se inverte a perspectiva do sonho e as personagens questionam se “não será a única coisa real nisto tudo o marinheiro, e nós e tudo isto aqui apenas um sonho dele?...” (Pessoa, 2017: 44). A partir dessa altura, que o biógrafo francês refere como a metade final da peça, o desenrolar dos eventos atende à estrutura de um “*suspense* metafísico”, comparável, ainda segundo ele, à dinâmica dos romances policiais que Pessoa gostava de ler.

A expressão “*suspense* metafísico” é certa e pode, inclusive, se estender à totalidade do drama, no qual se verificam, do princípio ao fim, várias referências ao raiar do dia que se aproxima e, com ele, o adormecer dos sonhos, introduzindo um elemento de *suspense* que não permite que o texto resvale na modorra.¹⁰ Bem ao contrário, a constante referência ao amanhecer provoca a expectativa de que algo aconteça, antecipando a presença do dito “terror intelectual” proporcionado pelo desfecho.

Outros elementos cuja repetição provoca efeito parecido são as menções ao frio¹¹ (possível alusão à morte, que ronda as veladoras não apenas na forma do cadáver, mas também de uma entidade invisível que pressentem transitar entre elas); ao despertar do ser ou seres de cuja presença desconfiam;¹² ao silêncio que, por vezes, ameaça se corporificar e conceder materialidade à presença de um intruso, que as veladoras chegam a referir como “quinta pessoa”,¹³ a quem atribuem a

¹⁰ Citem-se apenas algumas delas: “Quando virá o dia?...” (Pessoa, 2017: 33); “Breve raiará o dia e arrependem-nos-emos... Com a luz os sonhos adormecem...” (ibidem: 34); “Vede, começa a ir ser dia... Vede: vai haver o dia real...” (ibidem: 42-43); “É dia já. Vai acabar tudo...” (ibidem: 47).

¹¹ “PRIMEIRA – Não falemos de nada, de nada... Está mais frio, mas por que é que está mais frio? Não há razão para estar mais frio. Não é bem mais frio que está...” (Pessoa, 2017: 37).

¹² Veja-se a seguinte passagem de uma fala da Primeira: “Há mais presenças aqui do que as nossas almas... O dia devia ter já raiado... Deviam já ter acordado...” (ibidem: 45).

¹³ Este tópico é trabalhado em detalhe por Gagliardi (2011: 112-117) e também é referido por Junqueira (2013: 87-99).

faculdade de controlar suas ações e discursos;¹⁴ à suspeita, por outro lado, em relação à fala, cujo perigo as leva a privilegiarem o silêncio outras vezes temido¹⁵.

Percebe-se que, não obstante Pessoa procure escapar às principais convenções do gênero dramático, ao desestabilizar categorias tradicionais como as de ação, diálogo, enredo e personagem, permanece intacta a essência do drama, ao menos tal como concebida por Esslin (1978: 47): “a criação do interesse e do *suspense* (em seu sentido mais lato) está por trás de toda construção dramática”. O mesmo autor considera, logo adiante, ser necessário haver “constante variação de andamentos e ritmos”, sob pena de “provocar o tédio e a sonolência” (ibidem). Ora, “tédio” e “sonolência” se referem precisamente à espécie de efeito que o astuto criador d’*O marinheiro* fez incidir sobre seu heterônimo mais exaltado e que passou a ser reproduzido por tantos críticos que se ocuparam desta peça, não prestando atenção ao fato de que, embora o texto efetivamente não ofereça a variação rítmica mencionada pelo teatrólogo americano, mesmo assim o drama é bem-sucedido na criação de *suspense*.

É Esslin, ainda, quem observa, em vários dramaturgos modernos, como Beckett e Ionesco – ambos posteriores a Pessoa –, a tendência a substituir a convencional pergunta “e agora, o que será que vai acontecer?” por outro questionamento, mais amplo: “O que estará acontecendo?” (ibidem: 53). Esta opção, que situa a obra dramaturgica no nível da incerteza, é perfeitamente ajustável a *O marinheiro*.

Em outra altura de seu ensaio, o mesmo estudioso recorre ao *Tartufo* de Molière para definir um dos recursos elementares de qualquer drama: “fazer o público saber um pouco mais do que os personagens que estão no palco. Ou, em alguns casos, menos. Quando o público sabe menos do que os personagens, o que resulta é o *suspense*, a tensão, a expectativa” (ibidem: 79). Efetivamente, a dinâmica de antecipações que orienta a peça de Pessoa transmite a impressão de que, aqui e ali, as personagens sabem um pouco mais do que nós, contribuindo para a construção do *suspense* nos termos descritos por Esslin: logo no início, a Primeira veladora enuncia que “Com a luz os sonhos

¹⁴ Repare-se nas seguintes passagens, todas enunciadas pela Segunda veladora: “Ah, mas porque é que falamos? Quem é que nos faz continuar falando? Porque falo eu sem querer falar?” (Pessoa, 2017: 45-46); “Quem é que está falando com a minha voz?...” (ibidem: 46); “Quem é a quinta pessoa neste quarto que estende o braço e nos interrompe sempre que vamos a sentir?” (ibidem: 47).

¹⁵ Tome-se o exemplo a seguir, extraído de uma fala da Segunda: “Não se deve falar demasiado... A vida espreita-nos sempre... Toda a hora é materna para os sonhos, mas é preciso não o saber... Quando falo de mais começo a separar-me de mim e a ouvir-me falar.” (ibidem: 39-40).



adormecem...” (Pessoa, 2017: 34), o que prenuncia o desenlace; ainda antes, a primeira interrogação lançada de uma personagem à outra antecipa um dos motivos centrais da peça: a invenção/construção do passado através de uma narrativa sem outro propósito que não o de entretenimento, isto é, de subtrair-se momentaneamente à vida, a exemplo do que fará o marinheiro na ilha longínqua;¹⁶ por fim, o adiantamento do desfecho trágico da própria narrativa do marinheiro, antecipado por uma intuição da Primeira veladora: “Ao pé da minha casa natal havia um lago. Eu ia lá e assentava-me à beira dele (...) Não sei porquê, mas parece-me deste lago que ele nunca existiu... (...) Quem sabe porque é que eu digo isto e se fui eu que vivi o que recordo?...” (ibidem: 37).

Nota-se, portanto, que o estatismo posto em prática por Pessoa, assim como já ocorria nos primeiros dramas de Maeterlinck, lida menos com a supressão da ação do que com o remanejamento de seu estatuto. Dito de outro modo, o interesse de suspender tal categoria dramática, manifestado por ambos os dramaturgos, não deve ser confundido com sua dissolução. Isso porque, diferentemente do que a denominação “teatro estático” parece indicar, não se trata, ali, de repudiar toda e qualquer espécie de deslocamento, e sim de revigorar os meios de situá-lo no tecido dramático, de forma que a progressão da ação – transfigurada, mas não abolida – resulte não do intercâmbio dialógico, e sim da tensão entre imobilidade física e movimentação psíquica.

Está armado, deste modo, um dos pilares do novo paradigma de drama concebido por Sarrazac: o regime do infradramático, interior e implosivo (ao contrário do antes vigente, exterior e explosivo), o qual se orienta pelo princípio da ação reflexiva e interiorizada, menos ativa do que passiva, uma “ação-estado” que não propriamente substitui a ação dramática, antes lhe alarga o espectro (Sarrazac, 2017: 54; 58).

O *marinheiro* de Pessoa, nos termos em que se procurou abordá-lo neste artigo, não está distante do “teatro íntimo e de conflitos intrassubjetivos, intrapsíquicos” descrito por Sarrazac (ibidem: 54), de modo que a variedade de pontos de vista oferecidos pelo teórico francês – pontos de vista que pressupõem sempre a assimilação da obra de diversos dramaturgos modernos e contemporâneos – proporciona possibilidades mais fecundas de compreensão deste e de outros dramas estáticos pessoanos, facultando-se, assim, o diálogo da obra que nos foi legada pelo dramaturgo Fernando Pessoa com a de outros representantes da moderna dramaturgia do Ocidente.

¹⁶ “PRIMEIRA – Não desejais, minha irmã, que nos entretenhemos contando o que fomos? É belo e é sempre falso... || SEGUNDA – Não, não falemos nisso. (...)” (Pessoa, 2017: 31-32).



Referências

- ARISTOTE (1980) *La Poétique*, trad. Roselyne Dupont-Roc e Jean Lallot, Paris, Seuil.
- BRÉCHON, Robert (1999) *Estranho estrangeiro: uma biografia de Fernando Pessoa*, 2.^a ed., trad. Maria Abreu e Pedro Tamen, Rio de Janeiro, Record [1996].
- CASTRO, Carla Isabel Ferreira de (1996) *Do drama estático das almas ao drama extático em gente: de L'Intruse e Les Aveugles de Maurice Maeterlinck a O Marinheiro de Fernando Pessoa*, dissertação de mestrado em Literatura Comparada, Universidade Nova de Lisboa.
- ESSLIN, Martin (1978) *Uma anatomia do drama*, trad. Bárbara Heliodora, Rio de Janeiro, Zahar [1976].
- FISCHER, Claudia J. (2012) “Auto-tradução e experimentação interlinguística na gênese d’O Marinheiro’ de Fernando Pessoa”, *Pessoa Plural – Revista de estudos pessoanos*, 1: 1-69.
- FREITAS, Filipa de (2017) “O Amor – uma peça inédita de Fernando Pessoa”, *Pessoa Plural – Revista de estudos pessoanos*, 12: 670-684.
- GAGLIARDI, Caio (2011) “A reflexividade discursiva em *O Marinheiro*, de Fernando Pessoa”, *Pitágoras 500 – Revista de Estudos Teatrais*, 1: 97-118.
- KUNTZ, Hélène e Mireille LOSCO (2012) “Teatro estático (Estatismo)”, in Jean-Pierre Sarrazac (ed.), *Léxico do drama moderno e contemporâneo*, trad. André Telles. São Paulo, Cosac Naify, 183-185.
- JUNQUEIRA, Renata Soares (2013) *Transfigurações de Axel: leituras de teatro moderno em Portugal*, São Paulo, Ed. UNESP.
- LOPES, Teresa Rita (1985) *Fernando Pessoa et le drame symboliste: héritage et création*, 2.^a ed., Paris, Fondation Calouste Gulbenkian [1977].
- (1990) “Du drame statique au voyage extatique”, in Fernando Pessoa, *Poèmes ésotériques; Message, Le Marin*, Paris, Christian Bourgois, 175-187.
- PESSOA, Fernando (2017) *Teatro estático*, ed. Filipa de Freitas & Patricio Ferrari, com a colaboração de Claudia J. Fischer, Lisboa, Tinta-da-China.
- (2010) *Teatro do êxtase*, ed. Caio Gagliardi, São Paulo, Hedra.
- (2009) *Sensacionismo e outros ismos*, ed. Jerónimo Pizarro, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- (2002) *Álvaro de Campos: Poesia*, ed. Teresa Rita Lopes, São Paulo, Companhia das Letras.
- SILVA, Patricia (2018) “The poetic drama of Fernando Pessoa and W. B. Yeats and the Symbolist Theatre Tradition”, *Pessoa Plural – Revista de estudos pessoanos*, 14: 5-28.
- RANCIERE, Jacques (2011) *Aisthesis – Scènes du régime esthétique de l’art*, Paris, Galilée.
- SEPÚLVEDA, Pedro e Jorge URIBE (2016) *O Planeamento Editorial de Fernando Pessoa*, colaboração de Pablo Javier Pérez López, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Flávio Rodrigo Pentead é Mestre em Literatura Portuguesa pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, tendo elaborado dissertação em que se propôs a discutir o conceito de drama na obra de Fernando Pessoa. Atualmente, é bolseiro da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP; processo nº 2016/19417-7) e finaliza sua tese de doutoramento na mesma instituição, dispondo-se a ler os «dramas estáticos» pessoanos para além do Simbolismo de matriz maeterlinckiana, por meio da aproximação de tais textos com aqueles de outros dramaturgos modernos, tanto portugueses quanto estrangeiros. Integra o Grupo de Pesquisa Estudos Pessoaanos (<http://estudospessoanos.fflch.usp.br/>).



Concretizações biográficas

Rita Patrício

Universidade de Lisboa

Resumo

Numa carta de Dezembro de 1931, Fernando Pessoa analisa e recusa a metodologia da crítica literária de João Gaspar Simões. Este estudo pretende discutir o modo como Fernando Pessoa considera uma possível relação entre a biografia de um autor e a sua obra literária. O ensaio defende que essa questão é crucial na teorização estética de Pessoa.

Palavras-chave: Fernando Pessoa, João Gaspar Simões, Biografia, Crítica literária

Abstract

In a letter from December 1931, Fernando Pessoa analyzes and rejects João Gaspar Simões' methodology of literary criticism. This study intends to discuss the way Pessoa considers a possible relation between the author's biography and his literary work. The essay argues that this question is crucial to Pessoa's aesthetic theorization.

Keywords: Fernando Pessoa, João Gaspar Simões, Biography, Literary criticism



Numa longa carta a João Gaspar Simões, datada de 11 de Dezembro de 1931, Fernando Pessoa discorre sobre a metodologia hermenêutica adoptada pelo crítico presencista em *O mistério da poesia*, o freudismo, como lhe chama, apontando as suas vantagens, as suas limitações e os seus perigos. Nessa carta estarei particularmente interessada no modo como Pessoa discute uma leitura que parte de elementos biográficos e deles extrai consequências interpretativas, detendo-me nas concretizações exemplificativas que questionam o que pode a biografia enquanto chave hermenêutica para o entendimento de uma obra literária.

Dois anos antes, Gaspar Simões publicara *Temas*, em que já tomava Pessoa como objecto crítico. Pessoa deu testemunho epistolar da leitura desse estudo e, alma reconhecida, escreve: “Commoveu-me (...) o seu estudo porque me tracta como realidade espiritual, e, por assim dizer, reconhece a minha existencia como nação independente.” (Martines, 1998: 93). Nessa primeira imagem, Pessoa reconheceu-se e reconheceu o crítico como seu leitor válido, aferindo a competência crítica de Gaspar Simões na possibilidade de reconhecimento da sua alma como alma, para além de toda a realização literária. Numa primeira versão da carta, que Pessoa não chegou a enviar, era mais evidente a gratidão do autor perante essa capacidade crítica que promoveria um encontro entre crítico e criticado, a ser tido “na realidade e não na literatura”:

O seu estudo commove-me e anima-me. Elle representa a primeira tentativa – para mim inesperadissima – de me considerar não como um escriptor, mas como uma alma que escreve, de me encontrar na realidade e não na literatura.

Pode ser que um dia eu venha a ser realmente célebre, nos termos e nas condições em que desejo que isso seja tratado por Alto /*decreto/ com o Destino. Se isso se der, não esquecerei, nem poderei esquecer, que o seu estudo foi o primeiro aviso que me a Sorte concedeu, da vigilancia dos Deuses por aquelles que os reconhecem com a substancia da alma. (...)

Nada ha que pese mais na gratidão da alma que o reconhererem-a como alma.

(*Idem*: 276)

Depois de *Temas*, Gaspar Simões, em carta datável de outubro de 1930, anuncia a Pessoa o desejo de escrever aquilo a que chama um “prolongamento interpretativo”, despertado após a leitura do poema “O último sortilégio”:

A sua poesia impressionou-me como as melhores páginas da sua obra. Senti-me cheio de ardor para tentar, de novo, e agora, com toda a profundidade que eu lhe souber dar, o sentido da sua personalidade realizada nas suas múltiplas personalidades. Êste poema é, na verdade, pela ressonância que a forma nos transmite de alguma coisa passada na sua consciência, ou melhor: na sua alma –, talvez ainda não perfeitamente desvendada para mim nas três ou quatro leituras que dêle fiz – uma obra-prima do seu génio. O meu entusiasmo foi tamanho ao lê-lo que logo me passou pela cabeça escrever para o próximo número da *Presença*, em que êle será publicado, um *prolongamento interpretativo* da sua poesia. Desagradar-lhe hia isso? Nêle – no *prolongamento interpretativo* – tentaria dizer intelectualmente o que neste momento a magia do seu poema me deixa apenas experimentar em confusão musical.

(*Idem*: 130)

Entendido o poema como forma em que a alma enigmaticamente ressoa, caberia ao crítico desvendar essa relação e fazê-lo em termos intelectuais, que superassem a experiência da “confusão musical” em que se encontraria mergulhado Gaspar Simões. Pessoa concorda com um “commentario” (*idem*:131) e, na resposta, Gaspar Simões explicita o fim e a natureza desse “prolongamento interpretativo”, descrito enquanto “adivinhação” da personalidade criadora que se põe à prova, sendo esse poder adivinhatório, aliás, o valor último de qualquer interpretação; ainda assim, pede elementos probatórios mais tangíveis e até mesmo um “fio precioso”, a ser encontrado até numa escusa:

Apesar de pôr na interpretação do seu “Ultimo Sortilégio” mais uma vez à prova a minha adivinhação da sua personalidade, e nisso residir, afinal, o valor de qualquer interpretação, – ser-me hia profundamente útil conhecer um ou outro dado sôbre a sua génese. Poder-mo há fornecer o Fernando Pessoa. Às vezes, até numa escusa se encontra um fio precioso...

(*Idem*: 133)

Na resposta, Pessoa adianta alguns dados, a que diz não conferir particular interesse:

Nada ha de especial a indicar na genese do poema “O Ultimo Sortilegio”. Escrevi-o a 15 d’este mez, á noite, em seguida a escrever trez quadras muito simples. Tanto estas, como elle, foram productos directos e espontaneos.

Causou-lhe estranheza, talvez, o assumpto. Isto, porém, procede de v. desconhecer outros poemas meus, ineditos, no mesmo genero. (...)

Deveras e realmente, não posso dar-lhe explicação nenhuma sobre a genese particular d’este poema. Sobre a genese geral d’essa ordem de poemas é que talvez haveria alguma cousa a dizer. Mas isso não tem interesse esthetico nem psychologico. (Idem: 134)

É curioso, contudo, notar alguns pontos: o apontamento descritivo da cena de composição, a imediata qualificação dos textos como “produtos directos e espontâneos”, a indicação de que este poema pertenceria a um género poético, a declaração da impossibilidade de uma explicação sobre a génese deste poema, apontando para a possibilidade de haver “alguma coisa a dizer” sobre a génese dessa ordem de poemas. Sobre essa “alguma coisa a dizer” Pessoa nada diz, a não ser a sua irrelevância estética e psicológica. Poderia Gaspar Simões encontrar nesta escusa o seu fio precioso? O crítico dá notícia do seu empolgamento interpretativo na carta seguinte, datada de 7 de Novembro:

Afinal propunha-me escrever uma simples interpretação da sua poesia *O Ultimo Sortilégio*, e fui levado a escrever um estudo sôbre a sua poesia em geral, enquanto de Fernando Pessoa. Está quási concluido. É muito maior do que o que publiquei no meu livro e, pelo menos, pretende ser mais profundo. Com o estudo ainda inédito sôbre o Régio, este é o meu segundo trabalho de aplicação de uma teoria ou critério estético a que chamo: *transposição estética*. Tentei descobrir o seu processo criador. Te-lo hia conseguido? O Fernando Pessoa o dirá. Note, porém, que me cingi exclusivamente ao processo gerador de poesia de Fernando Pessoa. Penso num titulo que o vai alarmar: *Fernando Pessoa e as vozes da inocência*.

(Idem: 136)

Com a ambição de produzir um estudo geral sobre a poesia de Pessoa, mais profundo do que o anterior e em que tentasse descobrir o seu processo criador, Gaspar Simões explicita que se tratará de uma aplicação de uma teoria estética, a que chama “transposição estética”, e que Pessoa será o juiz

do seu sucesso. Antecipa ainda o alarme que o título provocaria no autor. A resposta não é de alarme, mas de incompreensão:

Estou com muito interesse em ver o seu estudo na “Presença”. Basta que o veja ahi; não é preciso, como numa outra carta me disse, mandar-m’o antes de o publicar. O titulo não me alarma nada, sendo certo, porém, que, de per si, não o compreendo definidamente. Se ele define bem as conclusões do seu estudo, deve mantel-o. Tem, com certeza, o dom de interessar.

(*Idem*: 138)

Se o criticado declara o seu interesse no ensaio, o crítico assume o seu interesse em tornar-se, aos olhos de Pessoa, num objecto crítico e assim escreve a 5 de Dezembro: “O seu interesse em ler o meu *Fernando Pessoa e as vozes da inocência* não é por certo maior do que o meu em saber o que dêle pensa” (*idem*: 142).

As resistências de leitura de Pessoa ficam logo claras no momento em que recebe o número de Novembro-Dezembro de 1930 da *presença* em que o estudo foi publicado. Para além dos agradecimentos protocolares, o autor distingue pontos certos de pontos incertos no retrato aí desenhado, e reconhece uma terceira categoria de pontos, aqueles sobre os quais o próprio Pessoa não estaria certo, categoria de incerteza que, na sua aparente humildade judicativa, vem dar por mais certas as duas categorias anteriormente distinguidas:

Ha pontos que acho certos, outros que não acho certos, outros, ainda, sobre os quaes eu mesmo estou incerto. Mas, à parte o facto honroso e agradável da propria existencia do artigo, elle agradou-me, deveras, em seu conteúdo. Mais tarde e mais demoradamente lhe reduzirei a pormenores o que ahi vae summariamente dito.

(*Idem*: 147)

Perante a promessa de aclarar os pontos aqui não explicitados e de concretizar o que aí estaria “summariamente dito”, Gaspar Simões vai insistir, a 20 de janeiro, no seu pedido de uma “opinião pormenorizada” sobre o seu artigo (*idem*: 149). Pessoa responde com uma nova promessa: “Mais tarde lhe enviarei uma opinião pormenorizada, como me pede e lhe prometti, sobre o seu estudo a

meu respeito.” (*idem*: 150). Cumpre-a aquando da republicação do artigo no volume *O Mistério da Poesia*.

Dando notícia da recepção do livro na carta de 3 de Dezembro de 1931, Pessoa adia ainda um pouco mais a pormenorização da sua opinião:

Muito e muito obrigado pelo seu livro, que recebi no dia 1. Queria escrever-lhe depois de o ter inteiramente lido e meditado, relendo, até, e mais atentamente, o que nele há de reproduzido da *Presença* e já meu conhecido. Mas essa leitura só pode ser honestamente feita na semana que vem. Prefiro, pois, desde já simplesmente lho agradecer, deixando para depois da tal leitura mais atenta os comentários, quaisquer que sejam, que me ocorrerem, e me parecer de qualquer utilidade comunicar-lhe. Nessa altura farei os comentários de há muito prometidos sobre o estudo, inserto neste livro, que me diz respeito.

(*Idem*: 169)

Ainda assim, adianta uma primeira crítica: “Faço, mas sob reserva de emenda possível, uma reserva: no relance, pareceu-me que v. tendia para querer explicar de mais. Na carta, que daqui a dias lhe escreverei, esclarecerei esta frase, se a não tiver que retirar” (*idem*). Na resposta, datada de 10 de Dezembro de 1931, Gaspar Simões não recusa por completo a possibilidade do excesso explicativo e reitera o seu grande empenho em conhecer a leitura do visado: “Quanto a explicar de mais – pode ser. Enfim – problema a discutir. Aguardo com o maior interesse a sua carta-crítica” (*idem*: 171).

Datada de 11 de Dezembro de 1931, essa carta-crítica vem finalmente responder ao interesse reiteradamente manifestado por Gaspar Simões. Pessoa, longe da comoção da leitura de *Temas*, não chega a comentar a imagem que o texto do crítico lhe devolve,¹ detendo-se essencialmente na questionação da metodologia hermenêutica de *O mistério da poesia*. Reconhecendo uma evolução relativamente ao livro anterior, denuncia no jovem presencista uma imaturidade crítica manifesta

¹ No estudo *O mistério da poesia*, Pessoa é inscrito num lirismo de “circunstância cerebral”, que vem já desde Goethe (Simões, 1931: 172) e que se opõe a um lirismo psicológico. Gaspar Simões fala-nos assim de Pessoa: “o poeta de *O último sortilégio* é daqueles cujos poemas só verdadeiramente são poemas uma vez escritos, ao passo que os do chamado lirismo psicológico são-no ainda na alma dos poetas. Talvez que Flaubert e Rousseau me auxiliem a ilustrar esta subtil distinção. O primeiro só podia escrever sentado; o segundo, passeando. A obra do autor de *Salammbô* só atingia as proporções de realização, quando escrita; a do autor das *Confessions*, quando pré-escrita” (*idem*: 174). Fazendo a distinção entre poetas cerebrais, como Flaubert, e os inspirados, como Rousseau, o crítico aproxima o objecto do seu estudo ao primeiro, concluindo que “Fernando Pessoa pertence, assim, à categoria dos que escrevem sentados” (*idem*: 175). Para uma discussão da leitura deste retrato, ver Patrício, 2012: 274-282.

nessa intensificação da urgência explicativa: “em parte, não atingiu ainda o commando dos meios de aprofundamento, e, em parte, busca aprofundar pontos da alma humana que não haverá nunca meios para aprofundar” (*idem*: 173). A imperícia metodológica de Gaspar Simões estaria quer em não dominar “os meios de aprofundamento”, quer em dirigi-los a assuntos que, pela sua natureza, se eximem a uma explicação analítica. Errando no meio e no alvo, o crítico provocaria a distorção do criticado. No olhar crítico de que é objecto, Pessoa não se reconhece: “De ahí – sempre, a meu ver – o que de febril, de precipitado, de offegante estorva a lucidez substancial de certas observações, e priva outras, centralmente, de lucidez” (*idem*). Para além disso, “creio que se entrega um pouco mais do que deveria às influencias e suggestões do meio intellectual europeu, com todas as suas theorias proclamando-se sciencia, com todos os seus talentosos e habéis proclamando-se e proclamados genios” (*idem*). E, acrescenta, “[e]ntre os guias que o induziram no relativo labyrintho para que entrou, parece-me que posso destacar Freud, entendendo por Freud elle e os seus seguidores” (*idem*).

No ensaio de Gaspar Simões, de facto, é evidente, ainda que com reiterada prudência declarativa, o modo como o crítico toma Pessoa como possível “matéria para uma aplicação científica das doutrinas freudianas.” Depois de descrever o narcisismo de Pessoa e a auto-consciência da sua excepcionalidade, Gaspar Simões identifica as palavras-chave de Freud e aplica-as a Pessoa:

Narcisismo, sublimação, exibição – eis as palavras de Freud aplicadas à Arte. É natural que a poesia de Pessoa não seja o resultado particular de qualquer destas espécies de desvios sexuais. Na sua origem, todavia, alguma coisa permanece que nos faz suspeitar uma fixação infantil, um estimulante de forças juvenis recalcadas não sei porque motivo e em virtude de que desvio. O certo é na sua poesia haver seja o que fôr de infantil transparecendo.

(Simões, 1931: 180)

O crítico assume a incapacidade de atingir a adivinhação tão desejada, ao declarar não saber o motivo do desvio entre a coisa recalcada e o que aparece; ainda assim, adivinha esse fundo infantil que transparece aos seus olhos e que responde ao anseio de encontrar a génese da poesia pessoa, o que dizia ser o seu objectivo hermenêutico.

Na sua crítica, Pessoa começa por reconhecer a imperfeição, a estreiteza e a utilidade de Freud. A imperfeição estaria na impossibilidade de fornecer uma chave sistemática para a “complexidade

indefinida da alma humana”; a estreiteza na redução de todos os fenómenos psíquicos à sexualidade (“pois nada se reduz a uma coisa só”); e a utilidade na importância atribuída a “trez elementos importantísimos na vida da alma, e portanto na interpretação d’ella”:

(1) o subconsciente e a nossa consequente qualidade de animaes irracionaes; (2) a sexualidade, cuja importancia havia sido, por diversos motivos, diminuida ou desconhecida anteriormente; (3) o que poderei chamar, em linguagem minha, a *translação*, ou seja, a conversão de certos elementos psychicos (não só sexuaes) em outros, por estorvo ou desvio dos originaes, e a possibilidade de se determinar a existencia de certas qualidades ou defeitos por meio de effeitos aparentemente irrelacionadas com elas ou eles.

(Martines, 1998: 174-5)

Reconhecendo ter chegado a “alguns resultados dos que inclui sob a indicação 3”, a tradução para uma linguagem própria do processo indica a relevância que, neste momento, o autor lhe quer atribuir. Alargando a natureza dos objectos convertidos para além da esfera da sexualidade, Pessoa sublinha a relevância desse processo de conversão, movimento de substituição de elementos que faz com que, no plano das aparências, entre causa e efeito possa não haver relação evidente: os elementos psíquicos originais não transparecem, são antes trasladados, sendo essa deslocação determinada pela necessidade de afastamento relativamente aos “originaes”. O que aparece está assim “aparentemente irrelacionado” com o fundo que o determina. Deste modo, pretende-se minar a confiança crítica de Gaspar Simões que, recorde-se, afirmara sobre Pessoa: “O certo é na sua poesia haver seja o que fôr de infantil transparecendo.”

Aliás, no seu livro, Gaspar Simões, tal como anunciara a Pessoa numa das cartas citadas, apresenta e aplica a teoria da transposição estética, definida deste modo:

Não insistirei em como na génese de tóda a arte se pode descobrir a mesma vontade de fuga ou transposição, que vemos existir em Mário de Sá-Carneiro. Apenas lembrarei que transpor significa, literalmente, *levar de um para outro lado*. *Trans-pôr*: pôr além ou para além. A transposição, em arte, é, por conseguinte, o movimento pelo qual o artista se leva da *realidade de todo o instante* para a *realidade dum só instante*.



(Simões, 1931: 149)

A “translação” de Pessoa vem, então, responder e corrigir a “transposição” de Gaspar Simões. Se a “transposição” de Gaspar Simões supunha a identidade de elementos em movimento, a “translação” pessoana insiste no outramento desses elementos. O crítico presencista apresentara um conceito bergsoniano da arte, forma cristalizada que supera a duração da experiência, e que, por isso, alcança um grau superior de realização; vislumbrado este trânsito, o crítico descobriria (adivinharia, nas palavras iniciais de Gaspar Simões) a gênese do processo criador. Pessoa, insistindo na relevância da diferença entre elementos exprimidos e expressos, nega, pelo contrário, a transparência entre estes ou qualquer hierarquia ontológica entre eles. Decidindo-se a conversão por desvio ou estorvo, fica explicitado o carácter aparentemente imotivado da relação entre ambos.

Assinalada a cegueira com que Gaspar Simões teria adoptado as teorias de que parte, Pessoa diz dar por encerrada a crítica metodológica a *Mistério de Poesia*. Se a maior parte das reservas pessoanas incide sobre questões metodológicas, a sua crítica não parece esgotar-se nelas. Começando por referir “elementos de pressa excusada e de precipitação crítica”, Pessoa dá imediatamente dois exemplos:

Se v. confessadamente não tem os elementos biographicos precisos para ajuizar do que poderia ser a alma do Sá-Carneiro, por que se baseia na falta de elementos para formar um juizo? Tem v. a certeza, só porque o digo e repito, que tenho saudades da infancia e que a musica constitue para mim – como direi? – o meio natural estorvado da minha intima expressão? E repare que cito o estudo sobre o Sá-Carneiro, que, dada a sua falta de elementos é admiravel de espirito critico, e o estudo a meu respeito que só peca por se basear, como verdadeiros, em dados que são falsos por eu, artisticamente, não saber senão mentir.

(Martines, 1998: 176)

Pessoa irá depois concretizar as suas objecções a esses dois exemplos e nessas concretizações, agora fora de um escrutínio metodológico, avança com a mais biografista das explicações:



Concretizo. A obra do Sá-Carneiro é toda ella atravessada por uma íntima deshumanidade, ou melhor, inumanidade: não tem calor humano, nem ternura humana, excepto a introvertida. Sabe porquê? Porque elle perdeu a mãe quando tinha dois anos e não conheceu nunca o carinho materno. Verifiquei sempre que os amadrastados da vida são falhos de ternura, sejam artistas, sejam simples homens; seja porque a mãe lhe faltasse por morte, seja porque lhes faltasse por frieza ou afastamento.

(*Idem*: 177)

A verificação permite, aliás, uma tipologia da falha materna:

Ha uma diferença: os a quem a mãe faltou por morte (a não ser que sejam seccos de indole, como o não era Sá-Carneiro) viram sobre si-mesmos a ternura propria, numa substituição de si mesmos à mãe incognita; os a quem a mãe faltou por frieza perdem a ternura que tivessem e (salvo se são genios da ternura) resultam cynicos implacaveis, filhos monstruosos do amor natal que se lhes negou.

(*Idem*)

Se o estudo de Gaspar Simões, assumindo a falta de dados biográficos, ensaiava um retrato poético feito essencialmente a partir da obra literária, Pessoa apresenta como definitiva, inquestionável e suficiente a explicação biografista para a caracterização da obra de Sá-Carneiro. O que Pessoa afirma a Gaspar Simões é a absoluta relevância da biografia – a perda da mãe – para a leitura literária. E se Gaspar Simões buscara na sua infância um fundo explicativo para a obra, Pessoa de algum modo corrige o objecto da sua busca, deslocando-o para o seu amigo Sá-Carneiro, ostensivamente explicável, neste parágrafo de Pessoa, a partir da orfandade infantil que não superara. A segunda concretização recai depois sobre o próprio. Refutando a leitura de Gaspar Simões, que remetia para a saudade da infância o cerne da sua poesia, Pessoa começa por negar qualquer sentimento de saudade, seja da infância, seja do que for:

Nunca senti saudades da infancia.; nunca senti, em verdade, saudades de nada. Sou, por indole, e no sentido directo da palavra, futurista. Não sei ter pessimismo nem olhar para traz. Que eu saiba ou repare, só a falta de dinheiro (no proprio momento) ou um tempo de trovoada (emquanto dura) são capazes de me deprimir.

(*Idem*)

Pessoa apresenta-se assim avesso a qualquer fundo de saudade ou de depressão, a não ser por aquilo que muito prosaicamente afecta o homem Fernando Pessoa, a falta de dinheiro ou trovoadas, e mesmo esse efeito não deixa de ser muito efémero. O mais, acrescenta, “são atitudes litterarias, sentidas intensamente por instincto dramatico, quer as assine Álvaro de Campos, quer as assine Fernando Pessoa” (*idem*). A insistência na ficcionalidade da pessoa a exprimir é recorrente da carta e por isso aqui se irmanam Fernando Pessoa e Álvaro de Campos. Estas atitudes literárias estariam “sufficientemente representadas, no tom e na verdade, por aquelle meu breve poema que começa: «Ó sino da minha aldeia...»” (*idem*). Essa suficiência de representação fica ostensivamente apresentada logo a seguir:

O sino da minha aldeia, Gaspar Simões, é o da Igreja dos Martyres, alli no Chiado. A aldeia em que nasci foi o Largo de S. Carlos, hoje do Directorio e a casa em que nasci foi aquella onde mais tarde (no segundo andar, eu nasci no quarto) haveria de installar-se o Directorio Republicano.

(*Idem*)

E assim temos um exemplo de um movimento de traslação, ou seja, uma coisa a ser dada como outra. Mas, ainda que a concretização inviabilize uma leitura literal – a aldeia não é uma aldeia real –, parece vir acentuar uma leitura biografista: afinal, “a aldeia em que nasci foi o Largo de S. Carlos” e o sino é assim o da igreja dos Mártires. Negadas as saudades da infância, recolocam-se as referências à infância, ou seja, à biografia.

Pessoa afirma, na continuação da carta, que estas duas concretizações (dando conta da sua reserva relativamente ao termo) interrompem a crítica metodológica a *O mistério da poesia*: “Depois destas concretizações, ou coisa parecida, desejo regressar (se ainda tiver cabeça, pois já estou cansado) a um ponto methodologico” (*idem*: 178). Regressado à metodologia, Pessoa descreve a função do crítico em três pontos. No primeiro, estipula como seu fim “estudar o artista exclusivamente como artista, e não fazendo entrar no estudo mais do homem que o que seja rigorosamente preciso para explicar o artista” (*idem*): retomando a separação entre artista e homem, imediatamente reconhece a necessária contemplação de um *quid* humano para explicar esse mesmo artista, implicando assim que alguma coisa do homem seja necessária para estudar o artista, e que



essa alguma coisa só deva entrar no estudo artístico segundo uma lógica de absoluta necessidade. Perante esta inevitabilidade de intrusão de elementos da ordem do humano no domínio da hermenêutica artística, o segundo ponto descrito por Pessoa – “buscar o que poderemos chamar a *explicação central* do artista (typo lyrico, typo dramatico, typo elegiaco, tipo dramatico poetico, etc.)” (*idem*) – não pode ter qualquer pretensão a constituir-se como explicação suficiente. Surge, por isso, no último dos pontos críticos pessoanos, a defesa de “compreendendo a essencial inexplicabilidade da alma humana, cercar estes estudos e estas buscas de uma leve aura poética de desentendimento” (*idem*), ou seja, da diplomacia a haver com a verdade. Agora, segundo Pessoa, entre o criticado, alma que escreve, e o crítico, o que deveria reconhecê-la, há sempre uma distância fatal (e já não há encontros e reconhecimentos com os tidos em 1929).

A explanação do segundo ponto não dispensa, por isso, o mapeamento do que o excede:

Nada disto, creio, precisa ser esclarecido, salvo, talvez, o que indiquei como (2). Prefiro – até para abreviar – explicar por um exemplo. Escolho-me a mim mesmo, porque é quem está aqui mais perto. O ponto central da minha personalidade como artista é que sou um poeta dramatico; tenho, continuamente, em tudo quanto escrevo, a exaltação íntima do poeta e a despersonalização do dramaturgo. Vão outro – eis tudo. Do ponto de vista humano – em que ao crítico não compete tocar, pois de nada lhe serve que toque – sou um hystero-neurasthenico com a predominância do elemento hystero na emoção e do elemento neurasthenico na intelligencia e na vontade (minuciosidade de uma, tibieza de outra). Desde que o critico fixe, porém, que sou essencialmente poeta dramatico tem a chave da minha personalidade, no que póde interessá-lo a elle, ou a qualquer pessoa que não seja um psychiatria, que, por hypothese, o critico não tem de ser. Munido d’esta chave, ele póde abrir lentamente todas as fechaduras da minha expressão.

(*Idem*: 178)

O ponto de vista humano, que o crítico não deve tocar, está aqui contudo assinalado, como estará na carta de 13 de Janeiro de 1935 a Adolfo Casais Monteiro: ou seja, a defesa explícita a uma crítica de índole formal não silencia o apontamento de uma razão biografista ou humana, que é mostrada e interdita, ao mesmo tempo, ao crítico literário. Se o freudismo não podia ser uma chave para a poesia, esta tipologia poética poderia funcionar enquanto tal. A expressão poética pode ser lida

a partir desta chave, mas sinaliza-se que há um ponto de vista humano que “ao crítico não compete tocar, pois de nada lhe serve que toque”; como conclui Pessoa, “por hypothese”, um crítico não tem de ser um psiquiatra e assim o que é do domínio psiquiátrico não pode ser matéria para a crítica literária.

Alguns dias mais tarde, em carta datada de 14 de dezembro, Pessoa dá conta da releitura da carta anterior:

Como, quando escrevo cartas à machina, que é sempre que são extensas, ou importa que sejam claras, ou ha machina, tiro, a papel chimico, a copia que não custa tirar, estive agora a reler a que lhe escrevi na sexta-feira e lhe expedi no sábado de manhã, registada, para que se não perdesse.

Depois de reler, desejo fazer uma leve emenda e um acréscimo.

(*Idem*: 183)

A emenda e o acréscimo vão ocupar toda a carta. A emenda incide sobre a poesia de Sá-Carneiro, especificando diferentes relações causais entre distintas formas de ternura introvertida que a poesia mostraria e a falta materna; o acréscimo pretende contextualizar a proclamação pessoana de sido o *Interregno* “escripto de maneira que ninguem mais o poderia escrever”, que Gaspar Simões tomara como “uma especie de nota de narcisismo” (*idem*: 184). Segundo Pessoa, a frase explicar-se-ia originalmente enquanto “insolencia de blague”, dada a intenção inicial de publicar o manifesto anonimamente; tendo-o publicado em seu nome e convertido em livro, Pessoa diz ter-se esquecido, na revisão do texto, de retirar a frase, que assim reconhece como “nota de mau gosto – genero Shaw ou D’Annunzio” ou como “gaffe” (*idem*). Pessoa, recorde-se, na visão de Gaspar Simões era legível precisamente a partir do narcisismo freudiano.

Pessoa justifica a necessidade destes acrescentos com a sua precipitação epistolar: “A carta foi escripta, como nella mesmo lhe disse, com a velocidade que a machina permittia, e porisso me escapou uma reserva ou restricção num ponto, e me esqueceu por completo mencionar outro ponto” (*idem*). De facto, a 11 de Dezembro, o autor havia insistido nessa rapidez de escrita. Vejam-se dois desses passos:

Deve v. compreender, antes de mais nada, que vou fazer a critica assim mesmo, escrevendo corrente e directamente à machina a que estou sentado, sem procurar fazer literatura, ou phrases, ou quanto não surja espontaneamente no decurso mechanico de escrever.

(*Idem*: 172)

Nestas considerações, feitas em tom mental de conversa solitaria, e assim transmittidas à rapidez da machina, vae a maior parte da critica que tenho a fazer, adversamente, ao *Mysterio da Poesia*.

(*Idem*: 176)

A carta terminava, aliás, com o anúncio da necessidade da sua releitura e da eventualidade de emendas, reiterando a absoluta espontaneidade do escrito:

Agora vou parar. Vou reler esta carta, fazer quaesquer emendas que fõrem precisas, e enviar-lh'a. Além d'isso, sou insistentemente solicitado a acabar de escrever à machina por um amigo meu, ainda mais bebado do que eu, que acaba de chegar e que não estima embebedar-se sòsinho. O «vou reler esta carta» quiere, pois, dizer que a vou reler logo, ou amanhã. Não deverei fazer emendas, salvo as do que sahiu errado entre mim e a machina. Se v. achar qualquer ponto mal esclarecido, diga, que eu direi. E v. não esqueceu, é claro, que o que ahi vae é feito sem preparação nenhuma – atirado pelas paginas fóra com a rapidez com que a machina póde ceder ao pensamento decorrente.

(*Idem*: 178-9)

A carta diz-se fruto da pressa, da insuficiência de preparação, da rapidez de quem escreve como quem fala.² A referência à chegada de um amigo “ainda mais bebado do que eu” vem sugerir um certo grau de perturbação alcoólica, o que justificaria distância e irresponsabilidade perante o escrito, numa suposta deflação da autoridade de quem escreve. Culmina assim a dramatização da escrita epistolar, em que se encena a espontaneidade e a impreparação, e se sugere uma incapacidade de vigilância autoral relativamente ao escrito; ao mesmo tempo, Pessoa dá conta da revisão do seu

² A rapidez de escrita é uma das justificações para “saltar” pormenores na resposta, como, por exemplo: “Não, não me esqueci o que haverá possivelmente errado no seu conceito do meu entendimento emotivo da musica. Saltei esse pormenor porque me estorvava a rapidez da exposição e não sei nada a respeito d'elle. Mas essa vontade de musica é outra das graças do meu espirito dramatico. É conforme as horas, os locaes, e a parte de mim que esteja virada a fingir para os locaes e as horas.” (*idem*: 179). Para uma discussão das razões da omissão de comentário a este entendimento emotivo de música, ver Patrício, 2012:51-80.

texto, adianta emendas e acrescentos, reitera a disponibilidade de explicar mais e melhor qualquer ponto sobre o qual pudessem restar dúvidas e afirma a necessidade de ser lido (recorde-se o registo da carta, declaradamente para que esta não se extravie). Recorde-se que uma equiparável retórica da espontaneidade a mascarar disposições metapoéticas meticulosamente construídas foi já estudada na carta de 13 de Janeiro de 1935 a Adolfo Casais Monteiro, entendida pela tradição crítica como o testamento metacrítico pessoano (cf. Tamen, 2002).

Como já defendi noutro lugar, Pessoa responde a Gaspar Simões na carta a Adolfo a Casais Monteiro e no auto-retrato de 1935 corrige a imagem que o estudo “Fernando Pessoa e as vozes da inocência” lhe dera (cf. Patrício, 2012: 272-284). As duas cartas de 1931 que temos vindo a ler são decisivas no processo de projecção do autor perante os seus críticos: depois do júbilo da notícia da possibilidade de reconhecimento nas cartas de 1929 a João Gaspar Simões, constituem a recusa ostensiva de Pessoa da interpretação lida em 1931, que contribuirá para decidir os termos em que dirá querer ser lido quatro anos mais tarde, no dispositivo de orientações hermenêuticas que será a carta a Casais Monteiro de 1935.

A recusa da interpretação recebida implica, não tanto a demonstração da falência do método adoptado por Gaspar Simões, mas antes a imperícia da sua aplicação. As concretizações de Pessoa, ilustrativas da falta de sagacidade crítica de Gaspar Simões, mostram o domínio dos pressupostos e da linguagem de que partem. A rejeição da leitura de Gaspar Simões faz-se, por isso, enquanto declarado *pastiche* do discurso freudiano:

Nem esqueci, é claro, que, lá para traz nesta carta, escrevi qualquer coisa como “afiar a faca *psychologica*” e “limpar ou substituir as lentes do microscopio crítico”. Registo, com orgulho, que pratiquei fallando do Freud, uma imagem phallica e uma imagem yonica; assim sem duvida elle o entenderia. O que concluiria não sei. Em qualquer caso, raios o partam!

E agora estou, definitivamente, cansado e sedento. Desculpe o em que as expressões tenham falho ás ideas e o que as idéas tenham roubado à mentira ou à indecisão.

(*Idem*: 179)

Cansaço e sede não foram razões para terminar imediatamente a carta e Pessoa redigirá ainda um longo e articulado *post-scriptum* sobre a influência de Pessanha em Sá Carneiro. Tal como na carta

de 13 de Janeiro de 1935, essa escrita para além de uma primeira assinatura (um primeiro fecho) vem tornar evidente a pose (a ficção) que sustenta todo o texto. Talvez a grande chave que Pessoa tente passar a Gaspar Simões seja a da irónica afirmação da ficção com que se apresenta e que minaria qualquer esperança de transparência. Afinal, sublinhara Pessoa, o estudo de Gaspar Simões “só pecca por se basear, como verdadeiros, em dados que são falsos por eu, artisticamente, não saber senão mentir” (*idem*: 177).

Pessoa sustenta nesta carta, e muito precisamente nas suas concretizações, não a irrelevância da relação entre vida e obra, mas a impossibilidade de o crítico (ou pelo menos este crítico) a vislumbrar. Para Pessoa, a expressão poética, recorde-se, move-se por estorvo e desvios. E as conclusões dos hermeneutas, Freud ou Gaspar Simões, que buscam a transparência, ou a simples articulação de vida e obra, são por isso irrelevantes. “Raios os partam!”, escreveu Pessoa.³

Referências

- MARTINES, Enrico (1998) *Cartas entre Fernando Pessoa e os directores da presença*, ed. e estudo de Enrico Martines, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- PATRÍCIO, Rita (2012) *Episódios. Da teorização estética em Fernando Pessoa*. Coleção Poliedro, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus.
- SIMÕES, João Gaspar (1931) *O mistério da poesia: ensaio de interpretação de génese poética*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- TAMEN, Miguel (2002) “Caves e andares nobres”, in *Artigos Portugueses*, Lisboa, Assírio e Alvim, 87-94.

³ Pessoa, quando volta a escrever a Gaspar Simões, em Maio do ano seguinte (cinco meses depois desta carta, portanto), revela o seu receio de que o jovem crítico tivesse ficado “molestado pelos [seus] reparos, rápidos mas extensos, na carta pseudo-critica” (*idem*: 187) que lhe escrevera.

Rita Patrício é Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e membro do projecto “Estranhar Pessoa”. Publicou, em 2016, *Apontamentos. Pessoa, Nemésio, Drummond*; em 2012, *Episódios. Da teorização estética em Fernando Pessoa*; e co-editou, com Jerónimo Pizarro, *Obras de Jean Seul de Méluret*, volume VIII da edição crítica de Fernando Pessoa na Imprensa Nacional-Casa da Moeda. É autora de vários ensaios, em volumes colectivos e em revistas especializadas, decorrentes dos seus estudos sobre literatura portuguesa moderna e contemporânea.



O Equívoco Epistolar

Manuela Parreira da Silva

Universidade Nova de Lisboa

Resumo

Sendo o acto de escrever eminentemente dramático, impondo um desdobramento ou clivagem do sujeito, que constitui o grau zero de toda a ficção, o discurso epistolar, enquanto escrita do *eu*, tende a criar um intervalo para o «fingimento». Daí a sua contiguidade com o literário, que se opera também na passagem do privado para o público ou na intrusão de um leitor alheio aos dois correspondentes. Daí que a carta – forma ambígua, híbrida e multifuncional – seja propensa a leituras diversas e a gerar equívocos, criando a ilusão de ser lugar da sinceridade máxima e documento histórico do qual se pode fazer um uso (auto)biográfico inquestionável. O artigo pretende mostrar como a correspondência de Fernando Pessoa, pelas suas características intrínsecas, é percorrida por uma permanente tensão entre a «verdade» e a «não-verdade» e, nesse sentido, não deve ser lida desprevenidamente, sem uma imprescindível contextualização e uma adequada pesquisa.

Palavras-chave: Discurso epistolar, Autobiografia, Fernando Pessoa, Correspondência

Abstract

As the act of writing is eminently dramatic, implying an unfolding or splitting of the subject, that constitutes the degree zero of every fiction, the epistolary discourse, as writing of the I, tends to create an interval towards «feigning» (*fingimento*). That is where we can spot its proximity with the literary sphere, operating also in the passage from the private to the public or in the intrusion of a reader unknown to both correspondents. That is why the letter, which is an ambiguous, hybrid and multifunctional form, is the source of different readings and misunderstandings, creating the illusion of being a place of maximum sincerity and an historic document which one could use for autobiographical data. This essay attempts to demonstrate how Fernando Pessoa's correspondence is



defined by a permanent tension between «truth» and «non-truth» and, thus, cannot be read without proper caution, without a necessary contextualization and appropriate research.

Keywords: Epistolary discourse, Autobiography, Fernando Pessoa, Correspondence



Poeta – não escreves nem o mundo nem o eu
 escreves o istmo
 entre os dois
 Adonis (Ali Ahmad Said Esber)

A história do epistolar mostra como este é um género dificilmente classificável: «género maldito», lhe chamam, «género melancólico», «género feminino», género paraliterário. Philippe Lejeune, no seu conhecido livro de 1975, *Le pacte autobiographique*, não lhe reconhece sequer o estatuto de género, considerando que se trata apenas de «um certo modo de comunicação por escrito» (*apud* Diaz, 2002: 9). Em contrapartida, Jacques Derrida afirma peremptoriamente que «La lettre n'est pas un genre, mais tous les genres, la littérature même»¹ (1980: 113).

A teoria do epistolar tem vindo, de facto, a reabilitar as correspondências, fazendo do epistológrafo, do escrevente de cartas, um verdadeiro autor, na própria medida em que vê na carta um prolongamento, um sucedâneo ou um laboratório do literário; ou no sentido em que a página de uma carta, escrita enquanto tal e para funcionar junto de um destinatário específico, pode ser lida na sua dimensão estética e poderia mesmo passar a integrar uma obra.

Daqui nasce um dos equívocos do epistolar, que é pressupor que a carta corresponde ou dá conta de uma relação «fiel e verdadeira», íntima, irreduzível ao olhar de terceiros (os não implicados directamente no diálogo). Deste modo, se se pode aceitar dizer que toda a carta é uma carta de amor, na sua busca desejanse do Outro, ela é-o também no sentido em que toda a relação a dois (amorosa ou epistolar) pode tornar-se um *ménage à trois*, uma relação triangular em que o leitor exterior ocupa o terceiro lado do triângulo, aquele, precisamente, onde nos colocamos neste momento.

É esta não-privacidade implícita nas cartas alheias de que dispomos que fornece aos biógrafos ou memorialistas, mas também aos teóricos do epistolar e da literatura, a matéria-prima para o seu trabalho. Porque, na verdade, lembra Michel Foucault, em «L'écriture de soi», «La lettre qu'on envoie agit, par le geste même de l'écriture, sur celui qui l'adresse, comme elle agit par la lecture et la relecture sur celui qui la reçoit. En cette double fonction la correspondance est toute proche des *hypomnemata*, et sa forme en est souvent très voisine»² (*apud*, Diaz, 2002: 86). A sua forma é, pois,

¹ «A carta não é um género, mas todos os géneros, a própria literatura.»

² «A carta que se envia age, pelo próprio gesto da escrita, sobre aquele que a envia, como age pela leitura e releitura sobre aquele que a recebe. Nesta dupla função, a correspondência está muito próxima dos *hypomnemata*, e a sua forma é muitas vezes vizinha deles.»



vizinha dos cadernos de apontamentos ou dos diários, em que os espólios dos escritores são férteis. Mas é também um facto que age sobre o leitor exterior que nela procura, muitas vezes, elementos (auto)biográficos do destinador e do destinatário.

Neste caso, o epistológrafo, como pretende Vincent Kaufmann, constitui o elo que falta entre o homem e a obra (1990: 9). Este elo é um objecto privilegiado dos estudos literários; é, porventura o *istmo* de que fala o poeta sírio Adonis, no excerto colocado em epígrafe, a escrita que o poeta, o escritor, interpõe entre o mundo e o *eu*, ou na qual se fundem o mundo à sua volta e o seu *eu*.

Este elo / istmo é reconhecido por um autor de cartas como Fernando Pessoa, quando escreve, em 14 de Março de 1916, a Mário de Sá-Carneiro:

Pode ser que se não deitar hoje esta carta no correio amanhã, relendo-a, me demore a copiá-la à máquina, para inserir frases e esgares dela no *Livro do Desassossego*. Mas isso nada roubará à sinceridade com que a escrevo, nem à dolorosa inevitabilidade com que a sinto. (Pessoa, 1998: 209)

No *post-scriptum*, reafirma Pessoa esta intenção, justificando a cópia:

Poucas vezes tenho tão completamente escrito o meu psiquismo, com todas as suas atitudes sentimentais e intelectuais, com toda a sua histeroneurastenia fundamental, com todas aquelas intersecções e esquinas na consciência de si próprio que dele são tão características (...). (*ibid.*: 209-210)

Diga-se, em jeito de parêntesis, que esta é a única carta de Pessoa para Sá-Carneiro da qual conhecemos uma resposta directa. Em 24 de Março, Sá-Carneiro, numa altura em que planeia já o próximo suicídio, responde, algo laconicamente: «Recebi a sua admirável carta. Que Alma, que Estrela, que Oiro!» (2001: 279). E fixa-se, logo de seguida, no seu próprio problema, *esquecendo* o do interlocutor.

É também a carta de Fernando Pessoa em que melhor surpreendemos uma confiança, esse abrir de alma que se pressupõe, geralmente, próprio de uma correspondência íntima. As primeiras palavras da carta parecem conduzir-nos a esse pressuposto: «Escrevo-lhe hoje por uma necessidade sentimental – uma ânsia aflita de falar consigo» (*ibid.*: 208).



Esta seria, de certo modo, a carta autobiográfica por excelência. E, contudo, a possibilidade de algumas «frases e esgares» dessa confidencialidade poderem vir a integrar uma obra literária põe-nos de sobreaviso, relevando também o estatuto ambíguo de toda a escrita do *eu*. Se atentarmos bem, de alguma maneira se indicia nessas palavras uma intencionalidade outra que não a de um simples desabafo. Pessoa faz questão de precisar que talvez vá copiar a carta à máquina, prefigurando esta, sem dúvida, a antecâmara do texto impresso. E no outro excerto fala do seu psiquismo como se de outrem fosse, distanciando-se de si mesmo, como quem se vê ao espelho e aí, espantado, se reconhece.

De que modo leríamos, então, esta carta, sendo ela parte do *Livro do Desassossego*? Como literatura, sem dúvida. Alguns críticos vê-la-iam como uma página de ficção atribuída a um ser de ficção; outros, como uma página de um diário em que o *Livro do Desassossego* se constituiria; outros, porém, como um auto-retrato de um Soares-Pessoa, quando não mesmo do autor empírico, sempre presente mesmo quando o não está.

E o mesmo diríamos relativamente à carta de 5 de Junho de 1914, dirigida à mãe, nessa altura ainda a viver em Pretória. Carta que Fernando Pessoa também copia, indicando destiná-la igualmente ao *Livro do Desassossego*. É provável que dela pretendesse aproveitar apenas algumas «frases e esgares», já que a carta faz referência muito concreta a figuras reais, sobretudo à conhecida tia Anica, de partida para a Suíça, ou à ausência iminente de Sá-Carneiro, Alfredo Guisado ou Cunha Dias, o que não se enquadraria na obra a que se destina. No entanto, as palavras com que descreve o seu estado de alma teriam lugar num diário-não-diário do presumível *alter-ego* Bernardo Soares:

Quero apenas dizer que na gente com quem lido se estão dando, ou se vão dar, mudanças, acabares de períodos de vida, e que tudo isto – como a um velho que vê morrerem em seu redor os seus companheiros de infância, a sua morte parece próxima -me sugere não sei de que misteriosa maneira, que a minha deve, vai, mudar também. Repare que eu não creio que esta mudança vá ser para pior; creio o contrário. Mas é uma mudança, e para mim mudar, passar de uma coisa para ser outra, é uma morte parcial; morre qualquer coisa de nós, e a tristeza do que morre e do que passa não pode deixar de nos roçar a alma. (Pessoa, 1998: 115)

E, assim, a *mesma* confiança é já *outra*, quando passa a ser lida fora da relação escrita inicial *en-tu*. A contiguidade entre epistolar e literário verifica-se, precisamente, no movimento de deslocação do espaço privado para o espaço público, mas também na intromissão ou inclusão do terceiro no *ménage à deux*. Escreve Paul Valéry, numa nota de 1910:

La ligne que je trace est *littérature* ou non selon que je m'adresse à quelqu'un, ou à ce lecteur virtuel moyen que je me donne. Une personne *imprévue* lisant une lettre à elle non destinée et dont les êtres lui sont inconnus change cette lettre en littérature.³ (*apud* Lecarme, 1997: 20)

Na verdade, a carta é, antes de mais, um texto escrito, um espaço de representação, onde o escrevente se expõe enquanto máscara. O acto de escrever é eminentemente dramático; impõe um desdobramento, uma clivagem do *eu*, que constitui o grau zero de toda a ficção. Nesse lugar, o sujeito pode «acontecer-se perante si próprio» (como diria Fernando Pessoa), ver-se de fora, compor-se ao espelho da folha de papel, experimentar ser outro(s). Toda a carta «devient une mise en fiction de la vie de l'épistolier»⁴ (Haroche-Bouzinac, 1995: 135). Toda a carta pode, assim, ser lida como matriz da própria literatura. E isto é tanto mais justificável quanto, ao destinar-se, isto é, ao enviar-se a um *tu* – ausente, na realidade, mas presente, porque convocado para a cena – o *eu* imita o acto de criação poética. Dito de outro modo, e socorrendo-me das palavras que abrem as *Novas Cartas Portuguesas*, «Pois que toda a literatura é uma longa carta a um interlocutor invisível, presente, possível ou futura paixão que liquidamos, alimentamos ou procuramos» (Barreno *et alii*, 2010: 3).

Assim sendo, até que ponto se pode ter como assente que a carta é o veículo privilegiado para a expansão sincera e até espontânea do eu? Até que ponto aquele que escreve não sabe já, no próprio escrever-se, que é o *outro* de si que se envia, retocado, no espelho da escrita? E até que ponto um autor literário se *esquece* de que o é, ou deixa de o ser, quando se sabe e deseja lido?

Aqui reside, então, esse equívoco do epistolar – o ser o lugar da sinceridade máxima, donde deriva a possibilidade única de usar a carta como documento histórico e fazer dela um uso (auto)biográfico inquestionável. Diga-se, antes, que o discurso epistolar se caracteriza por uma

³ «A linha que traço é *literatura* ou não consoante me dirijo a alguém, ou ao leitor virtual médio que me dou. Uma pessoa *imprevista* que leia uma carta que não lhe é destinada e cujos correspondentes lhe são desconhecidos transforma essa carta em literatura.»

⁴ [Toda a carta] «se torna uma ficcionalização da vida do epistológrafo».



sinceridade construída. «The letter can be either portrait or mask»⁵, considera Janet Altman (1982: 185), já que nos atira para uma zona fronteiriça, para uma zona de tradução. Entre o rosto e a máscara, entre a sinceridade e o fingimento, existe, por assim dizer, um intervalo, uma *língua de ninguém* que nos obriga a ler sempre com um filtro protector.

É a ausência deste filtro que leva tanta gente a tomar como documento portador da Verdade última – sagrada por assim dizer – sobre a heteronímia pessoana a famosa carta-testamento a Adolfo Casais Monteiro, na qual, como já foi amplamente comprovado, Fernando Pessoa se exhibe na sua pretendida genialidade, se auto-celebra e, portanto, obviamente, finge muitos fingimentos.

Chamo a atenção, a título de exemplo, para uma passagem da carta de 13 de Janeiro de 1935 – provavelmente a mais glosada e interpretada –, aquela que se reporta à génese de Alberto Caeiro e do «dia triunfal». Ponho de parte a questão da data e da improvável (e, aliás, desmentida) «inspiração» ou epifania do 8 de Março de 1914. Pessoa esclarece que, nesse dia, se acercou de uma cómoda alta e, «tomando um papel», escreveu «trinta e tantos poemas a fio». Acrescenta: «de pé, como escrevo sempre que posso» (1999: 343).

Esta observação, aparentemente feita *en passant*, não deixa de constituir, como se sabe, um dos elementos da mitografia caeiriana. Ela pode ou deve, contudo, ser entendida como uma mensagem subliminar endereçada a João Gaspar Simões (que, com muita probabilidade iria ler a *magna carta*).

Na verdade, no seu livro de 1931, *O Mistério da Poesia. Ensaio de interpretação da génese poética*, o crítico de Coimbra insere um estudo intitulado «Fernando Pessoa e as vozes da inocência»⁶, no qual expende considerações acerca dessa poesia que se lhe afigura, «simultaneamente, objecto de conhecimento e de sentimento, pelo que produz ao mesmo tempo uma sensação objectiva e subjectiva, no sentido kantiano» (1931: 172).

Para Gaspar Simões, Fernando Pessoa é um representante português daquela espécie de lirismo que, «na fórmula de Goethe», designa de «circunstância cerebral».⁷ Os seus poemas «só verdadeiramente são poemas uma vez escritos, ao passo que os do chamado lirismo psicológico são-no ainda na alma dos poetas (*ibid.*: 174). Eles «requerem a colaboração plácida do silêncio, para

⁵ «A carta pode ser ou retrato ou máscara».

⁶ O artigo fora objecto de publicação na revista *presença*, nº 29, novembro-dezembro de 1930.

⁷ Na mesma obra, Gaspar Simões inclui um capítulo dedicado à explanação do tema lirismo, intitulado precisamente «Duas Formas de Lirismo».



receberem a *determinação* livre da alma e, sobretudo, da consciência» (*ibid.*: 175). Por isso, Pessoa só podia escrever *sentado* (como Flaubert) e não *passeando* (como Rousseau). Pessoa pertence, pois, na óptica de Gaspar Simões, «à categoria dos que escrevem sentados» (*ibid.*).⁸

Este «pisar de olho», de uma extrema ironia, não deve ter passado despercebido quer ao destinatário primeiro da carta de Janeiro de 1935, Casais Monteiro, muito provável conhecedor do teor do referido estudo, quer, sobretudo, ao seu autor, Gaspar Simões, destinatário da mesma carta, em segundo grau.

A escolha do destinatário não é, evidentemente, inócua, para a prossecução do desiderato pessoano de dar a conhecer a sua original biografia literária. Adolfo Casais Monteiro, João Gaspar Simões, como José Régio em outras ocasiões, são os destinatários, os legatários que garantem a não-privacidade da carta que se quer «aberta», posta a circular como auto-retrato oficial do poeta, aquele que ficou inevitavelmente (e de forma assaz redutora, e em virtude do próprio equívoco) para a posteridade.

Fazer pontes com outros autores e outras ideias sempre foi um desígnio pessoano. A sua obra literária e ensaística expõe exemplarmente o desejo de ser um criador de cultura ou de civilização, ou, por outras palavras, o de ser um pontífice, um tradutor – pondo ao alcance do (inexistente) meio cultural português o conhecimento de autores estrangeiros; traduzindo para o exterior os autores portugueses dignos de universalização, mas também propagando as suas próprias ideias. Fernando Pessoa seria, neste sentido, um epistológrafo por natureza – funcionando cada ideia como uma espécie de carta a um destinatário colectivo; cada carta como um manual de instruções para ler a (sua) literatura e o (seu) mundo.

O contributo que as correspondências em geral, e a pessoana em particular, fornecem para o conhecimento da biografia dos interlocutores é indesmentível. Não esqueçamos que a carta é um objecto carregado de História. O presente da escrita é sempre um passado que importa interrogar. À maneira de um arqueólogo, é preciso escavar o terreno, o seu corpo fóssil, para iluminar, trazer à superfície uma teia de relações, de referências, de subtilidades, de ironias. Só percebendo o contexto em que a carta foi escrita ou pensada, se poderá avaliar da credibilidade e importância daquilo que aí

⁸ De notar que Ricardo Belo de Moraes chamou a atenção para esta relação da proclamada génese de Alberto Caeiro com o texto de João Gaspar Simões, no seu livro *Fernando Pessoa para todas as pessoas* (2015). Esta hipótese fora, contudo, anteriormente desenvolvida por Rita Patrício em *Episódios, Da teorização estética em Fernando Pessoa* (2012: 283-284).

se lê. Esse esforço de enquadramento – temporal, sociocultural, literário, político – pode evitar juízos errados, como aquele que se observa, por exemplo, no sexto volume da *História de Portugal* de José Mattoso, coordenado por Rui Ramos. Considera este historiador, a propósito do futurismo, que foi a imprensa política que mais explorou o «fenómeno», e acrescenta o seguinte:

As opiniões cada vez mais reacionárias que eram as dos rapazes de *Orpheu*, tal como as de todos os da sua geração, ajudaram o futurismo a confundir-se com a proliferação de grupos da direita monárquica durante a ditadura de Pimenta de Castro. De facto, Pessoa chegou na altura a oferecer-se para colaborar com os integralistas, propondo-se fornecer-lhes defesas paradoxais da monarquia, daquelas que chamam a atenção. (1994: 645)

O último período citado remete para um fragmento com o título «Carta a um Monárquico», no qual Fernando Pessoa, bem a seu jeito, ensaia uma intervenção pública provocatória, oferecendo ao seu inominado destinatário, porque aqui assumidamente colectivo, «argumentos para defender todas as teorias, mesmo as mais absurdas». Escreve Pessoa:

Quando os novos monárquicos se sentirem *à bout de ressources* no sofisma, contem sempre comigo para lhes fornecer – quanto mais não seja pelo prazer de fazer errar – vários argumentos a favor da monarquia, incluindo, os aceitáveis que a todos eles têm escapado. Uma cousa no género do meu *Super-Camões*, que em tempos escandalizou, ou da minha *Ode Triunfal*, que tem merecido menções honrosas (dadas as pessoas que as fizeram) para um pseudónimo meu – estas cousas têm, sobre as teses dos integralistas, a vantagem da originalidade e da subtilidade. (Pessoa, 1986, II: 356)

Seria necessário, neste caso, reparar que estamos perante uma carta inacabada, talvez não enviada, cujo destinatário, podendo ser identificado (foi aventada a hipótese de se tratar de João do Amaral), pertence a um grupo vasto, o dos integralistas, aos quais aquelas palavras em bloco se dirigem (um pouco à maneira do que atrás se dizia relativamente aos membros da revista *presença*).

A circunstância de não ser uma carta pessoal, «fechada», leva a supor que se trate antes do rascunho de um panfleto projectado por Pessoa, referido, de resto, numa outra carta, essa sim, enviada em privado a Domingos Garcia Pulido (em 18 de Março de 1913), na qual se explicita que a



«Carta a um Monárquico» constituiria o 4º folheto de uma série prevista pelos dois amigos, intitulada *Jogo Franco*. Afirma o autor:

Nessa «Carta» ponho de modo novo o problema político actual, e mostro a necessidade de ser republicano com argumentos ainda virgens. (Pessoa, 1998: 88)

Conforme desenvolvi num outro lugar (Silva, 2004: 414-415), esta série de folhetos visava, sobretudo, atacar o republicanismo de Afonso Costa (Garcia Pulido era partidário de Brito Camacho e chegou a ser deputado pelo Partido Unionista). Não sendo provável, dada a discrepância das datas, que a «Carta a um Monárquico» tenha surgido como reacção a um outro conjunto de folhetos da autoria de João do Amaral, *Aqui d'El-Rei* (cujo n.º 1 é datado de Fevereiro de 1914 e de que saíram pelo menos cinco números), é, de qualquer forma, óbvio que se propunha atacar a solução preconizada pelo Integralismo Lusitano para os males da pátria: uma «Monarquia orgânica, anti-parlamentar, descentralisadora e tradicionalista», nas palavras que o próprio Amaral viria a usar.

Conhecendo alguns textos de Pessoa sobre o Integralismo, percebe-se que a monarquia dos neo-monárquicos não poderia ter o seu aval. A falta de «originalidade e subtileza» a que alude na carta-folheto provém do facto de servirem, como escreve num dos textos, «os fins da reacção monárquica» (1986, III: 904), de continuarem «farisaicamente» unidos às outras monarquias, isto é, àquelas que, na opinião de Pessoa, foram responsáveis pela morte da Monarquia com letra maiúscula. Provém, por outro lado, de beberem, unilateralmente, na fonte da cultura francesa, ou de, conforme escreve noutro texto (*ibid.*: 907), padecerem do vício do constitucionalismo – serem pouco nacionais. Ora, como é sabido, o Integralismo Lusitano inspira-se fundamentalmente nas ideias de Charles Maurras e na Action Française, autor e movimento que, por diversas vezes, Pessoa asperamente censura. Os integralistas apresentam-se, assim, a Fernando Pessoa, como neo-reaccionários, por isso interroga no texto acima citado:

Julgam os nossos Maurras que as suas vozes prevalecem ou virão a prevalecer contra a corrente monárquica, apenas monárquica? Julgam eles que o meio está transformado, que os imoralões de ontem serão outros, purificados de tudo, no poder? É a nós, é a si próprios, ou a quem é que os integralistas querem intrujar? (*ibid.*: 906)



Toda esta contextualização levaria, naturalmente, a desconfiar da aparente sinceridade daquele fragmento de «carta», todo ele percorrido pela mais fina ironia, o que infirma a apressada asserção de Rui Ramos.

O conjunto significativo das cartas trocadas por Fernando Pessoa com os seus pares, amigos e mesmo desconhecidos (editores, astrólogos, gente de negócios), oferece, sem dúvida, um manancial de elementos importantes para a construção da sua biografia, permitindo conhecer quer os seus interesses (literários, culturais, profissionais), quer o seu pensamento político e crítico. Mas lê-las sem atender à sua (i)lógica, à sinuosidade do discurso e àquilo que, muitas vezes, escondem ou deixam subentender pode reservar desagradáveis surpresas.

Por outro lado, a consciência de que muitas das suas cartas teriam uma leitura grupal leva o autor a ter um enorme cuidado com aquilo que escreve. A existência no espólio pessoano de inúmeros rascunhos de cartas (algumas das quais provavelmente nem teria chegado a concluir ou a passar a limpo) comprova essa preocupação e serve igualmente para demonstrar o modo como Pessoa vigia a sua expansão lírica e desmente a sua (só aparente) espontaneidade.

É o caso da primeira carta escrita a João Gaspar Simões, em 26 de Junho de 1929, na qual agradece o estudo «Fernando Pessoa», incluído no livro *Temas*, reafirmando o quanto o comoveu a forma como o autor aí o trata enquanto «realidade espiritual» e pretendendo que a carta «deflagra do coração», que não do cérebro. A descoberta de um rascunho datilografado da carta, ou antes, de uma versão bem diferente⁹, se não desmente as considerações daquela que foi efectivamente recebida por Simões, permite-nos aceder a um outro-Pessoa.

Na versão rejeitada, Pessoa exprime, de forma bem mais efusiva, a satisfação, até mesmo o entusiasmo, que sente por se ver reconhecido como grande poeta. Parece, no entanto, arrepende-se de se deixar surpreender na sua humana fraqueza. Resolve, então, cortar e refazer as passagens mais comprometedoras, como esta:

⁹ Esta versão foi por mim publicada, pela primeira vez, em Pessoa, 1996: 81-82.

A clara afeição das suas palavras como que me liberta do que poderia com justiça considerar a antemanhã de cousa nenhuma. Pela primeira vez sinto nitidamente o sol das almas externas á minha, e não sei como agradecer-lhe o dourado matinal d'esta sensação. (1996: 81)

A auto-censura atinge também um parágrafo sobre os bastidores da sua heteronímia, talvez por achar prematuro revelá-los já, e de uma maneira tão emocionalmente incontida, aos amigos da *presença*:

Conclui, ha dias, atravez de um esforço terrível de impersonalização, o estudo inicial de Ricardo Reis – duas simples paginas de prosa – á obra completa de Alberto Caeiro. Concluido o estudo, quasi chorei de alegria, mas lembrei-me depois que o entusiasmo do discipulo e a grandeza, alli expressa do mestre, se tinham passado exclusivamente em mim, que eram ficções de interludio, aleas da confusão e do descaminho. (*ibid.*)¹⁰

É evidente que a carta enviada a Gaspar Simões (como não poderia ter deixado de acontecer com a longa carta sobre os heterónimos a Casais Monteiro) foi diligentemente trabalhada e pensada. É evidente também quanto Pessoa se esforça por atenuar o efeito *obscenamente* denunciador da sua «alma», sobretudo quando se dirige a destinatários que, muito mais do que amigos, assume como críticos presentes e futuros.

Não é, de resto, o único exemplo de deriva face àquilo que o senso comum entende ser próprio da epistolografia. O discurso epistolar pessoano é, voluntária e involuntariamente, um repositório de todos os dispositivos, ou «tiques», da epistolaridade. Este é um discurso, não esqueçamos, que se alimenta da distância, não só porque objectivamente não existiria se o afastamento dos dois interlocutores não existisse, mas porque é na ausência visual do destinatário que o *eu* melhor o pode captar e a si mesmo se exprimir (e censurar).

É dos intervalos de tempo-espço que separam o sujeito da escrita do Outro que nasce o desejo de que a carta é o «corpo-condutor» (Kaufmann, 1990: 13). Seja o desejo de um outro idealizado, seja o desejo do outro da escrita, inscrito sobre o vazio do papel. Por isso, a distância é quase sempre querida e, por vezes, conscientemente e explicitamente, expressa pelo sujeito.

¹⁰ Sobre este assunto, ver Silva, 2004: 380-385.



Numa carta de 22 de Agosto de 1915, é Mário de Sá-Carneiro que escreve:

Mas se você soubesse como as suas cartas me são necessárias! É que você, meu querido Fernando Pessoa, é, em verdade completa, o meu único camarada! E longe sinto-o melhor – e longe, tendo cartas suas, essa camaradagem parece-me talvez mais estreita, mais próxima. Seguramente a época da minha vida em que vivi mais ao lado do meu Pai – foi no ano em que estive em Paris e nos escrevíamos todos os dias. (Sá-Carneiro, 2001: 193)

Sá-Carneiro vive(-se) através das cartas, cartas que estabelecem também, neste sentido, uma relação triangular, já que, no seu dialogismo intrínseco, o terceiro está forçosamente incluído – terceiro que não é aqui o leitor exterior, terceiro que é a relação em si mesma, relação autofágica, que se esgota no tempo da própria correspondência, mas que é, enquanto dura, totalizante, autotélica.

Por isso também, o epistolar se transforma muitas vezes numa máquina de afastamento e não é, como equivocadamente se tende a estatuir, uma simples forma de aproximação.

É, de qualquer modo, a coberto da distância que Pessoa ousa falar do seu psiquismo. Não o faz apenas nas cartas para Sá-Carneiro ou para a mãe. Encontramos esta expansão (quase-lírica) numa carta, do «género psicológico», de 19 de Janeiro de 1915, endereçada ao poeta açoriano Armando Côrtes-Rodrigues, também ele vivendo bem longe. Pessoa confessa a necessidade de falar acerca da «crise psíquica que há tempos [vem] atravessando»:

Apesar da minha reserva, eu sinto a necessidade de falar nisto a alguém, e não pode ser outro senão a você – isto porque só você, de entre todos quantos eu conheço, possui de mim uma noção precisamente ao nível da minha realidade espiritual. Dá-se esta sua capacidade para me compreender porque você é, como eu, fundamentalmente um espírito religioso. (1998: 139)

A confessada irmandade espiritual («Irmão em Além», lhe chama numa outra carta) que justifica a escolha de Côrtes-Rodrigues como confidente constitui uma prova de que as cartas dizem por vezes tanto ou mais sobre aqueles a quem se dirigem (como afinal acontece com a literatura) do que sobre quem as envia. Corresponder-se é também pensar no outro, imaginá-lo lendo a carta acabada de receber; é ser, experimentar ser, de certa forma, esse outro. E aqui estamos ainda perante



um outro equívoco, pois comumente tende a postular-se o contrário. Nestas circunstâncias, não será despropositado afirmar que as cartas autobiográficas de Sá-Carneiro funcionam como fragmentos (auto)biográficos de Pessoa. O que conhecemos da vida deste é-nos transmitido em larga medida pelo que o seu interlocutor de Paris dele e de si próprio nos diz.

Da mesma maneira, se considerarmos a correspondência amorosa Pessoa-Ofélia, as cartas ridículas, «impossíveis», de Pessoa fazem tanto ou mais o retrato da sua destinatária – alguém que nunca parece merecer uma carta do «género psicológico» ou ler confidências literárias, reflexões ou arroubos intelectuais – do que fazem o retrato dele próprio. Em grande medida devido a essas omissões, tomou-se como irrecusável, para muitos críticos pessoanos, e ainda antes de serem conhecidas as cartas por si assinadas, a imagem (a meu ver, enganadora) de uma jovem ingénua, quase iletrada, incapaz ou indigna de ser amada por um homem com o gabarito de Fernando Pessoa. Em contrapartida, as cartas ridículas, «possíveis», de Ofélia oferecem-nos uma imagem genuína de Pessoa, do homem (no seu quotidiano, com os seus comportamentos «engraçados», a sua forma de vestir, etc.), mais do que do poeta, ou, se preferirmos, do homem-poeta captado na sua dimensão *ístmica*, com as suas incongruências e indecisões, os seus desejos, as suas fragilidades. As cartas de Ofélia mostram, aliás, que teve a inteligência de se adaptar a um homem especial e a coragem de o amar.

Curiosamente a única carta para Ofélia Queirós a que pode caber a classificação de psicológica, é a carta de ruptura da primeira fase do namoro, datada de 29 de Novembro de 1920. Nela, Pessoa usa, *finalmente*, um registo reflexivo, intelectualizado, o que permite deduzir que considerava Ofélia à altura de o entender:

O Tempo, que envelhece as faces e os cabelos, envelhece também, mais depressa ainda, as afeições violentas. A maioria da gente, porque é estúpida, não consegue dar por isso, e julga que ainda ama porque contraiu o hábito de se sentir a amar. Se assim não fosse, não havia gente feliz no mundo. As criaturas superiores, porém, são privadas da possibilidade dessa ilusão, porque não podem crer que o amor dure, nem, quando o sentem acabado, se enganam tomando por ele a estima, ou a gratidão, que ele deixou. (Pessoa, 1998: 358-359)



Auto-declarando-se «criatura superior», cujo destino pertenceria, como escreve também, a outra Lei e, nessa medida, o impeliria a seguir outros caminhos, Pessoa não usa aqui a superficialidade e espontaneidade presente nas outras cartas, as do dia-a-dia, escritas tão-só para combinar e lembrar encontros e desencontros, ou preencher a forçada (desejada, às vezes?) ausência. Esta carta foi também ela fruto de aturada composição. A existência de um rascunho, encontrado no seu espólio, confirma isso mesmo. Trata-se de uma folha datilografada com acrescentos manuscritos, sendo o texto entrecortado por esboços de poemas em inglês, alusivos ao tema da despedida e do fim de um amor. Interessante é esta contiguidade de registos, confirmando que, até no ir-se fazendo de uma carta tão séria, tão grave, e tão sincera, há espaço para a ficção; há, pelo menos, duas vezes que se ouvem. Uma delas, a da poesia, cala-se quando do envio da carta, mas ecoa, quem sabe, na referência à outra Lei, aquela a que se vê compelido a obedecer.

Direi, em conclusão, que o epistolar é uma forma – uma forma híbrida, ambígua, «nómada» (como lhe chama Brigitte Diaz), mas também multi-funcional, propensa tanto à encenação, ao disfarce, como ao desvelamento, à perseguição da «verdade» e, por isso, geradora de equívocos, de múltiplas leituras. Isto não nos deve impedir de o tomarmos quer como imprescindível fonte de informação e documento histórico, quer, por vezes, como literatura de feição autobiográfica ou, simplesmente, literatura.

Referências

- ADONIS (2016) *O Arco-Íris do Instante*, trad. Nuno Júdice, Lisboa, Dom Quixote.
- ALTMAN, Janet (1982) *Epistolarity. Approches to a Form*, Columbus, Ohio State University Press.
- BARRENO, Maria Isabel, Maria Teresa HORTA e Maria Velho da COSTA (2010) *Novas Cartas Portuguesas*, org. Ana Luísa Amaral, Lisboa, Dom Quixote.
- DERRIDA, Jacques (1980) *La Carte Postale, de Socrate à Freud et au-delà*, Paris, Aubier-Flammarion.
- DIAZ, Brigitte (2002) *L'épistolaire ou la pensée nomade*, Paris, Presses Universitaires de France.
- KAUFMANN, Vincent (1990) *L'équivoque épistolaire*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- HAROCHE-BOUZINAC, Geneviève (1995) *L'épistolaire*, Paris, Hachette.
- LECARME, Jacques e Éliane LECARME-TABONE (1997) *L'Autobiographie*, Paris, Armand Colin.
- MORAIS, Ricardo Belo de (2015) *Fernando Pessoa para todas as pessoas*, Lisboa, Verso de Kapa.
- PATRÍCIO, Rita (2012) *Episódios, Da Teorização Estética em Fernando Pessoa*, Braga, Edições Húmus.

- PESSOA, Fernando (1986) *Obras Poéticas e em Prosa*, Vol. II e III, org., introd. e notas António Quadros e Dalila Pereira da Costa, Porto, Lello & Irmão.
- (1996) *Correspondência Inédita*, org., introd. e notas Manuela Parreira da Silva, Lisboa, Livros Horizonte.
- (1998) *Correspondência (1905-1922)*, ed. Manuela Parreira da Silva, Lisboa, Assírio & Alvim.
- (1999) *Correspondência (1923-1935)*, ed. Manuela Parreira da Silva, Lisboa, Assírio & Alvim.
- SÁ-CARNEIRO, Mário de (2001) *Cartas a Fernando Pessoa*, ed. Manuela Parreira da Silva, Lisboa, Assírio & Alvim.
- SILVA, Manuela Parreira da (2004) *Realidade e Ficção – para uma biografia epistolar de Fernando Pessoa*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- SIMÕES, João Gaspar (1931) *O Mistério da Poesia. Ensaios de interpretação da génese poética*, Coimbra, Imprensa da Universidade.



Manuela Parreira da Silva é Professora Auxiliar jubilada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde lecionou nas áreas da Literatura e Cultura Portuguesa do século XX, Estudos Pessoaanos e Estudos do Modernismo. O seu trabalho de investigação tem incidido sobre o espólio de Fernando Pessoa, tendo publicado diversas edições e dado a conhecer muitos dos seus textos inéditos. Outra área da sua investigação prende-se com o estudo dos conceitos de tradição e modernidade e das relações entre tradição e modernidade nos autores modernistas, tentando, deste modo, fazer a ponte entre a literatura moderna e contemporânea e a literatura tradicional. Colabora no projeto “Modernismo online – espólio de Almada Negreiros e Sara Afonso”.



O Essencial é Saber Ler: Pessoa e Racismo

Nuno Amado

Universidade Católica Portuguesa

Resumo

Em Fevereiro de 2019, num artigo publicado no *Jornal de Angola*, a presidente da Plataforma para o Desenvolvimento da Mulher Africana (PADEMA) acusou o poeta Fernando Pessoa de ter sido um “escravocrata racista”. A acusação de Luzia Moniz, na altura motivada pela escolha de Pessoa, por parte da CPLP, para patrono de um programa de intercâmbio universitário no espaço lusófono, baseia-se em três passagens avulsas de Pessoa, nas quais a suposta mácula se verifica indiscutivelmente. Este artigo oferece uma análise cuidada das três passagens em causa, reflecte acerca da importância do acto interpretativo e, não esquecendo o contexto de produção dos textos em que as passagens ocorrem, as intenções específicas do autor ao escrevê-los e a relação desses textos com outros textos pessoanos que ajudam a compreendê-los, procura questionar a legitimidade dessa acusação.

Palavras-Chave: Racismo, Escravatura, Colonialismo, Imperialismo, Luzia Moniz

Abstract

In an article published in the *Jornal de Angola* in February 2019, the poet Fernando Pessoa was accused by the PADEMA’s president of being a racist slavocrat. Luzia Moniz’s accusation, which at the time was a reaction to the fact that Pessoa’s name had been chosen by the CPLP to sponsor an academic exchange program among Lusophone countries, is based upon three loose passages, in which the presumed blemish is indisputably verified. This article offers a careful analysis of the three passages in question, and reflects upon the importance of the act of interpretation. Also, in not forgetting the context in which the texts where the passages appear, the author’s specific intentions



when writing them and the relation between these texts and other Pessoa texts that help us to understand them, the article tries to discuss and question the legitimacy of this accusation.

Keywords: Racism, Slavery, Colonialism, Imperialism, Luzia Moniz



É bem conhecida de todos aquela história de adolescentes em que um rapaz pede o carro emprestado ao pai e, por inexperiência ou descuido, acaba por espatifá-lo. Na versão de Ovídio, que a todas as outras naturalmente serve de arquétipo, o rapaz chamava-se Faetonte, o carro do pai era o astro solar e uma das consequências do despiste foi a de queimar a superfície terrestre por onde passou. É esse acidente divino que, em Ovídio, explica a tez escura dos africanos: “imerso em névoas da cor da pez, onde está ou por onde ir / não sabe, e é arrastado ao capricho dos cavalos voadores. / Foi então que se crê que os povos da Etiópia assumiram / a cor negra, puxando o sangue para a superfície dos corpos” (*Met.*, II.233-236). De um ponto de vista político, fazer depender a quantidade de melanina na pele das pessoas da irresponsabilidade dos deuses, demarcando-as pelo infortúnio, não é decerto a forma mais correcta de tratar a diferença. E, dada a campanha persecutória contra ditos e falares, tão pertinente para todos aqueles que reduzem a participação cívica à prepotenciazinha de decretar a que vocábulos devem os fracos e oprimidos sujeitar a audição, a pouca urbanidade de Ovídio, e já agora a de Camões, que a copia quando perifrasticamente chama aos africanos “os de Faeton queimados” (*Lus.*, I.49.8), só ainda não terá provocado a indignação dos bem-falantes pela contingência de não lhes ter ainda chegado aos ouvidos. Talvez por não esperar grandes verdades científicas dos poetas, e por não delegar neles a minha educação cívica, considero estes versos particularmente inócuos. Bem sei que, hoje em dia, tal desapego é uma mancha no currículo. As boas almas do nosso tempo saem à rua de manhã para gritar o “25 Abril Sempre, Fascismo Nunca Mais” e ataviam-se a seguir ao almoço para ir injuriar em coro um qualquer apóstata a caminho do patíbulo. Custa-me contudo aceitar que o policiamento do impropério seja uma necessidade higiénica básica numa sociedade moderna e que a retórica precise de pó de talco. Parecendo que não, há uma diferença entre um cidadão adulto, possuidor de direitos e obrigações civis, e um rabo de bebé.

O furor inquisitorial de que Ovídio e Camões até agora se têm livrado abateu-se, porém, sobre Fernando Pessoa em Fevereiro de 2019.¹ Em causa estava a escolha do poeta, pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), para patrono de um programa de intercâmbio universitário dentro do espaço lusófono. Para Luzia Moniz, presidente da Plataforma para o Desenvolvimento da Mulher Africana (PADEMA), Pessoa foi “um escravocrata racista”, pelo que “atribuir o seu nome a

¹ A controvérsia voltou entretanto à ordem do dia em Portugal, já em 2020, no seguimento dos protestos que alastraram pelo mundo após a morte de George Floyd em Minneapolis.



um projecto que envolve jovens, descendentes dos escravizados, configura um insulto racista” (Moniz, 2019). Não é de crer que todos os grandes autores tenham sido grandes pessoas, e não me parece que o apreço que possamos ter pela obra de um deles possa desculpá-lo do que quer que seja. De igual modo, não é de todo indiscutível que Pessoa seja o nome mais adequado para patrono de um programa desta natureza. O que se segue não é, portanto, nem uma defesa do carácter do poeta, nem uma justificação da escolha feita pela CPLP. Interessa-me acima de tudo a validade da acusação de racismo, e os problemas interpretativos suscitados pelos textos que a motivaram.

Num artigo de opinião publicado no *Jornal de Angola* a 10 de Fevereiro de 2019, Luzia Moniz começa por citar três passagens avulsas de Pessoa nas quais a palavra “escravatura” aparece escrita, e sugere que o autor delas, precisamente por tê-la escrito, terá sido uma “figura sinistra” e um “acérrimo defensor do mais hediondo crime contra a Humanidade”. O raciocínio pressupõe uma relação necessária e indiscutível entre tudo aquilo que um autor escreve e aquilo em que acredita, entre frases de teor racista, neste caso, e o “ignóbil pensamento” (Moniz, 2019) de quem as redige. É essa relação que pretendo pôr em causa.

A primeira das três passagens avulsas, que aliás terão sido lidas por Luzia Moniz de chofre, sem qualquer esforço de contextualização, na biografia de Pessoa escrita por José Paulo Cavalcanti Filho, *Uma Quase Autobiografia*, é a mais delicada das três, razão pela qual a deixarei para o fim. Começemos por isso pela leitura da segunda delas, que pertence a um fragmento do *Livro do Desassossego* (BNP 2-56r)² datado de 20 de Junho de 1931: “A escravatura é a lei da vida, e não há outra lei, porque esta tem de cumprir-se. Uns nascem escravos, e a outros a escravidão é dada” (*apud* Moniz, 2019). Lida assim, bastante truncada e sem o auxílio do contexto específico do fragmento a que pertence, a passagem pode de facto suscitar leituras como a de Luzia Moniz. Nenhuma leitura honesta pode no entanto dar-se ao luxo de dispensar o contexto de produção em que a passagem tem lugar. Lido isoladamente, sem o suporte explicativo dos versos circundantes e do poema “Liberdade” em que ocorre, que tipo de acusações o verso “o melhor do mundo são as crianças” (Pessoa, 2006: 378) não poderia fazer pender sobre Pessoa? Leia-se, então, na íntegra o parágrafo em que a passagem surge, bem como o parágrafo que o antecede e lhe dá justificação:

² A abreviatura BNP diz respeito ao espólio de Fernando Pessoa à guarda da Biblioteca Nacional de Portugal.

O meu desejo é fugir. Fugir ao que conheço, fugir ao que é meu, fugir ao que amo. Desejo partir – não para as Índias impossíveis, ou para as grandes ilhas ao Sul de tudo, mas o para o lugar qualquer – aldeia ou ermo – que tenha em si o não ser este lugar. Quero não ver mais estes rostos, estes hábitos e estes dias. Quero repousar, alheio, do meu fingimento orgânico. Quero sentir o somno chegar como vida, e não como repouso. Uma cabana à beira mar, uma caverna, até, no socorro rugoso de uma serra, me pode dar isto. Infelizmente, só a minha vontade m’o não pode dar.

A escravidão é a lei da vida, e não há outra lei, porque esta tem que cumprir-se, sem revolta possível nem refúgio que achar. Uns nascem escravos, outros tornam-se escravos, e a outros a escravidão é dada. O amor covarde que todos temos à liberdade – que, se a tivéssemos, extranharíamos, por nova, repudiando-a – é o verdadeiro sinal do peso da nossa escravidão. Eu mesmo, que acabo de dizer que desejaria a cabana ou caverna onde estivesse livre da monotonia de tudo, que é a de mim, ousaria eu partir para essa cabana ou caverna, sabendo, por entendimento, que, poisque a monotonia é de mim, a haveria sempre de ter comigo? Eu mesmo, que sufoco onde estou e porque estou, onde respiraria melhor se a doença é dos meus pulmões e não dos ares que me cercam? Eu mesmo, que anseio alto pelo sol puro e os campos livres, pelo mar visível e o horizonte inteiro, quem me diz que não extranharia a cama, ou a comida, ou não ter que descer os oito lances de escada até à rua, ou não entrar na tabacaria da esquina, ou não trocar os bons dias com o barbeiro ocioso? (Pessoa, 2010: 309)

A primeira coisa a dizer acerca destas palavras é a mais óbvia: quem fala é Bernardo Soares, não Fernando Pessoa. Não é de modo algum razoável atribuir convicções de heterónimos ou semi-heterónimos a Fernando Pessoa. Se assim não fosse, poderia o poeta eximir-se de acusações de pedofilia quando faz Álvaro de Campos dizer que acha belo haver raparigas de oito anos a masturbar “homens de aspecto decente nos vãos de escada” (Pessoa, 2002a: 87)? Salvar-se-ia de acusações de misoginia ao fazer António Mora defender que “a mulher, a criança, a plebe não são susceptíveis de disciplina própria” e que, portanto, “teem de ser dirigidos e coagidos” (Pessoa, 2002b: 206)? E o que dizer perante a total ausência de compaixão e de escrúpulos morais exibidas por Alberto Caeiro ao escutar aquele “homem das cidades”, no poema XXXII d’*O Guardador de Rebanhos*, que lhe falava pesadamente de desigualdades sociais: “Que me importam a mim os homens / e o que soffrem ou sentem que soffrem?” (Pessoa, 2015: 55)? O próprio Bernardo Soares, nos famigerados “Conselhos às mal casadas”, concede a dada altura que “a inferioridade feminina precise de macho” (Pessoa, 2010: 100). Dará isto testemunho do machismo de Pessoa? Talvez não seja inútil lembrar que o



próprio Pessoa, na *Tábua Bibliográfica*, explica que a obra heterónima “é do autor fora de sua pessoa, é de uma individualidade completa fabricada por ele, como seriam os dizeres de qualquer personagem de qualquer drama seu”, e que as individualidades de Caeiro, Reis e Campos “devem ser consideradas como distintas da do autor delas” (Pessoa, 2000a: 404). Quanto a Bernardo Soares, como Pessoa confia a Adolfo Casais Monteiro na famosa carta de 13 de Janeiro de 1935, trata-se de um semi-heterónimo cuja personalidade, não sendo inteiramente diferente da de Pessoa, resulta de uma “mutilação dela”. Como conclui, Bernardo Soares é ele próprio, Fernando Pessoa, “menos o raciocínio e a afectividade” (Pessoa, 2009: 345-346).

Que Pessoa não seja Soares é, para efeitos de repúdio da interpretação da passagem, apenas uma explicação lateral. O desacerto interpretativo é mais grave, e não se resolve desculpando a ignorância a respeito da obra de Pessoa. É que, não obstante as palavras que para efeitos de indignação nele se podem ler, o fragmento de Bernardo Soares não é sobre escravatura. Note-se aliás que a palavra “escravatura”, que Luzia Moniz emprega, foi na verdade substituída por Pessoa, no datiloscrito (BNP 2-56r), pela palavra “escravidão”.³ Assim o fez, como na verdade se percebe lendo o fragmento com alguma atenção, porque não é de escravatura que trata. Aquilo que pesa sobre Bernardo Soares é saber que nenhuma mudança de vida o livraria da monotonia, que lhe é intrínseca. A ideia é a de que todos somos prisioneiros de quem propriamente somos, e que não há modo de nos revoltarmos contra isso. Mesmo que Pessoa não se tivesse dado ao trabalho de substituí-la, a expressão “a escravatura é a lei da vida”, que tanto incomoda quem não sabe ler, não é no fragmento louvor e defesa da escravatura; é pessimismo antropológico.

Há, de resto, um último argumento a fazer sobre esta passagem. A frase “uns nascem escravos, outros tornam-se escravos, e a outros a escravidão é dada” (Pessoa, 2010: 309), tal como utilizada por Pessoa neste fragmento do *Livro do Desassossego* e não como Luzia Moniz a cita, amputando-lhe uma das três orações, é em rigor uma dupla apropriação. É-o, antes de mais, de uma frase utilizada por Shakespeare em *Twelfth Night*: “some are born great, some achieve greatness, and some have greatness thrust upon ‘em” (TN II.5.145-146). Esta frase, da qual Pessoa se apropria em mais do que uma ocasião, como fio de prumo para argumentos de espécie diferente, é no entanto ela própria uma

³ Pessoa datilografara originalmente a palavra “escravatura” por duas vezes, no início e no fim da passagem, corrigindo-a depois nos dois lugares (no primeiro caso batendo à máquina, acima, as letras “idão”; no segundo, acrescentando à mão, a tinta preta, e por cima da palavra datilografada, as mesmas letras).

apropriação, mais concretamente de *Mateus* 19:12: “Há eunucos que nasceram assim do seio materno, há os que se tornaram eunucos pela interferência dos homens e há aqueles que se fizeram eunucos a si mesmos, por amor do Reino do Céu” (*Mt.* 19:12). A origem bíblica da frase não era de modo algum desconhecida de Pessoa.⁴ E, considerando como essencial ao eunuco não a condição anatómica que o distingue mas o papel social que lhe cabia, parece aliás ser ao sentido que ela tem no evangelho que Pessoa mais propriamente recorre no trecho do *Livro do Desassossego* em que a emprega. Trata-se pois de um axioma de algibeira de que se socorria amiúde, para os mais diversos fins, e que citava de cor, mais ou menos fidedignamente, conforme as necessidades. Quando lemos uma frase, devemos ser capazes de identificar o contexto em que foi dita, com que intenção e, em mais casos do que se poderia talvez julgar, se foi de facto dita por quem deveras a disse. Ler uma frase sem tentar perceber de onde vem e o que a motiva, qual o contributo que ela dá ao sentido geral do texto ou o caminho que ela percorreu na cabeça do autor, não é lê-la; é digeri-la. E quem não se dá ao trabalho senão de digerir aquilo que lê não pode presumir que percebe o que quer que julgue ter lido.

A terceira passagem de Pessoa citada por Luzia Moniz é a seguinte: “ninguém ainda provou, por exemplo, que a abolição da escravatura fosse um bem social. (...) Quem nos diz que a escravatura não seja uma lei natural da vida das sociedades sãs?” (*apud* Moniz, 2019). A passagem pertence a um texto publicado em 1926 na *Revista de Comércio e Contabilidade*, e intitulado “Régie, Monopólio, Liberdade”⁵, onde Pessoa procura apresentar “as vantagens e as desvantagens de três sistemas de administração comercial e industrial” diferentes (um sistema de administração estatal, um sistema de

⁴ Pessoa apropria-se da frase em diferentes contextos, e para diferentes fins, como acontece no seguinte texto (BNP 55-85 a 86): “Sobre o bolchevismo, por exemplo, a única coisa que há de certo é a incompetência pavorosa dos seus chefes; e isso não admira. Totalmente destituídos de cultura científica e moderna, cérebros românticos sem noção nenhuma das realidades práticas, infelizes que a irrisão do Destino atirou para a celebridade por aquele princípio há muito exposto por Shakespeare, de que ‘alguns nascem grandes, outros conquistam a grandeza, e a outros empurram-nos para lá’. A encenação dos incompetentes é a mais cruel das ironias dos deuses” (Pessoa, 1980: 263). Apesar de atribuir a Shakespeare a autoria do princípio de que se apropria neste passo, Pessoa não ignorava a origem bíblica do enunciado, como o comprova o final de um texto sobre três espécies diferentes de iniciação (BNP 125A-8): “Quando Shakespeare disse, ‘uns nascem grandes, outros chegam à grandeza, a outros é a grandeza imposta’, deu, talvez sem querer e julgando ser simplesmente irónico, a chave das três iniciações, na ordem descendente. Outro sentido não tem a mesma frase do Cristo que diz o mesmo pela (...) ‘a uns fazem eunucos, outros se fazem a si mesmos, outros são eunucos desde o ventre materno’, em que, por uma expressão simbólica que a intuição facilmente compreende, se exprime pelo eunuquismo o afastamento dos outros que caracteriza a iniciação” (Pessoa, 1979: 174). Agradeço a António M. Feijó e a Jorge Uribe, que me chamaram a atenção para esta dupla apropriação.

⁵ Este texto foi dividido entre os números 2 e 3 dessa revista, de 25 de Fevereiro e 25 de Março, respectivamente, e seria uns meses mais tarde republicado nos números de 31 de Julho e 1 de Agosto do jornal lisboeta *A Informação*.



monopólio privado e um sistema de concorrência livre). Ao dissertar sobre o primeiro destes sistemas, Pessoa defende que “a administração de Estado é o pior de todos os sistemas”, pois o Estado é, “em qualquer parte ou época, a mais mal organizada de todas” (Pessoa, 2000a: 280-281) as coisas. Assim é – explica Pessoa – porque “não há ciência social”, porque “em matéria social há só opiniões”, porque “desconhecemos por completo que leis regem as sociedades, ignoramos por inteiro o que seja, em sua essência, uma sociedade, porquê e como nasce, segundo que leis se desenvolve, porquê e de que modo se define e morre”.⁶ Uma vez que ninguém sabe ao certo o que é benéfico e o que é prejudicial a uma sociedade, que não há certezas sociológicas que possibilitem governar e legislar em conformidade, mesmo “o mais honesto e desinteressado dos políticos e dos governantes nunca pode saber com certeza se não está arruinando um país ou uma sociedade com os princípios e leis, que julga sãos, com que se propõe salvá-la ou conservá-la” (Pessoa, 2000a: 281). Nada garante – é isso que Pessoa sugere – que leis consensualmente justas constituam de facto um benefício para a sociedade. É no seguimento dessa tese que surge a passagem, que agora cito integrada no parágrafo de onde foi extraída:

A lei aparentemente mais justa, a lei mais de acordo com os nossos sentimentos de equidade, pode ser contrária a qualquer lei natural, pois pode bem ser que as leis naturais nada tenham com a nossa “justiça” e em nada se ajustem às nossas ideias do que é bom e justo. Por o que conhecemos da operação de algumas dessas leis — por exemplo, a da hereditariedade —, a Natureza parece frequentemente timbrar em ser injusta e tirânica. Ora não há certeza que a Natureza seja mais terna para a vida social do que para a vida individual. Ninguém ainda provou, por exemplo, que a abolição da escravatura fosse um bem social. Ninguém o provou, porque ninguém o pode provar. Quem nos diz que a escravatura não seja uma lei natural da vida das sociedades sãs? Ninguém o pode dizer, porque ninguém sabe quais são as leis naturais da vida das sociedades e essa pode portanto ser uma delas. A velha afirmação de Aristóteles — aliás tão pouco propenso a soluções “tirânicas” — de que a escravatura é um dos fundamentos da vida social, pode dizer-se que ainda está de pé. E ainda está de pé porque não há com que deitá-la abaixo. A essência do que em política se chama “conservantismo” nasce directamente desta nossa ignorância, consiste no receio de infringir leis desconhecidas em matéria onde todas as leis são desconhecidas. (Pessoa, 2000a: 281-282)

⁶ Pessoa ensaia este mesmo argumento acerca da ineficiência da sociologia noutros textos (BNP 20-60r a 61r; BNP 55-83r a 84r; BNP 125A-88; BNP 125A-89).

Mais uma vez, nada do que aqui é dito sugere uma apologia da escravatura. O que está em causa não é a opinião de Pessoa acerca da abolição da escravatura, mas a impossibilidade de assegurar que ela se traduza num bem social. Por outras palavras, nada nos garante que certas leis que nos parecem inequivocamente justas e às quais associaríamos sem hesitar uma ideia de progresso, como é o caso da abolição da escravatura, constituam benefícios sociais. Um bom exemplo talvez seja o da proibição do fabrico, comércio e transporte de bebidas alcoólicas imposto em 1920 pela 18ª Emenda à Constituição Americana. O objectivo ulterior da Lei Seca era combater a pobreza e a violência, que se julgavam decorrer directamente do consumo de bebidas alcoólicas, mas o efeito obtido foi o oposto do pretendido: o comércio ilegal de bebidas alcoólicas prosperou, as máfias que controlavam o contrabando enriqueceram e a corrupção e a criminalidade dispararam. Uma lei aparentemente sensata e justa, que se esperava que produzisse benefícios sociais a curto e médio prazo, não só não resolveu os problemas sociais que se esperava que resolvesse como acabou por agravá-los.

Ora, é deste género de consequências imprevisíveis que Pessoa está a falar, e não propriamente da justiça das leis. Pessoa não defende que a escravatura é justa nem que uma sociedade ideal é aquela onde exista escravatura; sugere que, dada a ignorância geral a respeito das leis naturais da vida e das sociedades, a eficiência de uma sociedade na qual a escravatura perdure *pode* ser superior à de uma sociedade na qual tenha sido abolida. O ataque é à ideia de que as leis naturais das sociedades coincidem com a nossa ideia de justiça. E, como sabemos, o que é natural não equivale necessariamente ao que é justo, ou não fosse a Natureza o lugar onde justamente impera a lei do mais forte. De novo, a leitura atenta da passagem, o esforço interpretativo e o uso ponderado da inteligência ilibam o poeta da acusação.

Detenhamo-nos agora na passagem em falta, que Luzia Moniz cita com parêntesis explicativos:

A escravatura é lógica e legítima; um zulu (negro da África do Sul) ou um landim (moçambicano) não representa coisa alguma de útil neste mundo. Civilizá-lo, quer religiosamente, quer de outra forma qualquer, é querer-lhe dar aquilo que ele não pode ter. O legítimo é obrigá-lo, visto que não é gente, a servir aos fins da civilização. Escravizá-lo é que é lógico, o degenerado conceito igualitário, com que o cristianismo envenenou os nossos conceitos sociais, prejudicou, porém, esta lógica atitude. (*apud* Moniz, 2019)

Esta passagem surge num dactiloscrito não-datado, que Pessoa não chegou a publicar (o que não é irrelevante, se aceitarmos que a diferença crucial, do ponto de vista da liberdade de pensamento e da responsabilização pelo discurso, entre a esfera privada e a esfera pública), intitulado “Introdução ao Estudo do Problema Nacional” ou simplesmente “Imperio” (BNP 55B-88). O texto, publicado pela primeira vez em 1979 na *Ática*, num volume organizado por Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão, e intitulado *Sobre Portugal – Introdução ao Problema Nacional*, disserta apenas sobre uma de três espécies de imperialismo, aquela a que Pessoa chama “imperialismo de expansão”. Esta espécie de imperialismo, explica Pessoa a abrir o texto, “comporta três graus, sendo mais justificado no primeiro que no segundo, no segundo que no terceiro” (Pessoa, 1979: 216), e é no momento de explicar o segundo deles que a passagem aparece:

Em segundo lugar, há a ocupação de territórios habitados por povos, não já selvagens ou incivilizáveis, mas degenerados de uma civilização antiquíssima. É o caso da Índia – talvez, mesmo, o caso do México, tal qual os espanhóis o encontraram. Aqui, não há já a mesma simplicidade no direito, que o povo expansivo tenha, de ocupar estes territórios. Recordemo-nos sempre que o fim de colonizar ou ocupar territórios não é civilizar a gente que lá está, mas sim levar para esses territórios elementos de civilização. O fim não é altruísta, mas puramente egoísta e civilizacional. É o prolongamento da sua própria civilização que o imperialismo expansivo busca e deve buscar; não é, de modo algum, as vantagens que daí possam advir para os habitantes desse país. A escravatura é lógica e legítima; um zulu ou um landim não representa coisa alguma de útil neste mundo. Civilizá-lo, quer religiosamente, quer de outra forma qualquer, é querer-lhe dar aquilo que ele não pode ter. O legítimo é obrigá-lo, visto que não é gente, a servir os fins da civilização. Escravizá-lo é que é lógico, o degenerado conceito igualitário, com que o cristianismo envenenou os nossos conceitos sociais, prejudicou, porém, esta lógica atitude. Povos, como o inglês, hipocritizaram o conceito, e assim conseguiram servir a civilização. (Pessoa, 1979: 216-217)

À primeira vista, a legitimação da escravatura a que estas palavras de certo modo dão expressão parece inescapável. É preciso não esquecer, contudo, que Pessoa está mais interessado em explicar do que em doutrinar. Como o sugere no início do texto, este segundo grau do imperialismo de



expansão é menos justificado do que o primeiro. Essa ressalva é aliás retomada quando sugere que, neste segundo grau, “não há já a mesma simplicidade no direito, que o povo expansivo tenha, de ocupar estes territórios”. Convém notar também que o argumento parece ser mais sobre forças abstractas, e sobre a lógica que preside a essas forças. A ideia é a de que o impulso colonizador não contempla, nem pode logicamente contemplar, a benfeitoria. Aquilo que motiva a invasão de territórios alheios, onde quer que ocorra, não é evidentemente o desenvolvimento dos povos invadidos, mas a natural expansão da civilização do povo invasor. Nenhum povo decide alargar fronteiras para benefício do povo vizinho, assim como nenhuma espécie invasora, que penetre e se aclimate a uma nova região, o faz sem proliferar e se tornar uma ameaça para as espécies autóctones. É assim que os organismos (animais ou vegetais) se relacionam entre si. Se aceitarmos esta possibilidade, é do ponto de vista do ocupador, e não propriamente do ponto de vista daquele que fala disso, que “a escravatura é lógica e legítima”. Se a finalidade do invasor é civilizar e o invadido não lhe parece civilizável, é natural que escravizá-lo, para fins civilizacionais, lhe pareça legítimo. Pessoa estaria então, por questões de argumento, a falar em nome de outrem.

Não sendo para já inteiramente satisfatória, tal hipótese parece condizer com a posição de Pessoa a respeito do mesmo assunto em textos do mesmo período. Como referi atrás, o texto em questão aborda apenas um de três tipos de imperialismo, aquele a que chama imperialismo de expansão. As linhas gerais do argumento que nele é desenvolvido por Pessoa (ou seja, os três graus desse imperialismo específico) aparecem enumerados a meio de um manuscrito (BNP 55B-90) que começa justamente com a afirmação de que “há três imperialismos: de domínio, de expansão e de cultura” (Pessoa, 1979: 221):

IMPERIALISMO DE EXPANSÃO

(1) O que coloniza territórios desertos ou de raças incivilizáveis.

(2) O que se aproveita de raças decadentes.

(Inglaterra no Egipto e na Índia.)

(3) O que procura dominar raças civilizadas, mas, ou mais fracas, ou menos civilizadas do que ela [?], sob, pelo menos, alguns pontos de vista. (Pessoa, 1979: 221-222)



Para melhor se perceber a relação entre este manuscrito (BNP 55B-90) e o dactiloscrito (BNP 55B-88) onde a passagem polémica aparece, veja-se como cada um dos três pontos aqui enumerados é desenvolvido no dactiloscrito:

Há, em primeiro lugar, a ocupação – obedecendo à natural necessidade de o povo se expandir – de territórios ou desertos, ou povoados por populações ou primitivas ou selvagens. (...) Em segundo lugar, há a ocupação de territórios habitados por povos, não já selvagens ou incivilizáveis, mas degenerados de uma civilização antiquíssima. É o caso da Índia (...). Em terceiro lugar, há aquela última forma do imperialismo de expansão que consiste em querer dominar povos ou igualmente civilizados, mas mais fracos ou menos hábeis em se defender ou fazer a guerra; ou povos menos adiantados na civilização, mas pertencentes ao mesmo esquema civilizacional que o pretense dominador. (Pessoa, 1979: 216-217)

A relação entre os dois documentos é, pois, evidente: o primeiro é um esboço do segundo. Ou melhor, o manuscrito é um esboço de um texto do qual o dactiloscrito (que se circunscreve ao imperialismo de expansão) seria apenas uma parte. Uma vez que nele não se esboçam apenas os três graus do imperialismo de expansão, que antes disso são enumeradas as três expressões do imperialismo de domínio e depois disso as três formas do imperialismo de cultura, o texto onde quer que aquilo que aqui se esboça acabasse por ser desenvolvido teria necessariamente de ser um texto maior, sobre os três tipos de imperialismo, e não apenas sobre o segundo deles.

O manuscrito não se limita, na verdade, a enumerar superficialmente as principais características de cada um dos três imperialismos. No final, já depois de esboçadas essas características, Pessoa sugere que cada um destes três imperialismos representa um estágio evolutivo: “na evolução de uma civilização, o primeiro estágio é o do imperialismo de domínio; segue-se o da expansão, acaba pelo da cultura”. E, exemplificando, conclui: “assim o estágio da Renascença foi o do Imperialismo de domínio, o do século XIX, o da expansão, passamos agora, através da dissolução desses dois imperialismos, para a formação do imperialismo de cultura” (Pessoa, 1979: 222). Tudo aquilo que Pessoa diz no dactiloscrito em discussão (BNP 55B-88) di-lo, portanto, a respeito de algo que, na sua opinião, faz parte do passado. Dado que, no dactiloscrito, Pessoa não desenvolve senão aquilo que no manuscrito assinala a respeito de imperialismo de expansão, e dado que nesse mesmo



manuscrito de onde parte considera essa forma de imperialismo dissoluta, não é de crer que as ideias desenvolvidas no dactiloscrito correspondam a convicções de Pessoa.

Ao dizer o que diz sobre escravatura nesse texto – eis de novo a hipótese avançada anteriormente – Pessoa faz uso de convicções que não são suas por uma questão de argumento, dando para isso voz àquele mesmo imperialista que afinal, de acordo com o manuscrito que acabo de analisar, repudia por obsoleto. A posição de Pessoa a propósito da invasão da Abissínia pela Itália fascista de Mussolini em 1935 ajuda de certo modo a confirmar esta hipótese.⁷ Num artigo que não chegou a concluir sobre o assunto (BNP 92X-74r a 76r), e cujo título José Barreto deduz que fosse “O caso é muito simples”, o argumento aduzido é aliás particularmente revelador. Contra a sugestão de que “a Italia, paiz civilizado, tem todo o direito a tomar conta de um paiz como a Ethiopia, que é selvagem ou semi-selvagem”, Pessoa defende então que “não ha argumento inteiramente plausivel em favor de qualquer nação dever civilizar outra” e que “ninguem entregou à Italia o encargo de civilizar a Ethiopia”. Esta posição, diametralmente oposta àquela de que dá conta a passagem polémica onde se sugere a legitimidade e a lógica de civilizar zulus e landins, pode evidentemente assinalar uma mudança de opinião acerca do assunto. É em certa medida assim que José Barreto, na apresentação do seu volume de escritos pessoanos *Sobre o fascismo, a ditadura militar e Salazar*, entende a discrepância entre esta posição tardia de Pessoa e algumas das coisas que escrevera décadas antes: “Quão longe estava já Pessoa do tempo da Grande Guerra, em que, pela pena do neopagão António Mora, incensava o ‘direito das nações cultas a governar as nações bárbaras’. Agora a visão de Pessoa é oposta” (Barreto, 2015: 26). Creio, contudo, que a explicação não é tão simples. Em sintonia com a ideia de que o imperialismo de conquista e de expansão são coisas do passado, desenvolvida no manuscrito atrás analisado (BNP 55B-90), Pessoa defende agora a respeito da invasão da Abissínia, num fragmento que José Barreto apresenta como um dos rascunhos do mesmo artigo (BNP 92W-9r), que “ha horas para tudo, e a hora da opressão, moralmente, passou” (*apud* Barreto, 2009: 716). O ponto, mais um vez, parece ser o de que a escravatura, que em épocas de antanho se considerou admissível e para fins civilizacionais parecia lógica e legítima, é no início do século XX totalmente inaceitável. A hipótese de que, ao tecer tais declarações sobre escravatura, Pessoa não falava na verdade em seu nome prevalece, portanto.

⁷ Para uma análise pormenorizada deste assunto, ver Barreto (2009).

Era então no papel de puro raciocinador, e não no de ideólogo, que Pessoa se encontrava na passagem em causa. Num dactiloscrito (BNP 20-60r a 61v) em que começa por se caracterizar justamente como um “raciocinador minucioso e analítico”, um raciocinador que busca a verdade e que, precisamente por buscá-la, procura ser “tão imparcial quanto em mim cabe ser” (Pessoa, 2007: 122-123), o próprio Pessoa, como que prevendo a polémica e antecipando a defesa da honra, diz algo que merece aqui ser considerado:

O público, movido intimamente por sentimentos e não por ideias, é organicamente parcial. Não só portanto lhe desagrada ou não interessa, por estranho à sua índole, o mesmo *tom* da imparcialidade, mas ainda mais o agrava o que de concessões, de restrições, de distinções é preciso usar para ser imparcial. Entre nós, por exemplo, e em a maioria dos povos do sul da Europa, ou se é católico, ou se é anti-católico, ou se é indiferente ao catolicismo, porque a tudo. Se eu, portanto, fizesse um estudo sobre o catolicismo, onde forçosamente teria que dizer mal e bem, que apontar vantagens misturadas com desvantagens, que indicar defeitos aliviados por virtudes, que me sucederia? Não me escutariam os católicos, que não aceitariam o que eu dissesse de mal do catolicismo. Não me escutariam os anti-católicos, que não aceitariam o que eu lhes dissesse de bem. Não me escutariam os indiferentes, para quem todo o assunto não passaria de uma maçadoria ilegível. (Pessoa, 2007: 123)

O que Pessoa sugere nesta passagem é que um leitor normal, que mais se rege por sentimentos do que por ideias, não tolera ou não se interessa pelo raciocínio puro nem pela imparcialidade que o caracteriza. Os católicos que não aceitariam o que de mal pudesse ser dito sobre o catolicismo aparecem aqui no lugar dos que não aceitam o que Pessoa tem a dizer sobre escravatura, ainda que o não diga senão para que fique dito o que lhe compete dizer enquanto “raciocinador sem tradições nem ideais, analisador sem preconceitos, liberal porque liberto e não porque servo da ideia inaplicada da liberdade” (Pessoa, 2007: 123). A leitura encrespada que a passagem sobre escravatura suscitou – sugere por inferência o argumento de Pessoa neste texto – procede assim de uma certa alergia ao exercício imparcial e descomprometido da razão.

Como se viu anteriormente, os três tipos imperialismos (de domínio, de expansão e de cultura) sucedem-se no tempo: “o estádio da Renascença foi o do Imperialismo de domínio, o do século XIX, o da expansão, passamos agora, através da dissolução desses dois imperialismos, para a



formação do imperialismo de cultura” (Pessoa, 1979: 222). Nem que seja por questões de época, o tipo de imperialismo que Pessoa aprova é pois o de cultura, e não o de expansão. Num texto intitulado “All[emanha] e a Guerra” (BNP 55H-80r a 81r), Pessoa defende que aquilo que compete a Portugal é “a continuação espiritual d’aquelle imperialismo, d’aquell[a] attitude anti-christã”, que a Alemanha, “por seu grande poder material, não pode d’oravante tentar realizar senão pela força, e não pelo espírito” (Pessoa, 2011: 109). Ao contrário do que acontece com a Alemanha, cujo destino imperial parece apenas poder cumprir-se através da força, uma pequena nação como Portugal deve cumpri-lo no plano espiritual. Como o sugere já perto do final do mesmo documento, “depois da conquista dos mares deve vir a conquista das almas” (Pessoa, 2011: 110). Desta mesma necessidade de substituir o domínio pela força, característica do imperialismo germânico, pelo domínio espiritual ou cultural dá conta outro documento (BNP 55B-74v): “O imperialismo atlântico – substituição do domínio cultural ao domínio pela força, cuja fallencia será dentro da fallencia da Allemanha” (Pessoa, 2011: 100).

Em 1926, Pessoa respondeu a um inquérito conduzido pelo jornalista Augusto da Costa para o *Jornal do Comércio e das Colónias* e subordinado ao tema “Portugal, Vasto Império”.⁸ Ora, a resposta à primeira das quatro perguntas desse inquérito (acerca da capacidade de Portugal para manter no futuro o lugar de grande potência que ocupara alguns séculos antes) não é senão uma reformulação da ideia, ensaiada por Pessoa nos textos discutidos atrás, de que não é de modo algum pela força que a grandeza nacional se pode alcançar. As “três espécies de ‘grande potência’” (Pessoa, 2000a: 326) que considera existir correspondem em larga medida, aliás, aos três tipos de imperialismo atrás discutidos.⁹ Quando por exemplo sugere que Portugal não tem vocação nem para “grande potência guerreira, ou desagregadora” nem para “grande potência económica” (Pessoa, 2000a: 328), o que está

⁸ As respostas de Pessoa ao inquérito foram publicadas em dois números desse jornal (28 de Maio e 5 de Junho de 1926), com o título “Portugal, Vasto Império, Um Inquerito Nacional, Depoimento do escritor Fernando Pessoa”, e posteriormente republicadas por Augusto da Costa num livro de 1934 intitulado *Portugal Vasto Império, Um Inquerito Nacional* que reunia as respostas de todas as pessoas inquiridas.

⁹ A distinção entre tipos de imperialismo ou, como neste texto de 1926, entre tipos de grande potência, equivale aliás à distinção entre nações “criadoras”, “distribuidoras” e “tipificadoras” (Pessoa, 1979: 117-118) de que Pessoa se faz valer em alguns documentos datados de cerca de 1918 (BNP 55B-85; BNP 97-2r; BNP 97-7r a 9r; BNP 97-17r a 20r; BNP 97-44r). Essa distinção remonta no entanto aos primeiros textos publicados por Pessoa, pois logo no início de “A Nova Poesia Portuguesa Sociologicamente Considerada”, o primeiro dos três artigos de 1912 que publicou n’*A Águia*, Pessoa sugere que “por vitalidade de uma nação não se pode entender nem a sua força militar nem a sua prosperidade comercial”, mas antes “a sua exuberância *de alma*, isto é, a sua capacidade de criar, não já simples ciência, o que é restrito e mecânico, mas *novos moldes, novas ideias gerais*, para o movimento civilizacional a que pertence” (Pessoa, 2000a: 9).



a insinuar é que o imperialismo português não é nem de domínio (ou conquista), nem de expansão. O que é mais surpreendente neste texto, dada a analogia proposta com os três tipos de imperialismo a que alude noutros lugares, é que Pessoa desconsidera igualmente a hipótese de Portugal se poder transformar numa “grande potência cultural” (Pessoa, 2000a: 329). Assim é porque, à luz da explicação oferecida, uma potência cultural não é diferente em espécie de uma potência económica: pertencem ambas à segunda espécie de grandes potências, a que Pessoa dá o nome de grandes potências “expansivas da vida alheia”, e que se caracterizam ou pela “multiplicação de contactos económicos”, como a Alemanha ou os Estados Unidos, ou pela “multiplicação de contactos culturais”, como “antigamente a Itália e subsequentemente a França (Pessoa, 2000a: 327).¹⁰ Se, nos dois primeiros casos, o argumento usado para excluir a hipótese é o de que “o exercício da grande influência guerreira ou económica implica a existência de uma nação grande, unida, disciplinada”, o que obsta a que Portugal possa tornar-se uma grande potência cultural, influenciando portanto culturalmente na vida de outras nações, é desta feita “a nossa carência quase absoluta de tradição cultural, propriamente dita”. As descobertas marítimas, onde se consumiu toda a vitalidade portuguesa, e o catolicismo reaccionário, responsável por “anular aquela liberdade de especulação, sem a qual a cultura é impossível”, deixaram-nos num “estado vil de inteligência, servil e mimético”, e nesse estado “a nossa indisposição cultural permanece evidente” (Pessoa, 2000a: 329).

Pessoa responde afirmativamente à pergunta de Augusto da Costa, considerando de facto que Portugal reúne as condições para manter no futuro o lugar de grande potência, mas apenas na qualidade de “grande potência construtiva ou criadora” (Pessoa, 2000a: 330). Esta designação, que aqui corresponde à ideia de imperialismo de cultura privilegiada noutros textos, pressupõe a capacidade dessa grande potência de criar ou originar qualquer novidade. Logo no início da resposta, Pessoa explicara que, havendo três maneiras diferentes de transformar alguma coisa, forçoso era que as grandes potências se manifestassem tais “ou pela desagregação que produzem; ou pelo desenvolvimento que promovem, ou pela construção que estabelecem, ou novidade que originam”

¹⁰ A ideia de que uma potência cultural não difere em espécie de uma potência económica não fazia parte dos rascunhos do texto, e terá sido uma alteração de última hora. Num desses rascunhos (BNP 55J-37r), a equivalência entre as três espécies de grandes potências aqui consideradas e os três tipos de imperialismo a que se atém noutros lugares é mais evidente: “O primeiro é o caso de uma grande potencia guerreira, quaesquer que sejam os fundamentos em que pretenda assentar o seu “direito” a fazer guerra. O segundo é o caso de uma grande potencia economica. O terceiro é o caso de uma grande potencia cultural” (Pessoa, 2011: 292).

(Pessoa, 2000a: 326). Portugal é então, para Pessoa, uma nação cuja influência nos destinos da civilização se manifestará, não pela desagregação ou pelo desenvolvimento, mas por aquilo que de novo for capaz de construir. Mas o que significa isso? De que modo pode uma nação construir algo de novo sobre algo que já existe? Convertendo, como Pessoa explica a meio da sua resposta, a “substância da coisa transformada na substância da coisa transformadora” (Pessoa, 2000a: 327).

Este terceiro modo de transformar o mundo é aliás condizente com aquilo que Pessoa sugere ser a essência do imperialismo português, num dactiloscrito em que de novo rejeita que os imperialismos de conquista e de expansão se adequem ao tipo de nação que Portugal é (BNP 125A-10):

Os índios da Índia inglesa dizem que são índios, os da Índia portuguesa que são portugueses. Nisto, que não provém de qualquer cálculo nosso, está a chave do nosso possível domínio futuro. Porque a essência do grande imperialismo é o converter os outros em nossa substância, o converter os outros em nós mesmos. Assim nos aumentamos, ao passo que o imperialismo de conquista só aumenta os nossos terrenos, e o de expansão o número de os imperialismos da Besta da kabbala e de Apocalypse. (Pessoa, 1979: 237)

A única força envolvida no tipo de imperialismo em que Pessoa está interessado é, pois, a persuasiva. Daí o papel fulcral da língua portuguesa nesse tipo de imperialismo. Num dactiloscrito (BNP 111-16r) de cerca de 1918, em cuja primeira linha de novo se atesta que “o nosso imperialismo é um imperialismo cultural”, Pessoa explica que o primeiro passo para a criação de um imperialismo desse tipo é “unificar os elementos que fallam a sua língua” (Pessoa, 2012: 131).¹¹ Ainda que um projecto imperialista deste género não esteja isento de críticas, pretender a imposição de uma língua, e da cultura que por ela é expressa, é notoriamente diferente de pretender a ocupação de certos territórios. Essa diferença, e aquilo que ela implica, é assinalada noutra dactiloscrito (BNP 125A-12r):

Não queremos derramar uma gota de sangue; e ao mesmo tempo nos não furtamos á ancia humana de dominio. Não cahimos portanto na esterilidade do universalismo humanitario, mas tambem não cahimos na brutalidade do nacionalismo extra-cultural. Queremos impor uma língua, que não uma

¹¹ O papel da língua na unificação cultural do império é abordado também no manuscrito BNP 55L-59r.

força; não hostilizamos raça nenhuma, de nenhuma côr, como em geral não temos hostilizado, porque podemos ter sido por vezes barbaros, como todos os imperiaes de conquista, mas nem fomos mais, senão menos, que outros, nem nos pode ser contado como defeito que excluíssemos os de outra cor da nossa casa ou da nossa mesa. Assim nos nossa índole prepara para aquella fraternidade universal que a theosophia anteprega, e que é, de ha tanto tempo, a doutrina social intima dos Rosa Cruz. (Pessoa, 2011: 245)

Face à posição assumida neste texto, é difícil continuar a ver nas polémicas considerações acerca da legitimidade da escravatura ou da inutilidade de zulus e landins um testemunho das convicções de Pessoa. O imperialismo que preconiza, que não se impõe pela força, possui aliás a virtude de ser mais duradouro e dominador do que qualquer outro:

É um imperialismo de grammaticos? O imperialismo dos grammaticos dura mais e vae mais fundo que o dos generaes. É um imperialismo de poetas? Seja. A phrase não é ridicula senão para quem defende o antigo imperialismo ridiculo. O imperialismo de poetas dura e domina; o dos politicos passa e esquece, se o não lembrar o poeta que os cante. (Pessoa, 2011: 245)

A predilecção por um imperialismo desta índole é de resto evidente quando Pessoa lamenta, num dos vários textos que escreveu acerca da “ibericidade commum” de Portugal e Espanha (BNP 97-29r a 30r), que da expansão marítima não se tenha seguido qualquer consolidação cultural: “O que mostra, porém, ao mesmo tempo que a acção civilizacional do antigo Portugal e da antiga Hespanha estava errada ibericamente é que, de todo esse imperialismo marítimo, colonial e europeu, não surgiu um imperialismo cultural” (Pessoa, 2012: 90-91). Para Pessoa, o passado imperialista das duas nações ibéricas não deve ser motivo de orgulho, devendo servir apenas de estímulo ao que ficou por cumprir. O que lhe interessa é “o nosso imperialismo futuro”, que nada deve ter “de commum com o passado, salvo o ser imperialismo” (Pessoa, 2012: 91). O desígnio cultural desse imperialismo vindouro não é por exemplo compatível com o colonialismo, que é um dos elementos do passado dos quais convém que nos desfaçamos:

Devem desaparecer as colónias portuguesas. As colónias portuguesas são uma tradição inútil. Nós não temos direito de ter colónias. Na nossa mão, ellas não nos servem, não servem aos outros, e pesam sobre nós, alimentando uma tradição funesta, que foi bella enquanto foi gloria inútil, porque foi gloria; mas que tendo deixado de ser gloria, ficou sendo inutilidade apenas.

Que o imperialismo seja a nossa tradição; e não o imperialismo colonialista e dominador! (Pessoa, 2012: 92)

A proposta de descolonização aqui implícita é de resto coerente com aquilo que Pessoa declara na terceira das quatro respostas ao inquérito de Augusto da Costa em 1926: “para o destino que presumo que será o de Portugal, as Colónias não são precisas” (Pessoa, 2000a: 331).¹² Sem execrar de todo o passado imperialista da nação, Pessoa repudia portanto o carácter subjugador e expansionista em que esse imperialismo se concretizou e, mais importante ainda, sugere que foi a insistência num imperialismo desse tipo que desencadeou a decadência nacional: “O nosso *grande* exgotamento provém da fadiga imposta pela *dupla* conversão do imperio a esse de conquista, falseando o espirito do nosso imperio e de expansão, /contrariando/ a pequenez da nossa população” (BNP 125B-2r a 4r; Pessoa, 2011: 252).¹³ O colonialismo, eis então o argumento, é uma consequência dessa decadência. Na primeira das quatro respostas dadas a Augusto da Costa, Pessoa afirma-o aliás de modo concludente: “nas mais negras horas da nossa decadência, prosseguiu, sobretudo no Brasil, a nossa acção imperial, pela colonização” (Pessoa, 2000a: 330).¹⁴ A esta posição, afinal tão

¹² Que este era um assunto sobre o qual Pessoa pensava escrever revelam-no ainda outros três apontamentos. Num deles (BNP 55B-76v), imediatamente antes de mais um louvor do imperialismo de índole cultural, “á grega”, lê-se o seguinte apontamento incompleto: “venda das colónias” (Pessoa, 2011: 102). Numa lista das várias secções de um manifesto intitulado *O Atlantismo* (BNP 55I-32r), salta à vista o seguinte título de secção: “Inutilidade e malefício das nossas colónias” (Pessoa, 1979: 224). E, num manuscrito com várias listas de textos ou secções de textos (BNP 48H-17r), lêem-se os seguintes dois títulos: “1. Nacionalização das colónias. / 2. Equalização do direito indígena?” (Pessoa, 2011: 247).

¹³ A relação entre imperialismo e decadência é teorizada por António Mora em alguns textos (BNP 12¹-41; BNP 140-2r a 3v; BNP 12¹-48r a 50r). No mais revelador deles (BNP 55A-29r a 31r), começa justamente por argumentar que “o imperialismo é uma doença das nacionalidades fortes, o primeiro stádio da sua decadencia” (Pessoa, 2002b: 266).

¹⁴ É também esse o argumento de Pessoa a respeito da polémica em torno do comércio de cacau na África Ocidental Portuguesa, no início do século XX. Como observa Ana Maria Freitas, num artigo intitulado “Fernando Pessoa e a Polémica Cadbury”, a controvérsia iniciou-se em Inglaterra com a publicação de uma série de artigos de Henry Wood Nevinson em 1905, onde se noticiava de que modo os trabalhadores das roças de cacau em São Tomé eram recrutados, bem como as condições desumanas em que depois eram transportados e a vida que os esperava nas roças, e haveria de culminar com o boicote ao cacau de S. Tomé, em 1909, por parte da empresa inglesa de chocolates *Cadbury’s & Company* (Freitas, 2014: 350-353). Pessoa não ficou indiferente ao assunto e, num dos fragmentos do texto com o qual visava reagir à situação, mas que não chegou a completar, lê-se o seguinte: “there are cases of slavery now – representation [not] of Portuguese character, but of what is decadent in Portugal” (BNP 55D-98r). Pessoa reconhece a existência de formas



surpreendentemente anticolonialista, deve ainda acrescentar-se a ideia, sugerida por Pessoa num dactiloscrito já referido (BNP 125A-10), de que somos na verdade dos povos menos propensos ao racismo e à xenofobia: “de todos os povos da Europa somos aquele em que é menor o ódio a outras raças ou a outras nações. É sabido de todos, e de muitos censurado, o pouco que nos afastamos das raças de cor diferente (...)” (Pessoa, 1979: 237).

Como Pessoa explica num manuscrito sobre a questão ibérica a que deu o título “Introdução a um Imperialismo Futuro” (BNP 97-7r a 9r), “o imperialismo é a existência de uma orientação civilizacional em um povo; e não, como os comerciantes ingleses julgam, uma maneira de ter direito ao que é dos outros” (Pessoa, 2012: 56). É nesse sentido de “orientação civilizacional”, e só nele, que o conceito de imperialismo lhe é útil. E, ainda que se possa criticá-lo por isso, é só com base no que esse conceito muito especificamente acarreta e sugere, e em nada mais, que é justo acusar Pessoa do que quer que seja. Como diria Alberto Caeiro, se no poema XXIV d’O *Guardador de Rebanhos* estivesse preocupado com a leitura e não com a visão, o essencial é saber ler. A palavra “imperialismo”, como a palavra “escravatura” ou qualquer outra que nos habituámos a repugnar, não contém em si um sentido fixo e unívoco. Saber ler não é como saber se um iogurte está estragado sem o abrir; o significado das palavras não depende do prazo de validade que lhes é atribuído à partida.

A leitura atenta de cada uma das três passagens usadas para legitimar o suposto racismo de Pessoa, bem como o empenho interpretativo que ela exige, deslegitima qualquer acusação ao poeta. Não implica isto, claro está, que Pessoa seja inatacável, ou que não haja, no muito que escreveu, momentos menos felizes. É decerto possível alegar, por exemplo, que a comparação ensaiada por Caeiro, no poema VIII d’O *Guardador de Rebanhos*, a fim ilustrar a posição de Cristo no crucifixo, é indelicada: “com uma côroa tôda à roda de espinhos / e os pés espetados por um prego com cabeça, / e até com um trapo à roda da cintura / como os pretos nas ilustrações” (Pessoa, 2015: 37-38). De igual modo, é possível que o advérbio de modo usado por Pessoa para descrever os músicos negros desconhecidos pelos quais os músicos europeus começavam a ser substituídos nos Estados Unidos, num texto que na verdade visa protestar contra o “calão pitoresco e convulsivo” dos jornais

de escravatura nas colónias portuguesas, mas defende que isso é fruto da decadência que perdura em Portugal, nomeadamente no regime monárquico ainda em vigor, e na cumplicidade deste com a Igreja Católica. Num sistema político não representativo, sugere Pessoa, o povo pode apenas ser acusado de ignorância (Freitas, 2014: 354).



americanos, não seja o mais conveniente: “Strausses pretamente incógnitos” (Pessoa, 1997a: 70). Da indelicadeza e da inconveniência ao racismo vai, no entanto, uma distância enorme. Pessoa não foi nunca um “escravocrata racista”, e empenhou-se aliás em combater certas injustiças sociais derivadas da mentalidade racista dominante na época. É o caso, por exemplo, da invasão da Abissínia pela Itália em 1935, contra a qual se posicionou de modo convicto, como se viu. Essa posição não é um sinal de maturidade moral. Não é como se Pessoa, num rebate de consciência tardio, tivesse finalmente percebido que eram errados os princípios pelos quais se conduzira ao longo de toda a vida. Pelo contrário, a posição é consistente com o pensamento pessoano a respeito de direitos humanos, devendo por exemplo ser comparada à posição adoptada, três décadas antes, quer acerca da escravatura nas roças de cacau em São Tomé,¹⁵ quer acerca do comportamento infame do Império Britânico na Segunda Guerra Boer.¹⁶

Ler é muito mais do que passar apressadamente os olhos pela página escrita, decodificar sentidos de palavras avulsas e confirmar suspeitas que já tínhamos e paranoias que mais ninguém tem. Quando, na pressa de confirmá-las, esquecemos que a interpretação requer que confrontemos aquilo que lemos com outras coisas que somos obrigados a ir ler para melhor podermos perceber o que quer que tenhamos lido, encontramos com facilidade na obra de qualquer autor uma coisa e o seu contrário. Em certa medida, Pessoa teve azar. De tantas passagens suas que saem hoje de dentro de bolinhos da sorte, podia bem ter saído uma que aparentemente dissesse o contrário do que aparentemente diz qualquer uma das três passagens discutidas neste artigo. Talvez os deuses, tão generosos com Pessoa noutras ocasiões, pudessem ter feito mais do que fizeram. Não lhes teria decerto custado interferir no acidente da leitura fazendo surgir no lugar de qualquer dessas passagens o seguinte trechozinho do *Heróstrato*: “Não há nenhum argumento sociológico decisivo contra a escravatura. O único argumento que existe é que se trata de um crime, e esse é o argumento sociológico decisivo” (Pessoa, 2000b: 79). Eis como, jogando o mesmo jogo da citação providencial, teria sido fácil passar a perna aos apressados.

¹⁵ Para mais informação sobre a posição de Pessoa a respeito deste assunto, ver Freitas (2014).

¹⁶ Num soneto datado de 1905 e assinado por Alexander Search (BNP 77-75r), Pessoa responsabiliza directamente o Secretário de Estado britânico para as colónias, Joseph Chamberlain, pelo sangue derramado no conflito que opôs o Império Britânico às duas nações Boer pelo domínio da África do Sul, entre 1899 e 1902: “Their blood on thy head” (Pessoa, 1997b: 304).



Referências

- Nova BÍBLIA dos Capuchinhos* (1998), Lisboa/Fátima, Difusora Bíblica.
- BARRETO, José (2009) “Fernando Pessoa e a invasão da Abissínia pela Itália Fascista”, *Análise Social*, XLIV, 193: 693-718.
- BARRETO, José (2015) “Apresentação”, in Fernando Pessoa, *Sobre o Fascismo, a ditadura militar e Salazar*, ed. José Barreto, Lisboa, Tinta da China, 7-48.
- CAMÕES, Luís de (1989) *Os Lusíadas*, 2.^a ed., ed. Álvaro Júlio da Costa Pimpão, Lisboa, Ministério da Educação, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- FREITAS, Ana Maria (2014) “Fernando Pessoa e a Polémica Cadbury”, *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, 23: 349-358.
- MONIZ, Luzia (2019) “CPLP escolhe escravocrata racista para projecto juvenil”, *Jornal de Angola*, disponível em <http://jornaldeangola.sapo.pt/opiniao/cplp-escolhe-escravocrata-racista-para-projecto-juvenil> (consultado em Setembro de 2020).
- OVÍDIO (2007) *Metamorfoses*, trad. Paulo Farmhouse Alberto, Lisboa, Cotovia.
- PESSOA, Fernando (1979) *Sobre Portugal: introdução ao problema nacional*, ed. Joel Serrão, recolha de textos de Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão, Lisboa, Ática.
- (1980) *Ultimatum e Páginas de Sociologia Política*, ed. Joel Serrão, recolha de textos de Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão, Lisboa, Ática.
- (1997a) *A Língua Portuguesa*, ed. Luísa Medeiros, Lisboa, Assírio & Alvim.
- (1997b) *Poemas Ingleses: Tomo II – Poemas de Alexander Search*, ed. João Dionísio, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- (1999) *Correspondência: 1923-1935*, ed. Manuela Parreira da Silva, Lisboa, Assírio & Alvim.
- (2000a) *Crítica: ensaios, artigos e entrevistas*, ed. Fernando Cabral Martins, Lisboa, Assírio & Alvim.
- (2000b) *Heróstrato e a Busca da Imortalidade*, ed. Richard Zenith, Lisboa, Assírio & Alvim.
- (2002a) *Álvaro de Campos: Poesia*, ed. Teresa Rita Lopes, Lisboa, Assírio & Alvim.
- (2002b) *Obras de António Mora*, ed. Luís Filipe Teixeira, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- (2006) *Poesia: 1931-1935 e não datada*, ed. Manuela Parreira da Silva, Ana Maria Freitas e Madalena Dine, Lisboa, Assírio & Alvim.
- (2007) *Prosa Íntima e de Autoconhecimento*, ed. Richard Zenith, Obra Essencial de Fernando Pessoa, Lisboa, Assírio & Alvim.
- (2010) *Livro do Desasosiego*, ed. Jerónimo Pizarro, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- (2011) *Sebastianismo e Quinto Império*, ed. Jorge Uribe e Pedro Sepúlveda, Lisboa, Babel.
- (2012) *Ibéria*, ed. Jerónimo Pizarro e Pablo Javier Pérez López, Lisboa, Babel.
- (2015) *Poemas de Alberto Caeiro*, ed. Ivo Castro, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- SHAKESPEARE, William (1978) *Twelfth Night*, ed. J. M. Lothian and T. W. Craik – The Arden Shakespeare, London, Methuen & Co.



Nuno Amado é professor na Universidade Católica Portuguesa. Completou o seu doutoramento no Programa em Teoria da Literatura, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com uma tese sobre a heteronímia pessoana. Em 2008, obteve no mesmo Programa em Teoria de Literatura o grau de Mestre com uma dissertação sobre Franz Kafka. Faz parte da equipa do projeto “Estranhar Pessoa”, e é autor do livro *Os anos da vida de Ricardo Reis (1887-1936)*, publicado pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda.



Retrato do Artista quando Perscrutador Cultural

Rui Sousa

Universidade de Lisboa

Resumo

Apesar das conhecidas ambiguidades inerentes à personalidade criadora de Fernando Pessoa, alguns tópicos significativos permaneceram ao longo de todo o seu percurso. Um desses aspectos é uma diversa mas constante necessidade de descrição do contraste entre a sua posição para com o conhecimento e a da grande maioria dos seus contemporâneos, em particular aqueles que criticam as suas propostas ou que não se encontram habilitados para as compreender. Neste artigo, partindo-se de um texto de 1932, aborda-se um dos contrastes fundamentais: o que opõe o artista que se apresenta como estando desconectado das metanarrativas predominantes a todos aqueles que poderiam considerar-se seus leitores mas que se encontram submetidos a determinadas barreiras ideológicas. Incapaz de alcançar a necessária atenção por parte do público leitor, Pessoa recusa desenvolver teses de natureza científica, optando por definir uma visão global da sua obra, vendo-a como uma plural conversão de investigações científicas em obras de arte.

Palavras-chave: Fernando Pessoa, Cultura, Ficção, Criação, Contraponto

Abstract

Despite the well-known ambiguities inherent in Fernando Pessoa's creative personality, we can identify some significant topics that remain throughout his work. One of these aspects is a diverse but constant need to present and describe the contrast between his position in regard to knowledge and the perspectives of the vast majority of his contemporaries, in particular those he criticizes or who are not qualified to understand his proposals. In this paper, I analyse one of the fundamental contrasts, using a text from Pessoa from 1932. I will present some notes concerning the opposition between the artist disconnected from the predominant meta-narratives and those who could have



been potential readers if they were not hindered by some kind of ideological barrier. Unable to command the necessary attention from the reader regarding his potential scientific theses, Pessoa refuses to develop theses of a scientific nature and chooses instead to present a global vision of his work, seeing it as a plural form of conversion of scientific investigations into works of art.

Keywords: Fernando Pessoa, Culture, Fiction, Creation, Counterpoint



Num texto datado de cerca de 1932, intitulado “Nota”,¹ é descrita uma atitude de demarcação individual a partir da qual Pessoa, partindo do contraste entre diferentes formas de compreender a liberdade e o embate dos sujeitos autónomos com os respectivos contextos, aponta para uma forma específica de enquadramento para a produção literária que é, também, uma forma de definir o papel reservado à Literatura na discussão do problema da liberdade individual.

Começemos por atentar numa frase que deixa claras as afinidades que Pessoa estabelece entre a sua atitude e a de um conjunto relativamente restrito de personalidades particulares, as únicas capazes de compreender a sua disposição intelectual: “Seria, quando muito, apreciado por um ou outro indivíduo de índole semelhante à minha, raciocinador sem tradições nem ideais, analisador sem preconceitos, liberal porque liberto e não porque servo da ideia inaplicada da liberdade” (Pessoa, 2015: 168). Esta descrição aproxima-se de uma outra, que consta de um texto patente no espólio pessoano, no qual pode ler-se:

Um livre-pensador é um homem que não tem amor às suas opiniões. Ser livre-pensador e querer ter opiniões fixas é ser apenas estúpido.

Só pode ser livre-pensador quem não se importa com a autoridade, seja de quem fôr. Ora os chamados livres-pensadores são criaturas que, em vez de seguirem os padres, seguem os racionalistas. Por mudar de pastor, o rebanho não deixou de ser um rebanho. Não era o pastor que o fazia rebanho: era o facto de elle ser rebanho. (BNP/E3 92C-33)²

É evidente nesta passagem a demarcação de Pessoa relativamente ao tipo de livre-pensadores que, à luz da distinção proporcionada pelas diferentes leituras do termo “liberto”, poderiam designar-se como “liberais porque servos da ideia inaplicada da liberdade”, seguindo uma determinada autoridade, ou seja, “uma tradição” e um “preconceito”. Por outro lado, não ter amor às próprias opiniões, ou mais exatamente estar apto a compreender que a liberdade do pensamento não se coaduna com a cristalização das próprias ideias e com a sua conversão numa forma privada de

¹ Trata-se do documento cuja cota é BNP/E3 20-60^r a 61^v. Seguimos a lição de José Barreto, que aponta para essa data em *Sobre o Fascismo, a Ditadura Militar e Salazar* (pp. 167-171), aproximando o documento de BNP/E3 2-22, pertencente ao *Livro do Desassossego*, datado de 28 de novembro de 1932. O trecho foi publicado em *Páginas Íntimas e de Auto-Conhecimento* (pp. 74-79) e em *Escritos Automáticos, Autobiográficos e de Reflexão Pessoal* (pp. 187-191).

² Agradecemos a José Barreto a indicação deste documento.



autoridade, é uma variante das muitas interpretações do conceito de ‘homem superior’, largamente discutido por Pessoa, por exemplo a partir do sentido de ironia definido em função de Francisco Sanches e da sua insciência crítica.³

O termo “liberto”, ao qual Pessoa recorre para isolar com exatidão o seu próprio contexto intelectual, pode entender-se como mais uma das sínteses interpretativas com que procurou descrever a singularidade dos seus processos, sobretudo por via do contraste relativamente a doutrinas demasiado estreitas.⁴ O sentido do termo “liberto”, conforme Pessoa o define, é bastante mais amplo do que qualquer doutrina política particular, estando mais próximo de um entendimento trans-histórico da noção de “livre-pensador”, conforme expresso nas obras de autores representados na sua biblioteca particular, como John M. Robertson e John Bury.⁵ Na esteira desses autores, a proposta de Pessoa tende a apontar essencialmente para a valorização da atitude de certos indivíduos quando confrontados com contextos pouco propícios à livre expressão das próprias especulações, nomeadamente os momentos marcados por modelos ideológicos totalitários como os experienciados nos últimos anos da vida de Pessoa.

Pessoa associa ao termo “liberto” dois outros atributos, o de “raciocinador sem tradições nem ideais” e o de “analisador sem preconceitos”, que retoma o que afirmara no início do texto para justificar o seu desenquadramento relativamente a um público incapaz de aderir ao seu tipo de postura e de trabalho intelectual. O público, além de, entre outras coisas, “não ser capaz de seguir um raciocínio” e “não compreende[r] ideias complexas” – o que aponta para a sua menoridade intelectual – é também escravo de uma série de circunstâncias limitadoras, como o repúdio pela pesquisa independente dos limites do que possa entender-se por *verdade*. É um público permanentemente limitado por uma parcialidade absolutamente avessa à persistente preocupação de Pessoa com a liberdade do pensamento e, sobretudo, com a percepção de que as verdades humanas são aproximações limitadas a um conhecimento sempre inacessível.

Um público, do mesmo modo, esmagado pelo carácter acéfalo e grupal e que em vários textos, incluindo contributos contemporâneos como “O Caso Mental Português”, a fase do *Livro do Desassossego* associada a Bernardo Soares, alguns textos de análise do impacto da figura de Salazar ou

³ Quanto a este assunto, cf. Sousa, 2017 e 2018.

⁴ Cf. Barreto, 2007: 109-127 e 2011: 237-288.

⁵ Remetemos para Barreto, 2007: 109-127 e 2008: 735-738.

mesmo as notas sobre a língua portuguesa, é visto como um sintoma de vulgaridade. O homem vulgar, segundo Pessoa, é, entre outras coisas, alguém incapaz de compreender a extensão da insciência intrínseca ao ser humano e, por isso mesmo, destinado a converter-se em presa fácil de um dos muitos dogmas destinados a constranger o individualismo, limitando o raio de acção propício aos “perscrutadores culturais”. Ao não conseguirem distanciar-se dos pressupostos com que conduzem o seu percurso, ditados pelos padrões estabelecidos pela tradição, por um lado, e pelas novidades introduzidas pela moda, por outro, os homens vulgares tendem a ver como ameaças potenciais os indivíduos dedicados a uma investigação cultural efetiva. Nesse sentido, pode concluir-se que, para Pessoa, os potenciais leitores das suas obras poderiam considerar-se tendencialmente paralisados, por contraste com o “analisador que busca, quanto em si cabe, descobrir a verdade” (Pessoa, 2015: 168). O contraste entre entendimentos de liberdade é também, e sobretudo, uma oposição entre formas de lidar com a cultura e com o seu potencial de fixação de “verdades”⁶ – é a distância que separa os preconceituosos de todos os tipos do “perscrutador cultural” que se lhes superioriza.

O texto discute, em seguida, o tipo de intervenção que um indivíduo pode ter na sociedade, tendo em conta as especificidades do público com que se vai confrontando. Segundo a leitura proposta por Pessoa, é essencialmente em função do diálogo problemático com o público que o criador altera o alcance atribuído à própria obra, na medida em que uma reflexão que aspiraria eventualmente a ser “um estudo raciocinado, imparcial, cientificamente conduzido” não pode ser mais do que “uma obra de arte”, um ensaio literário tomando como pretexto assuntos essenciais,

⁶ Quanto ao entendimento da cultura como um mecanismo de edificação e erosão de verdades, crucial na compreensão de todo o projecto intelectual pessoano, veja-se, por exemplo, a proposta de Onésimo Almeida. Ao intuir, primeiro, e confirmar, depois, a importância de Georges Sorel no desenvolvimento da ideia de mito subjacente ao conteúdo de *Mensagem* e de outros textos relacionados com o Sebastianismo e o Quinto Império, Onésimo considera que Pessoa desenvolveu uma concepção de mito muito singular, com amplo valor operativo, capaz de interferir na configuração do real a partir da transmissão de um conjunto de valores, parcialmente bebidos na tradição nacional, em torno dos quais a cultura adquiriria a sua forma. Esta proposta aponta, também, para a necessidade de se ver a cultura como um organismo dinâmico, também na medida em que os mitos essenciais deverão ser revisitados e, desse modo, reactualizados em função de novos problemas e sobretudo da análise apurada do que deixa de ser eficaz no seu conteúdo (Onésimo, 2014: 135-178). Como observa Roberto Rolandone, na sua recensão da obra, para uma leitura adequada da obra de Pessoa é essencial que se tenha em conta a estreita correlação entre as perspectivas pessoais a respeito do mito, da verdade, do papel do poeta na sociedade e dos impactos que a sua obra poderia ter na interpretação do passado colectivo e na construção de um ambiente mental adequado à construção de um futuro (Rolandone, 2014: 209-211).



desprovido de qualquer propósito interventivo com impacto no modo como se processa a construção das ideias coletivas (idem: 169).

A noção de “obra de arte” clarificada neste texto, sobretudo se pensarmos nas condicionantes que conduzem à descrição da sua atitude como própria de um pensador cultural com eventuais pretensões para a investigação aprofundada e mesmo para a intervenção social e política concreta que tem de dedicar-se exclusivamente à criação artística, permite a Pessoa expor um retrato exemplar da globalidade do seu percurso biográfico enquanto autor. A classificação de si próprio como um “poeta animado pela filosofia” (Pessoa, 2007: 30), desprovido do aprofundamento necessário para a apologia de uma corrente filosófica específica, assim como algumas considerações introduzidas em documentos de índole mais marcadamente política, como *O Interregno*, no qual se considera o único espírito com originalidade intelectual em Portugal, desde 1580, ou nos vários textos produzidos em torno da polémica defesa das associações secretas, nos quais defende a independência derivada do seu estatuto de poeta, encontram nesta imagem uma consolidação representativa.

De facto, Pessoa pode ser descrito, na globalidade, como alguém que foi convertendo progressivamente, no diálogo nem sempre favorável com alguns espíritos excepcionais do seu tempo, a totalidade das suas facetas intelectuais, e os respetivos estudos filosóficos, históricos, políticos ou sociológicos, num conjunto de “obras de arte” aptas a discutir complexamente os mais distintos domínios do conhecimento, em sintonia com as intenções de um “perscrutador cultural”.

A noção de obra de arte é, neste contexto, a forma de definir não um tipo específico de objeto artístico, mas uma determinada disposição do espírito para a independência epistemológica e um modo de dar a conhecer por escrito os resultados desse exercício. Os criadores pessoanos são, no essencial, idealizados como “agitadores de ideias”, ocupando um lugar rigorosamente definido na economia geral da sociedade: possuindo um interesse pela cultura e pela problematização dos grandes assuntos relacionados com a condição humana, curiosidade que os distingue à partida dos homens vulgares, estes indivíduos não devem, contudo, ser confundidos com os autores de “obras de investigação” (Pessoa, 2015: 169). Os pontos de vista dos genuínos perscrutadores culturais, dada a sua divergência demasiado radical relativamente aos vários sistemas de ideias fixados pela tradição, ficam no limbo das aparentes inutilidades sociais, não encontrando o público adequado para a discussão descomplexada e não mimética dos seus pontos de vista. É nesse aspeto, segundo Pessoa,



que o criador se distancia do filósofo: seguindo uma determinada tradição intelectual, ou procurando construí-la e impô-la aos demais, o filósofo pode ascender ao estatuto de “agitador de sentimentos”; o criador nunca consegue deixar a instabilidade questionadora do seu próprio cepticismo. A autonomia conduz, desse modo, ao carácter lúdico e permanentemente livre da criação literária.

Esta compreensão da obra é também, portanto, uma teoria da liberdade. Através dela, Pessoa ataca os modos pelos quais determinados leitores, em particular, e a crítica, em geral, poderiam receber os seus textos e através deles traçar um determinado perfil do seu autor. De acordo com este ponto de vista, os “investigadores”, sobretudo os “filósofos”, produzem as suas obras num circuito fechado, conivente com a sociedade vigente ou pelo menos concordante com as exigências desta, não atingindo o plano do literário precisamente na medida em que a sua dissidência não é perigosa: “Nenhum filósofo fez caminho senão porque serviu, em todo ou em parte, uma religião, uma política ou outro qualquer modo social do sentimento” (idem). A escolha que conduz à conversão dos esboços do que poderiam ser “obras de investigação” em “obras de arte” com diferentes formas, alcances, extensões e pontos de vista é da responsabilidade do próprio, tomada no momento em que compreende os contextos nos quais se movimenta, mesmo quando deslocada da relação de natureza política que é ensaiada nesta “Nota”.⁷

A consciência do carácter polémico do que afirma adensa-se quando, na “Nota” em apreço, Pessoa assume que, além de produzir “contos intelectuais” que substituem os “estudos científicos”, também propõe dedicar-se a “mostrar a parvoíce das ideias aceites, a vileza dos ideais nobres, a

⁷ São várias as passagens em que Pessoa descreve o entendimento que tem do sentido amplo de “conto intelectual” como criação de teorias dando conta de perspectivas sobre o fenómeno humano nas suas distintas vertentes. Numa nota de 1915, o impulso para a criação de “vários nomes” equivalendo a “obras de varias especies” é descrito como um gesto simultaneamente artístico e social, adequado à expressão dos contrastes e oposições entre distintas correntes, que remetem diretamente para o ritmo das leis da Natureza, desconhecidas por todos mas que condicionam tanto o emergir como o percurso de todas as fixações da cultura, sujeitas ao percurso de dissolvência que substitui uma forma de obedecer a essas leis por outra (Pessoa, 2009: 296). Essa noção de que existem “princípios fundamentais” que orientam o percurso das sociedades sem que esteja ao alcance do conhecimento humano a possibilidade de os fixar numa teoria equivalente está também presente na “Nota” de 1932. Num outro apontamento, observa que os “contos” terão como “único enredo a exposição de um systema philosophico, cuidadosamente pensado”, entre as quais se enquadram supostos ensaios de sociologia literária como os publicados n’*A Águia*, em 1912. A cultura é manipulada de modo a que se possam construir teorias semelhantes às que são colocadas ao serviço do poder mas que não podem ser promovidas por nenhum sistema (idem: 281-282). Noutros fragmentos que Teresa Rita Lopes associa ao prefácio a “Ficções do Interlúdio”, estabelece-se também a relação entre um quadro intelectual que, apesar de individualmente percebido, é descrito como princípio supra-individual, ditado pelo rumo coletivo da História – “Negada a verdade, não temos com que entreter-nos senão a mentira” – e a lucidez criativa dos que disso se apercebem – “se uma hypothese metaphysica nos occorre, façamos com ella, não a mentira de um systema (onde possa ser verdade) mas a verdade de um poema ou de uma novela – verdade em saber que é mentira, e assim não mentir” (Pessoa *apud* Lopes, 1990: 114).



ilusão de tudo quanto a humanidade aceita ou pode aceitar, a mentira de tudo quanto o povo crê ou pode crer” (idem). O propósito é, desse modo, salientar os limites das doutrinas que suportam as instâncias governativas da sociedade. É dessas instâncias que decorre a noção de que o criador literário pode ser entendido como “dissolvente”, precisamente por não respeitar o princípio segundo o qual as teorias de um determinado autor devem aproximar-se tanto quanto possível da verdade daquele que veicula as suas ideias socialmente.

O criador literário pessoano é, como salientámos, um “liberto”, uma figura singular ao nível da consciência das limitações do saber humano e da necessidade de inquirir as fronteiras do que pode ser considerado *verdade*, sem que esse inquérito seja, contudo, uma expressão doutrinária ou a fixação definitiva das teses norteadoras de um percurso intelectual privado.

O vertiginoso alargamento do escopo proposto neste texto envolve as diversas etapas do percurso intelectual das comunidades humanas. Trata-se de um olhar crítico que remete não apenas para teorias já existentes, consideradas socialmente ultrapassadas ou ainda em vigor, mas para tudo quanto possa vir a ser produzido tendo em vista o mesmo princípio de fixação dogmática de pressupostos. Essa abrangência corresponde, em grande medida, à distinção proposta por Rui Bertrand Romão ao descrever o cepticismo específico de Francisco Sanches e da sua fórmula nuclear, o “Quid?”, que, a partir de 1581, passou a validar a sua interpretação geral do provisório:

achamos que se deve distinguir entre a habitual concepção teleológica do provisório, que não é céptica, e a concepção céptica do provisório, que o toma de um modo por assim dizer absoluto, ou seja, abstraído de qualquer implicação de um objectivo próprio ao seu cumprimento, em função do qual tem cabimento o acto provisório, cuja superação em sentido determinado se acha, assim, prevista à partida. (Romão, 2003: 35)

Romão identifica o ponto de vista sanchesiano com uma pulsão ditada pelo questionamento dos limites do saber humano, defendendo que “*o cepticismo sanchesiano é intrínseco e essencialmente unitário*”, derivando não de uma polémica circunscrita, mas de uma atitude “erística”, “um modo de argumentar e de debater, em que a instância polémica é valorizada por si mesma e em si mesma, independentemente da determinação específica dos objectos da polémica e dos adversários com que se contende (...), actuais ou potenciais” (idem: 39-40).

Na “Nota” que temos comentado, apesar de Pessoa estar parcialmente consciente dos interlocutores concretos ou potenciais e do contexto intelectual e político no qual o debate obrigatoriamente teria de se inserir, o da década de 30, a sua visão de “perscrutador” é também construída em função dessa “absolutização céptica do provisório”. A atitude simultaneamente lúdica e ridicularizadora assumida pelo sujeito relaciona-se, também, com o âmbito da pura discussão de ideias e da acumulação ininterrupta de novos exercícios especulativos, a partir de pontos de vista tornados equivalentes, o que permite rebater, universal e infinitamente, todas as ideias cristalizadas.

Tendo em conta o que começou por afirmar a respeito do público e da sua subserviência intelectual, é dessa adesão sistemática a modelos padronizadores virtualmente eternizados que emergem os desencontros entre a maioria e a divergência crítica dos “libertos”, encarados como “dissolventes” de uma ordem fictícia.

Em 1932, a atitude de “raciocinador minucioso analítico”, de “analisador que busca, quanto em si cabe, descobrir a verdade” e de indivíduo “imparcial quanto em mim cabe ser” é considerada absolutamente dissidente, retirando ao indivíduo qualquer missão de carácter social a não ser o da exclusiva dedicação ao mecanismo da sua criação literária: exprimir teorias possíveis e acentuar as lacunas comuns a todos os que convertem as suas perspectivas em absolutos universais. Manter-se à margem de todas as dissoluções permite ao indivíduo superior compreender o ritmo inerente às leis da Natureza e, desse modo, encarar a cultura exteriormente, do ponto de vista aristocrático que renuncia a todas as ordens sociais formatadas para igualar os fenómenos que ditaram o curso da História.

A atitude daqueles que na “Nota” de 1932 designa como “perscrutadores culturais” corresponde necessariamente a uma terceira via, que remete para o pensamento autónomo e coincide com uma certa interpretação do liberalismo⁸, propícia às diversas oposições possíveis entre pontos de

⁸ Esta interpretação do liberalismo não anda longe das por vezes ambíguas interacções estabelecidas por Isaiah Berlin entre liberalismo e pluralismo. A este respeito, veja-se a discussão de Jason Ferrell, na qual se sintetizam as diferentes implicações de uma interpretação da experiência humana no mundo como uma plural constituição de interpretações às quais deve ser permitido que coexistam, desde que não agridam o plano dos mínimos comuns que definem a própria humanidade (Ferrell, 2009). A relação que Berlin estabelece entre a imaginação individual e o respeito exterior por sistemas distintos daqueles que produziríamos é clara, por exemplo, nesta passagem: “If I am a man or a woman with sufficient imagination (and this I do need), I can enter into a value system which is not my own, but which is nevertheless something I can conceive of men pursuing while remaining human, while remaining creatures with whom I can communicate, with whom I have some common values – for all human beings must have some common values or they cease to be human, and also some different values else they cease to differ, as in fact they do”. (Berlin, 2013: 14). Será



vista, desde que nenhum deles procure constranger os demais à sua mundividência particular. Não coincidindo com nenhum quadro de valores exclusivo e interpretável como “fundamental”, e recusando confundir-se com as expressões culturais que são dissolventes justamente por estarem de acordo com um programa estruturado que visa substituir o dominante, o indivíduo exige para si a possibilidade de pensar a riqueza plural da cultura livremente, sem ter de responder por nenhum código a não ser o da sua própria percepção e entendimento das circunstâncias humanas face ao desconhecimento.⁹

Pessoa desenvolve a sua demonstração a partir de contextos particulares nos quais, independentemente do que ocorre em termos sociais, um conjunto restrito de indivíduos tem a possibilidade de pensar a cultura e os seus alcances, fugindo à estagnação ou à decadência da intelectualidade. Os modelos positivos que este texto sugere – a “Antiga Monarquia francesa”, a “Renascença nas repúblicas italianas” e o “que abrange o tempo de Isabel e de Cromwell em Inglaterra” (Pessoa, 2015: 170) – permitem circunscrever uma sequência que abrange aquele que constitui, em termos europeus e nacionais, o momento de apogeu do livre-pensamento moderno, de acordo com a interpretação que o poeta dele foi fazendo: o que vai da Renascença italiana ao século XVII francês e anglo-saxónico. Embora a valorização desses momentos pareça corresponder à valorização geral da “produção intelectual”, e dos seus impactos na sociedade, Pessoa integra-se no escopo do núcleo norteador das suas conceções: a própria teoria de que a “produção intelectual” parece ter benefícios culturais significativos não pode constituir um dogma.

É a convicção forte de que não existe nenhuma verdade superlativa quanto ao que verdadeiramente conduz e determina os rumos das comunidades humanas que impede a recusa

também de acentuar que, conforme João Constâncio defende a respeito de Nietzsche e da sua singular interpretação da arte, também em Pessoa a criação artística, sobretudo se tomada num sentido lato, permite uma forma de superação do niilismo através da valorização dos potenciais da experiência do incerto e da conversão do confronto individual com a inexistência de verdades absolutas num mecanismo dinâmico de produção de novas perspectivas críticas, mais apuradas mas carecendo continuamente de novas reinterpretações (Constâncio, 2013, *passim*). Para uma perspectiva da evolução do liberalismo pessoano, e da sua conversão num certo “nacionalismo liberal”, cf. Barreto (2007; 2013).

⁹Esta perspectiva lembra a noção de “free play of mind” exposta por Matthew Arnold no seu livro *The Function of Criticism at the Present Time*: “It is noticeable that the word *curiosity*, which in other languages is used in a good sense, to mean, as a high and fine quality of man’s nature, just this disinterested love of a free play of the mind on all subjects, for its own sake, (...) But criticism, real criticism, is essentially the exercise of this very quality. It obeys an instinct prompting it to try to know the best that is known and thought in the world, irrespectively of practice, politics, and everything of the kind; and to value knowledge and thought as they approach this best, without the intrusion of any other considerations whatever” (Arnold, 1895: 35). Como demonstrado por Jorge Uribe (2014) e Nuno Amado (2020), Arnold foi uma das grandes influências no pensamento de Pessoa durante a década de 30.



absoluta de sentidos de interpretação muito distintos dos seus. Não sendo possível padronizar os acontecimentos, pois, como afirma Pessoa, “Encontraremos as mesmas causas dando diferentes efeitos, ou, melhor, encontraremos as mesmas circunstâncias com diferentes resultados” –, e não se conseguindo perceber qual o propósito que orienta o destino coletivo de uma sociedade, o plano do indivíduo é o único que subsiste e que deve procurar salvaguardar-se de todas as metafísicas, supostas ciências sociais, noções coletivas do que deve entender-se por felicidade, códigos morais como os que condenariam os que “de bom grado perderiam a mulher, desde que não percam a coleção de selos” (idem: 171).

A sociedade idealizada por Pessoa, a partir dessa compreensão da incerteza e da diversidade como constantes históricas mais proeminentes, é aquela que deveria garantir ao criador de “obras de arte”, no sentido abrangente e polémico descrito neste texto, a mesma liberdade e autonomia desse colecionador de selos, que não deve ser impedido de escolher as suas preferências e de manter em privado essas opções, seja qual for a ordem social vigente. O criador deve ter como garantia fundamental a abertura para manifestar livremente os seus pontos de vista, na medida em que dialoga com uma colectividade que já se emancipou, estando dissolvida no sentido de não aderir a nenhum sistema em particular ou não se deixando dissolver por qualquer outro que intente interferir diretamente com a transformação da sociedade.

Nos apontamentos daquele que terá constituído o último texto destinado a expor a sua controversa noção de livre-pensador, “O Nacionalismo Liberal”, escrito entre outubro e novembro de 1935, Pessoa atribui um sentido muito específico à noção de indivíduos dissolventes e ao modo como estes tendem a ser enquadrados no vocabulário da sociedade vigente. Nesses esboços, fica claro que o termo “dissolvente” é utilizado para designar movimentos com sentido intranacional ou extranacional entendidos como contrários aos verdadeiros interesses da nação, tendo em conta, sobretudo, o modo como constroem os indivíduos e os reduzem a etiquetas gregárias, como as de família, de classe ou de região, e a dogmas internacionais com sentido absoluto, como a finança internacional, o comunismo e o catolicismo. Essas estruturas procuram interpretar o que é singular no indivíduo em função da “estreiteza do seu dogma e a intolerância da sua acção”, chocando com a “liberdade do pensamento” e com a “liberdade de expressão dele” (idem: 362-363).



O húmus do qual emerge o perscrutador cultural, essa personalidade marcada pela dissonância, é o mesmo de que emana a oposição entre dois pares de conceitos, os de “Nação” e de “indivíduo” e os de “Estado” e de “cidadão”.

Ao fazer coincidir a “Nação” e o “indivíduo”, o poeta abre caminho para que o criador tenha de atentar na sua reação tanto às forças que o condicionam como às que colocam em causa o organismo nacional em que se encontra inserido, visando condicioná-lo a partir de dogmas ideológicos que interpretam a Humanidade como um todo abstracto. Por outro lado, ao recusar o “Estado” e o estatuto de “cidadão”, o criador associa-os às instâncias que constroem o que é específico da sua autonomia, como a família e a classe.

É nesse sentido que, em “Nacionalismo Liberal”, o indivíduo livre é essencialmente aquele que “tem o direito de pensar o que quiser, de exprimir o que pensa como quiser, e de pôr em prática o que pensa como quiser”, ao mesmo tempo que lhe é permitido o convívio aberto com outros sujeitos igualmente livres, alheios, portanto, aos mecanismos sociais de codificação da ideia de “liberdade” e de constrangimento ao livre curso das diferentes liberdades, colocadas abusivamente ao serviço da subsistência do conjunto.

Pessoa distingue os núcleos que determinam o indivíduo e o coletivo, identificando a liberdade como um valor adquirido exclusivamente por sujeitos particulares, dado que a sociedade ou a nação não possuem por si mesmas as faculdades, próprias de organismos vitais superiores, que garantem a inteligência e o exercício desta. Por outro lado, a segurança de que depende essa liberdade é algo que só a organização coletiva pode assegurar, garantindo, se devidamente desenvolvida, o ambiente adequado ao convívio entre diferentes pontos de vista, entre os quais os dos criadores que não se dedicam a defender qualquer sistema filosófico particular. É desta constatação, e tendo em conta que salienta que os indivíduos não devem ser considerados ameaças apenas por exporem as suas ideias autónomas, que se percebe o imperativo de uma Ordem que mantenha devidamente coordenadas as diferentes potencialidades da sociedade, relacionando de modo salutar os indivíduos que a constituem e a imagem que se quer transmitir do conjunto comunitário.

No entanto, o texto propõe uma série de vias ambíguas que permitem que os indivíduos actuem à margem do que pode ser tido como a Ordem social vigente. De acordo com o princípio de mútua colaboração entre os elementos autónomos da sociedade e o engrandecimento desta através



da acção genuína destes, sempre que o Estado excede os limites das atribuições administrativas que lhe cabem e interfere, limitando-os, nas “liberdades individuais” e no “legítimo prestígio que possa ter cada indivíduo”, é da responsabilidade dos indivíduos reagir à ameaça espelhada nesses excessos. A tirania, enquanto deformação do âmbito que respeita às nações, e o liberalismo, que constitui uma corrente de opinião seguida por indivíduos dotados de pensamento autónomo, opõem-se. Não pode ser considerado um ataque à Nação o tipo de manifestações que, podendo eventualmente colocá-la em causa, são apenas uma reacção à tirania, e que grosso modo correspondem ao que na “Nota” associara a fenómenos dissolventes, como a Revolução Francesa ao atacar a tirania do Antigo Regime.

O relativo anacronismo das propostas de Pessoa reside no facto de se colocar simultaneamente como um herdeiro de um período propício à liberdade de pensamento, que norteia o regime político complexo que idealizou, e como um reivindicador das prerrogativas liberais num tempo em que se dava novamente o confronto entre a liberdade individual plenamente consciente de si e uma série de poderes autoritários que promoviam doutrinas estreitas para subjugar esse potencial de crítica. Ao confrontar-se com o Estado Novo, representante do tipo de regime centralizador que segundo Pessoa continuava a deturpar a memória cultural portuguesa – e já em “O Interregno” assinalara constituir a primeira voz a falar livremente desde esse tempo –, o poeta serve-se de modelos provenientes de outros contextos para evidenciar em que medida eram mais avançados do que o espaço político seu contemporâneo.

Um dos exemplos maiores é o representado pela figura de Frederico Segundo da Prússia, a partir da qual Pessoa fornece uma das suas descrições do modo como se podem articular liberalismo e poder absoluto: “Se esse poder absoluto é exercido, como pode ser, com pleno respeito pela liberdade de opinião — como o exerceu na Prússia Frederico Segundo (...) essa ditadura será liberal, pois o liberalismo consiste na tolerância de todas as opiniões e da expressão delas” (idem: 182-183).¹⁰

¹⁰ Como salienta José Barreto, Pessoa tinha em mente um “modelo completamente anacrónico”, remetendo tanto para o contexto específico de Frederico II da Prússia como para a intemporalidade de um ideal para o qual poderiam convergir uma série de ideias que nunca poderiam relacionar-se na prática: “uma ditadura que lhe desse o direito de ter opiniões contrárias ao governo, respeitasse a elite intelectual dando-lhe voz e peso político, reduzisse ao mínimo a intervenção do Estado na economia e na sociedade, se abstinhasse de intrometer-se em matérias reservadas ao espírito, mobilizasse a nação para um ideal nacional, contivesse a ameaça comunista e anarquista, neutralizasse as forças reaccionárias e tradicionalistas, se opusesse ao ascendente espiritual e sociopolítico que a Igreja Católica estava empenhada em reconquistar, etc.” (Barreto, 2015: 45). Num outro texto, Barreto concluíra também que a gradual evolução do percurso

No texto “Nacionalismo Liberal”, Pessoa propõe uma teoria sobre o tipo de indivíduos potencialmente aptos a constituir ameaças diretas à nação, sobrepondo os seus interesses aos do meio em que surgiram e foram educados. O modo como a questão é exposta conduz a uma subtil transição nos modos como se apresentam os desvios à Ordem estabelecida, derivados no essencial de diferentes formas de deturpação excessiva dos valores herdados.

Pessoa começa por descrever o tipo de indivíduos que variam do meio a partir das seguintes categorias: vítimas de uma doença física ou mental, que deixam de ser verdadeiros seres humanos para se aproximarem do patamar animal; criminosos espontâneos, que exercem a sua ação sem que existam causas específicas; e homens de génio, que se destacam por uma forma exclusiva de inteligência que não pode ser herdada.

Logo depois, porém, essas categorias reduzem-se a dois perfis, o dos inferiores, que procuram impor aos demais a supremacia acrítica da semelhança face aos antepassados, minando a autonomia individual dos genuínos indivíduos; e o dos que se desviam dele pela excentricidade, os loucos, criminosos e homens de génio.

Sendo esta última categoria retirada do conjunto, pela sua raridade, a agressão deliberada à sociedade ou à nação deriva portanto de duas direções: a que, noutros contextos, Pessoa remete para os homens vulgares – “tipos inferiores e animais do homem” que, desprovidos de opinião independente, se deixam conduzir por “pseudo-ideias ou pseudo-ideais que tenham um apelo directo à sua animalidade” – ou a pura degenerescência dos alienados mentais e dos criminosos (idem: 371-372).

A camada de “tipos inferiores”, embora considerada uma anormalidade, encontra em certos contextos uma predominância considerável. Neste caso, parece-nos coincidir com a adesão acrítica dos que concordam com o que é promovido pelo Estado totalitário e com os seus impulsos manipuladores, que impõem certas mundividências como valores absolutos, conduzindo, desse

de Pessoa relativamente ao Estado Novo deriva da ideia do que, no regime português, era inicialmente uma ditadura se convertera, à semelhança do modelo italiano, numa tirania (Barreto, 2013: 12-15). Em John M. Robertson, Pessoa poderá ter encontrado o modelo de líder político livre-pensador que associou a Frederico II da Prússia e que seria indispensável à gestação de um tal conceito. Robertson assinala nele o equilíbrio entre a promoção da tolerância pública por todo o tipo de manifestações religiosas, a recusa de qualquer atitude proselitista e a proximidade relativamente aos mais acesos deístas da época, como Voltaire, enaltecendo também a liberdade de expressão conjugada com a manutenção da ordem social com leis consideradas suficientes (Robertson, 1915, II: 312-315). A fórmula, que Robertson encontra em Kant para resumir a atitude do monarca livre-pensador é ilustrativa: “*Reason as you will; only obey!*” (idem: 337, sublinhados de Pessoa).



modo, a interpretações doentias do nacionalismo, da tradição e da hereditariedade, reduzidos à perpetuação dos mesmos princípios e estruturas. Quanto aos loucos e aos criminosos, a sua ação é independente de qualquer modelo político, na medida em que atuam em permanência numa marginalidade indiferente e inapropriável.

Resta equacionar qual o lugar dos homens de génio neste panorama, em particular tendo em conta que Pessoa dá a entender que ele é uma forma superior da inteligência e, portanto, da faculdade que permite ao indivíduo autonomizar-se.

Ao exprimir a ideia de que os verdadeiros desviantes são ou o grupo acéfalo que nunca se oporá massivamente ao regime, a não ser em função de um outro pseudo-ideal que é uma outra face da desintegração nacional, ou o tipo de degenerados e de criminosos que persistirá seja qual for o regime, e ao considerar os génios verdadeiras raridades, Pessoa confere-lhes uma dupla circunstância: por um lado, aquilo que produzem é uma expressão superior de uma individualidade que, por inerência, não coincide com qualquer movimento semelhante aos que promovem a desordem e se podem considerar, legitimamente, “dissolventes”; por outro, a expressão da sua inteligência será, muito provavelmente, ignorada pelos homens vulgares, como o são as criações dos “perscrutadores culturais”. Os seus resultados – ou, nos termos de 1932, as suas “obras de arte” – não podem, deste modo, ser vistas como um ataque direto à sociedade, mesmo se contribuírem para a propagação de ideias que poderão vir a actuar indiretamente em indivíduos que, embora não sejam génios, se encontrem dotados de inteligência.

O confronto entre estes pontos de vista e os que se desenvolvem em alguns trechos dedicados ao génio e à sua interação com a sociedade, posteriores a meados da década de 20, permitem algumas conclusões. Se o génio se manifesta por inerência como reacção, não deixa de possuir também uma consciência alargada que lhe permite colaborar com aquilo a que reage, infiltrando-se na sua própria estrutura em curso:

Os grandes génios, sendo maximamente indivíduos, são, por equilibrio necessario e organico, maximamente humanos, isto é, universalistas. Mas como são assim maximamente indivíduos e universalistas, isto é, duplamente opostos ao meio nacional, teem que ser – sentem-no por instincto – eu penso – deliberadamente – maximamente nacionais. (Pessoa, 2006: 65)



É nessa medida que os génios parecem despontar nos momentos em que mais amplamente parecem coincidir com os ideais do liberalismo enquanto resistência às contingências particularmente marcadas pela opressão. Parece existir uma coincidência histórica entre a produção dos génios e as circunstâncias em que estes são excepcionalmente necessários. Tal como os organismos que dependem do equilíbrio entre forças de integração e de desintegração para se gerarem e da capacidade de os seus órgãos superiores se coordenarem adequadamente, o génio é um órgão particularmente ativo da sociedade. Nessa medida, explica-se a sua ocorrência particularmente fértil e decisiva em “epochas de desintegração social”, não como um produto delas, o que o converteria numa expressão das forças que colocam em causa a sociedade, mas de acordo com uma “tendência para resistir à desordem, que não pôde ser accentuada senão quando se accentua a desordem a que resistir” (idem: 79).

Deve acentuar-se, a este respeito, a importância que Pessoa conferiu, desde muito cedo, a assuntos relacionados com o génio e a loucura, em particular, como concluíram Jerónimo Pizarro e Kenneth Krabbenhoft, ao nível da interacção entre as descobertas científicas da segunda metade do século XIX e do início do século XX e as suas pesquisas em torno da suposta decadência civilizacional europeia. Na diversidade de apontamentos e esboços dedicados ao assunto, Pessoa classifica o génio, respectivamente, como um efeito exacerbado da degenerescência da espécie humana e do ambiente experienciado, com agravamentos no momento finissecular, e como uma excepção face a algumas das causas dessa decadência, nomeadamente o influxo excessivo dos séculos de domínio do Cristianismo e a queda num certo primitivismo, reflectido na tendência para o gregarismo acéfalo criticado no texto de 1932 que temos comentado.

Como assinala Kenneth Krabbenhoft, a exploração, mesmo que por vezes deturpada, dos princípios da teoria da evolução por parte de nomes de referência para Pessoa, como Lombroso e Haeckel, conduz à noção de que a perpetuação de certos atavismos mentais derivados de momentos primitivos do desenvolvimento mental humano conduziria certas camadas da população moderna a uma depauperação das faculdades intelectuais. Com efeito, “A própria liberdade intelectual e espiritual do delinquente é mermada pela deformação atávica”, podendo neste sentido pensar-se, de acordo com as categorias de Pessoa, numa espécie de efeito de delinquência intelectual que conduziria o público ao qual se refere no contexto à memorização da sua autonomia do espírito e,



desse modo, à adopção de atavismos gregários típicos das sociedades primitivas nas quais a individualidade típica do génio ainda não despontara. A aproximação, ainda na esteira de Krabbenhoft, aponta para um outro aspecto relevante, implícito na categorização pessoal dos tipos humanos, como ocorre em várias passagens da sua obra, por exemplo num importante trecho do *Livro do Desassossego*, publicado no número 34 da *presença*, em 1932.¹¹ Referimo-nos ao modo como Pessoa pensa o problema da integração do ser humano no quadro global da Natureza a partir da distinção fundamental, não entre o Homem e os demais seres vivos, mas da distinção verdadeiramente decisiva entre graus de complexidade mental e entre os diferentes impactos dos diversos aprofundamentos dessa complexidade no modo como a interpretação das circunstâncias individuais e colectivas se processa ao nível do indivíduo. O isolamento a que está sujeito o homem de génio, forma hiperbolizada das faculdades humanas que tanto se encontra representada no patamar de sabedoria representado por Sócrates como no seu degrau superlativo, representado por Francisco Sanches e por Fernando Pessoa, é o isolamento derivado da compreensão de que, na ordem geral das coisas, o ser humano não difere particularmente dos outros seres a não ser pela consciência disso e, portanto, de que o representante comum da sociedade, menos complexamente afortunado, se deixou mergulhar num quadro mental atávico, em virtude do qual já não é um ser inteiramente humano e portanto não merece mais consideração do que um animal qualquer.

Embora no texto de 1932 não seja tão claro, como o é nos textos dedicados ao problema do génio e da loucura, que Pessoa considere a excepcionalidade dos *perscrutadores culturais* como resultado também de um certo tipo de manifestação de loucura, de sentido inverso ao manifestado nesse atavismo alienante, penso que se podem extrair algumas conclusões relevantes do facto de, em Pessoa, como Jerónimo Pizarro salientou confrontando Pessoa com Philippe Brenot, o génio tender a ser um misto de excepcionalidade intelectual e de transtornos ciclotímicos (Pizarro, 2012: 57). Se pensarmos, como Pessoa também esclarece, que as grandes individualidades derivam de determinados efeitos de ampliação das faculdades humanas normais, permitindo o acesso a uma compreensão mais abrangente da falência comum a todos os seres, a oposição ensaiada neste texto parte do contraponto entre duas manifestações específicas da loucura: a loucura dos indivíduos de génio e a loucura dos indivíduos atávicos. Os primeiros parecem evoluir em função da experiência

¹¹ Cf. Sousa, 2017.



particular de anomalias, sobretudo em termos mentais, que diferenciam a sua capacidade mental e a conduzem a uma marginalidade natural, que depois encontra repercussão tanto no modo como interpretam os pontos de vista alheios como no modo como as suas considerações são recebidas e tidas, como ocorreu por exemplo no momento do *Orpheu*, como sintomas de uma degeneração contrária aos valores estabelecidos. Esta loucura distintiva não impede, contudo, que a sociedade, na medida em que é constituída por um conjunto de sujeitos desprovidos de qualquer controlo das suas próprias faculdades, seja palco de um outro tipo de loucos, os atávicos incapazes de reconhecer tudo quanto não lhes tenha sido fornecido por essa manifestação suprema da loucura que são as utopias humanas consagradas em diferentes códigos culturais supostamente definitivos, mesmo quando encontram reacções à sua estabilidade aparente.¹²

Assim, em Pessoa, a criação artística encontra-se ao serviço de dois movimentos fundamentais, conforme expressivamente expostos pelo próprio na “Nota” de 1932, que serviu de ponto de partida a este texto: por um lado, as suas obras são, também, mecanismos apropriados para a transmissão de pontos de vista de diferentes alcances e com diferentes substratos, compondo, em cada contributo e, sobretudo, numa abordagem completa aos diferentes veios da obra, uma interpretação desejavelmente liberta de acidentes implicados na evolução da cultura, com diferentes escalas de grandeza e de transversalidade; por outro lado, essas obras, e os pontos de vista veiculados, contribuem para uma polémica descrição das limitações alheias e, pressupõe-se, para a valorização dos únicos genuínos contributos do ser humano para uma mais ampla experiência do enigma imanente da existência. Dado que todos os seres, incluindo os seres humanos nas diversas escalas da sua capacidade intelectual, se encontram sujeitos a leis que desconhecem, correspondendo os seus esforços a verdadeiros tiros no escuro do conhecimento, as manifestações desse quadro podem conhecer duas formas, igualmente incapazes de ser mais do que aproximações, mas radicalmente distintas: o aprofundamento exacerbado das faculdades mentais, conduzindo a graus diversos de inquietude irónica e á conformação desse cepticismo crítico em produtos literários alimentados pelo

¹² A síntese de Philippe Brenot, que convoca outros tópicos caros ao debate em torno de Pessoa, como a suposta fuga à vida comum, é exemplar: “Il relève cependant deux constantes de ces êtres d’exception, l’indépendance et le retrait du monde, que nécessite l’acte de la création; mais aussi la marginalité et l’insoumission qui reflètent la rupture avec les contemporains. Le créateur est un être profondément asocial, en marge des conventions, ce qui le fera souvent traiter de fou, tant la folie rejoint ici l’insoumission. Enfin, dans cette dérive de l’ordre social, le créateur s’impose souvent une ascèse quasi monacale ou des extases artificielles qui l’isolent encore de la vie.” (Brenot, 2007: 55).



confronto com as diversas manifestações da civilização humana; e, num gritante contraste, a abdicação absoluta da capacidade de autonomia do pensamento, outra forma de degeneração do patamar normal humano, aquele que, parece-nos, fica reservado aos que reconhecem a necessidade do exercício da inteligência individual, mas não conseguem distanciar-se das suas verdades efémeras, reconhecendo-as como provisórias.

Referências

- ALMEIDA, Onésimo (2014) *Pessoa, Portugal e o Futuro*, Lisboa, Gradiva.
- AMADO, Nuno (2020) *Os Anos da Vida de Ricardo Reis (1887-1936)*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- ARNOLD, Matthew (1895) *The Function of Criticism at the Present Time*, New York, London, Macmillan and Company.
- BARRETO, José (2007) “Fernando Pessoa racionalista, livre-pensador e individualista: a influência liberal inglesa”, in Jerónimo Pizarro e Steffen Dix (eds.), *A Arca de Pessoa: Novos Ensaios*, Lisboa, ICS, 109-127.
- (2008) “Robertson, J. M.”, *Dicionário de Fernando Pessoa e do Modernismo Português*, in Fernando Cabral Martins (coord.), Lisboa, Caminho, 735-737.
- (2011) “A História do Artigo ‘Associações Secretas’”, in Fernando Pessoa, *Associações Secretas e Outros Escritos*, ed. José Barreto, Lisboa, Ática, 239-288.
- (2015) “Apresentação”, in Fernando Pessoa, *Sobre o Fascismo, a Ditadura Militar e Salazar*, ed. José Barreto, Lisboa, Tinta-da-China, 7-47.
- BERLIN, Isaiah (2013) *The Power of Ideas*, Princeton, Princeton University Press.
- BRENOT, Philippe (1997) *La Génie et la Folie*, Paris, Odile Jacob.
- CONSTÂNCIO, João (2013) *Arte e Niilismo: Nietzsche e o Enigma do Mundo*, Lisboa, Tinta-da-China.
- FERRELL, Jason (2009) “Isaiah Berlin: Liberalism and pluralism in theory and practice”, *Contemporary Political Theory*, 8, 3: 295–316.
- KRABBENHOFT, Kenneth (2007) “Fernando Pessoa e as Doenças do Fim de Século”, in Jerónimo Pizarro e Steffen Dix (eds.), *A Arca de Pessoa: Novos Ensaios*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 47-58.
- LOPES, Teresa Rita (1990) *Pessoa por Conhecer*, II, Lisboa, Estampa.
- PESSOA, Fernando (2006) *Escritos sobre Génio e Loucura*, ed. Jerónimo Pizarro, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- (2007) *Prosa Íntima e de Autoconhecimento*, ed. Richard Zenith, Lisboa, Assírio & Alvim.
- (2009) *Sensacionismo e Outros Ismos*, ed. Jerónimo Pizarro, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- (2015) *Sobre o Fascismo, a Ditadura Militar e Salazar*, ed. José Barreto, Lisboa, Tinta-da-China.
- Pizarro, Jerónimo (2012) *Pessoa Existe?*, Lisboa, Ática.



- ROBERTSON, John Mackinnon (1915) *A Short History of Freethought: ancient and modern*, 2 vol., 3rd edition revised and expanded, London, Watts and Co. (Biblioteca Particular de Fernando Pessoa; CFP 1-130)
- ROLANDONE, Roberto (2014) “[Recensão a:] Almeida, Onésimo Teotónio (2014). *Pessoa, Portugal e o Futuro*”, *Pessoa Plural - A Journal of Fernando Pessoa Studies*, 5: 209-211.
- ROMÃO, Rui Bertrand (2003) *Quid? Estudos sobre Francisco Sanches*, Porto, Campo das Letras.
- SOUSA, Rui (2017) “A Ironia Sanchesiana e o Homem Superior Pessoaano”, in *Congresso Internacional Fernando Pessoa 2017*, Lisboa, Casa Fernando Pessoa, 372-392, disponível em http://casafernandopessoa.cmlisboa.pt/fileadmin/CASA_FERNANDO_PESSOA/CFP_ACTAS_2017.pdf (consultado em Setembro de 2020).
- (2018) “Notas sobre a Construção do Autor em Francisco Sanches (com Fernando Pessoa ao Fundo)”, in *Novos Estudos Pessoaanos. Ponto de Situação*, Lisboa, Casa Fernando Pessoa, 124-138, disponível em <https://www.casafernandopessoa.pt/pt/cfp/noticias-publicacoes/novosestudos-pessoanos-actas-2018-para-consulta?eID=> (consultado em Setembro de 2020).
- URIBE, Jorge (2014) *Um Drama da Crítica: Oscar Wilde, Walter Pater e Matthew Arnold, lidos por Fernando Pessoa*, dissertação de doutoramento em Estudos da Literatura e da Cultura (Teoria da Literatura), Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, disponível em <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/11341> (consultado em Setembro de 2020).

Rui Sousa é doutorado em Estudos de Literatura e de Cultura pela FLUL, com uma tese dedicada ao conceito de Libertino em Luiz Pacheco, e investigador do CLEPUL. Publicou ensaios sobre Fernando Pessoa, Ronald de Carvalho e Eduardo Guimaraens na antologia *1915 – O Ano do Orpheu*, coordenada por Steffen Dix, e colaborou em números recentes da *Pessoa Plural*, em eventos organizados pelo Projecto Estranhar Pessoa e da Casa Fernando Pessoa. Autor de *A Presença do Abjecto no Surrealismo Português* (2016).

